

adriana galuppo

**cidade queer:  
uma autobiografia plural**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

ADRIANA GALUPPO

## **cidade queer: uma autobiografia plural**

Belo Horizonte

2019

# **cidade queer: uma autobiografia plural**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Teoria, Produção e Experiência do Espaço

**LINHA DE PESQUISA:** Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências

**ORIENTADORA:** Dra. Renata Moreira Marquez

Belo Horizonte

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

G175

Galuppo, Adriana.

Cidade queer [manuscrito] : uma autobiografia plural /

Adriana Galuppo. - 2019.

147 f. : il.

Orientadora: Renata Moreira Marquez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Escola de Arquitetura.

1. Pensamento divergente - Teses. 2. Percepção social - Teses.  
3. Espaço urbano - Teses. 4. Imagem - Teses. 5. Minorias sexuais -  
Teses. 6. Relações de gênero - Teses. I. Marquez, Renata Moreira.  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura.  
III. Título.

CDD 711.13

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG



Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU  
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 30 de agosto  
de 2019 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Renata Moreira Marquez (Orientadora-EA-UFMG) Renata Marquez

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG) Rita de Cássia Lucena Velloso

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Morando Queiroz (Uni-BH) Luiz Gonzaga Morando Queiroz

Profa. MSc. Tatiana Alves de Carvalho Costa (Centro Universitário UNA) Tatiana Alves de Carvalho Costa

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

## agradecimentos

Agradeço à Renata Marquez, por ter confiado em mim e por sua precisão e delicadeza em me apontar caminhos. Uma inspiração - sempre.

Ao Paulo e à Antonieta, que me ensinaram que eu podia ser quem eu quisesse.

À Rita Velloso, pelas aulas, motivação e apoio.

Ao Luiz Morando por sua ajuda fundamental e por abrir seu arquivo para mim. E também por ser um admirável pesquisador de nossa história. Sempre serei grata a você Luiz!

À Lolô pela escuta preciosa, por estar ao meu lado e me mostrar as delicadezas da vida.

À Tatiana Carvalho por ter topado e pela boa conversa e ajuda.

Ao Low pelas incríveis conversas de quinta, sintonia de fúrias e de pensamentos para o futuro.

À Bê , por tudo, porto seguro em tantos momentos da minha vida.

Ao Dave por sonharmos juntos.

Às minhas irmãs de coração Cilene e Lulu.

Aos meus queridos colegas de orientação, Pri e Fiu, pelas trocas, pela alegria e pelo cuidado

Ao Fiu (mais uma vez) e à Paula pela diagramação, obrigada!

À Verônica, pela revisão, obrigada!

Às minhas inspirações para esse trabalho: Dedé, Marina, Pri, Jorge, Will, Iago e Murilo.

Às manas Natalie e Denise.

Aos amigos que estiveram comigo durante as filmagens do documentário que foi uma das inspirações para essa pesquisa, especialmente ao André.

À querida amiga Márcia que me deu abrigo nesse momento de exílio.

À Rede POC uma casa de fazeres unida pelo amor e o ativismo.

Aos coletivos: Mães pela Diversidade, Disputa Nervosa (Lá da Favelinha), Slam Clube da Luta, Dengue e Lipstick (Duelo de Vogue), Toda Deseo (Gaymada), Truck do Desejo, segunda Preta e Academia TransLiterária.

Às amigas e amigos: Lenise, Paulinha, Bianca, Flávia, Di, Cecília, Louise, Fred, Gu, Dani e Gui.

À Samurai, Venus, Pierre, Darlene, Marli, Pedro, Breno, Rogério, Lucas, Jonatan, Gui, Têê, Idylla, Rafa, Negona, João, Bárbara, Nickary, Corsino, Mayk, Alcione, Ed, Cristal, Lazara, Mari, Pat, Ohana, Nay e todos rolezeiros que fazem esse chão mais divertido e menos entediante.

À todos que enfrentaram e enfrentam a norma nessa cidade.

## resumo

Um corpo dissidente pode ocupar e se fazer visível no espaço urbano de várias maneiras, mas um corpo para além de sua materialidade existe também enquanto imagem, imagem de reforço ou de desvio das normas de gênero. Os corpos-imagem LGBT vêm ocupando, reivindicando e construindo espaço na cidade de Belo Horizonte há muitos anos. Como o desenho de um mapa que vem das bordas para o centro ou que passeia entre as bordas voltando novamente para o centro desenham-se os caminhos e as estratégias desses corpos-imagem para se adaptarem ao espaço e se tornarem parte do imaginário cotidiano, construindo, a despeito da norma, uma cidade queer. O questionamento sobre as construções culturais acerca de gênero e sexualidade e também sobre a produção, circulação e uso da imagem para manter ou desfazer essas construções faz a costura desse trabalho que parte de minha própria biografia como pessoa LGBT e encontra em outras biografias dissidentes da história da cidade de Belo Horizonte o fio para seguir essa reflexão. Através de encontros, no presente e no passado, com esses pares que desafiam a lógica normativa para também ocupar o espaço de uso público e construir novas formas de sociabilidade, procuro trabalhar novas configurações para os conceitos de visibilidade e invisibilidade, trânsito e ocupação da cidade na busca pelo direito a uma vida mais vivível e ao reconhecimento.

Palavras chave: Corpo-imagem. Visibilidade. Queer. Dissidência de gênero. Ocupação.

## **abstract**

A dissident body can occupy and make itself visible in the urban space through many ways. But a body, beyond its materiality also exists as an image. An image that reinforces or deviates from the gender norms. The LGBT body-images have been occupying, claiming and building space in the city of Belo Horizonte for years. As a drawing of a map that comes from the edges to the center or that wanders between the edges going back to the center, the ways and strategies of these body-images are drawn in order to make them adapted to the space as part of the everyday imagination, building a queer city despite of the norm. Questioning about gender and sexuality cultural constructs and also about the production, circulation and use of the image to keep or dissolve those constructs connects the pieces of this work that emerges from my own biography as an LGBT person and finds other dissident biographies from the history of the city to follow this thinking. Through encounters in the past and in the present with these peers that challenge the normative logic in order to occupy the space of public use and to build new ways of sociability I aim to develop new settings to the concepts of visibility, invisibility, transit and occupation of the city seeking the right to a more livable life and recognition.

Keywords: Body-image. Visibility. Queer. Gender dissent. Occupation.

## sumário

11	0 introdução
18	1 minha imagem fere sua passagem? sua passagem fere minha imagem: o susto é recíproco
28	1.1 eu queer
34	1.2 só enxergo o que sei ver
44	2 por onde meus pés caminham nasceu chão
48	2.1 quando nós era só um
70	2.2 rua fuga rua
81	3 nós queer
82	3.1 conhecer, reunir e andar junto
111	3.2 rolê
138	4 considerações finais
144	referências

**introdução**





**rolê**  
Adriana Galuppo, 2018



Ela era um guarda. Um garde. Uma pessoa de quepe. Usava uniforme e apontava com um sorriso largo a fila do ponto de táxi para quem desembarcava do ônibus que vinha do aeroporto. Barba rala, volume dos seios na camisa de um uniforme “masculino”, óculos escuros, quepe e aquele sorriso largo. Essa primeira imagem, logo na chegada da minha primeira viagem para a cidade de Nova Iorque, fechou um longo ciclo de frustração e deu fim para a minha maior busca: uma cidade onde eu pudesse habitar. Uma cidade queer.

Era 1998. Sem nenhuma vontade, quase por acidente, fui parar nos Estados Unidos. Havia economizado tudo que podia para visitar uma amiga que estava na Austrália, mas tive meu visto negado por um motivo que eu diria óbvio dentro da engrenagem que sustenta a norma quando se trata de gênero: a expectativa comum que se tem para uma mulher solteira e jovem. Em uma carta de quatro páginas, resposta da embaixada à minha solicitação de visto, me acusavam de estar à caça de um marido australiano tendo em vista a imigração. Toda uma vida adivinhada apenas pelo envio de documentos onde se lia: solteira, sexo feminino e sem trabalho fixo. Estava traçado o destino de qualquer jovem mulher de terceiro mundo através dessas palavras: caçar marido e imigrar. Se usassem a imaginação poderiam ter lido o contrário: fugir para não ser caçada por nenhum marido ou poderiam ter acreditado na minha real motivação relatada no formulário - uma pessoa em visita a uma amiga, que não tem a mínima intenção de migrar e muito menos de conseguir um marido. Mas a imaginação de um mundo binário e heteronormativo está programada apenas com um número específico de imagens e essa não era uma delas.

Como tinha amigos em Nova Iorque, resolvi tentar o visto americano já preparada para receber outro não. Não tinha simpatia pelo país, era mais fácil julgá-lo pela política externa do que admirá-lo pelas lutas e conquistas internas. Na empresa de transporte que nos levaria para o Rio, fomos orientadas a trocar de roupa em um aeroporto fora da cidade antes de prosseguirmos até o Consulado. Lavar o rosto, passar um batom, desamassar a cara, fingir calma. Eu estava bem calma, quase resignada, mais assustada com a estratégia e com o batom. Chegando lá não deveríamos fazer contato visual com ninguém e deveríamos nos comportar discretamente. Nessa época era bem difícil conseguir um visto para os Estados Unidos e tudo aquilo me parecia uma aventura de filme B ruim. Uma imagem de terra prometida criada e trabalhada por anos pelos filmes hollywoodianos deixaria de fora os forasteiros indesejados, final previsível, atualizado em 2017 pelo governo do ruivo. A empresa de transporte e *facilitação* era composta por um homem só. Careca, de óculos escuros e olhar desconfiado, ele que se auto apelidava ironicamente de Kojak, nos conduziria ao mais próximo possível do paraíso. Cheguei ao Consulado onde, já de cara, fui abordada por um segurança que questionou o motivo de meu passaporte ter um carimbo onde se lia “negado” assinado pelo Consulado da Austrália. Respondi a verdade, fui para a fila e aguardei a sentença final. Para minha surpresa ao chegar ao guichê, fora sorteada para ser entrevistada pela *atendente legal* (como a apontavam os aflitos da fila). Ela foi de fato simpática e surpresa com minha sinceridade resolveu

me *conceder* o visto de turista. Parti sem muito esperar, apenas com o desejo de fugir mais uma vez da cidade onde morava.

Ao descer do ônibus no terminal de *Port Authority* e ver aquela imagem, a imagem daquele corpo com o qual me identificava inteiramente, me libertei da clandestinidade de ser uma imagem indesejada no meu próprio país. Comprei roupas novas e passei 50 dias na cidade mesmo que isso tenha me custado comer macarrão ou espetinhos a \$1,50 em Chinatown pelo resto da viagem.

Assim, por quase dois meses vivi uma vida que nunca tinha vivido anteriormente em lugar algum: não precisava me esconder ou me ajustar, podia ser eu mesma sem me tornar um motivo de curiosidade, alarme ou violência. Meus amigos me receberam bem e passava os dias andando pelas ruas, dessa vez “vestida” de mim mesma, identificando meus pares e fotografando todos os detalhes de uma cidade que havia sido palco de tantas lutas dos meus e que tem as rebeliões de Stonewall, no final dos anos 1960, como as mais conhecidas entre a comunidade.

Fui à minha primeira parada LGBT e chorei vendo as *Dykes on Bikes*<sup>1</sup> abrindo a parada em cima de suas motocicletas, de cabeça erguida, sem nenhuma vergonha ou constrangimento.

O cortejo, mais diverso do que qualquer imaginação poderia criar, passava ao som dos aplausos de turistas, pessoas avulsas e famílias. Famílias inteiras que chegavam cedo, abriam suas cadeiras nas ruas e assistiam à Parada do Orgulho LGBT de NY. Não como se assiste a um desfile bizarro, mas a uma marcha pela cidadania e inclusão, com respeito e alegria.

A imagem daquela guarda nunca sairia da minha cabeça e eu voltaria à cidade muitas e muitas vezes depois para me sentir mais uma vez em casa, para de novo habitar. Dessas outras vezes, porém, o faria como uma escolha e não como uma fuga.

Entre os anos de 2003 e 2005 voltei para NY para estudar fotografia e vídeo. Lá também, pela primeira vez, pude adquirir equipamento e trabalhar com a produção de imagens, profissão que havia escolhido na adolescência, mas que só pude realizar bem mais tardiamente. O mais próximo que já tinha conseguido chegar de uma câmera fora uma kodak de plástico que ganhei do meu pai aos dez anos de idade e que usei até não funcionar mais.

Todos os trabalhos autorais que desenvolvi ao longo da minha história desde a câmera de plástico são sobre habitar a cidade. Como nós, os *desviantes*, os *outsiders*, os *esquecidos*, a habitamos. Como uma pessoa não reconhecida ou um coletivo indesejado ocupa suas ruas. Biografias acompanhadas, inventadas ou compartilhadas.

---

1 Grupo independente de motociclistas lésbicas que começou a abrir as Paradas do Orgulho LGBT nos Estados Unidos primeiramente por motivos logísticos e posteriormente como sinal de desafio, empoderamento, liberação e orgulho. Fizeram sua estréia na Parada de São Francisco em 1976 e seguem até hoje.

Ensaaios sobre lugares, coletivos, sobre estar e não estar na cidade, visibilidade e invisibilidade no espaço considerado *público*. Feitos na cidade e fora dela, em sua falta. A imagem e não só a análise crítica e reflexiva sobre ela, aparecerá ao longo dessa pesquisa sem função ilustrativa, mas como parte do meu relato e discurso de pesquisa, como um vestígio dos que, como eu, contam outras histórias desses espaços e como objetivo mesmo de construção metodológica como mencionarei a seguir.

Imagens de trabalhos em desenvolvimento estarão dispostos ao longo do texto. Imagens que são parte do meu imaginário queer e que me inspiraram para esta pesquisa, ou com as quais dialogo para construir o texto, estarão *narradas* ao longo dos capítulos. Essas imagens compõem meu repertório e tem importância primordial em minha existência.

Um pressuposto: um corpo para além de sua materialidade existe também enquanto imagem, imagem de reforço ou de desvio das normas de gênero. Se partimos do corpo apenas, é nele e nele novamente que seremos cobradas. Trabalharei com duas abordagens ao longo do texto: corporeidade-materialidade/espço e imagem/espço. Além de analisar como esses corpos ocupam, reivindicam e constroem espaço, me interessa entender como eles foram transformados em imagens pela cultura, como se transformam e se revelam diferentes e como são confrontados como corpos/imagens, pelo cidadão comum, bem adaptado ao repertório imagético vigente, às normas e aos padrões por eles impostos. Assim, busco analisar e procurar entendimento também no que diz respeito às estratégias desses corpos/imagem para se adaptarem ao espaço e se tornarem parte do imaginário cotidiano.

Evoco, logo no título, a cidade queer, mas ainda estou a compreendê-la, essa cidade queer que começa a surgir como que em um universo paralelo, em um mapa desenhado com suor e glitter na cidade. O que de fato seria uma cidade queer? Do que e como seria feita? Seria ela uma cidade construída por e para as pessoas que desviam da norma? E que norma seria essa que demarca quem pode ou não ser reconhecida e quem seria privada da cidade e de todas as suas possibilidades a ponto de ser necessária uma outra cidade? Quem são e de onde vêm esses clandestinos, irreconhecidos, que se destacam ou somem na multidão justamente por serem quem são? Como resistem sozinhos ou em grupo? Como lutam e se manifestam pelo direito de serem quem são, de aparecerem e utilizarem livremente o espaço público e privado da cidade? Como transitam, ocupam e constroem uma cidade que lhes caiba? E ainda, que cidade imaginam para si? Como parar de morrer, de partir, de viver escondida? Como habitar? Quais são suas estratégias para serem e continuarem vivas? E principalmente, com qual cidade podemos sonhar?

Essas são algumas das questões que motivaram esta pesquisa, uma espécie de busca que se mistura à minha biografia de habitante, também uma pessoa queer. Clandestina, forasteira ou disfarçada de outra para sobreviver até não caber mais em uma cidade que tem em suas raízes o conservadorismo, o fundamentalismo religioso e a maledicência. Uma autobiografia

escrita no plural, por mim e todos os pares que participaram da pesquisa ou que se dedicam à mesma busca por saídas. Ou *entradas*.

Cabe dizer que o sentido da palavra queer aqui abordado está para além do significado de desviante, apesar de contê-lo. Judith Butler (2017), em sua conferência magna no I Seminário Queer em São Paulo nos ilumina com um sentido mais amplo para o termo que virá de encontro com a minha busca.

Queer teria para ela mais de um significado: seria também uma aliança mais do que uma identidade. Uma aliança entre grupos de pessoas que não necessariamente possuem muito em comum. Para ela, esse outro sentido da palavra queer marca um campo de conexão erótica e política, e também a afirmação da diferença que não poderia ser facilmente vencida por uma identidade unificada:

O amor não faz parte de todas as alianças, às vezes estamos aliados àqueles que amamos, às vezes não. Às vezes nos aliamos a fim de estabelecer o direito de amar e de viver livres do mal, para defender e preservar espaços de desejo em ambos os ambientes, público e privado (BUTLER, 2015a, transcrição).

Tudo isso acontece com o compromisso de vivermos juntos através das diferenças. Preciado (2009), se refere à palavra definindo-a, não como mais uma identidade, mas como um movimento pós identitário:

Uma posição de crítica atenta aos processos de exclusão e marginalização gerados por toda a ficção identitária. O movimento *queer* não é um movimento de homossexuais nem de *gays*, mas de dissidentes sexuais e de gênero que resistem às normas impostas pela sociedade heterossexual dominante, atento também aos processos de normalização e exclusão internos à cultura *gay*: marginalização das camioneiras, dos corpos transexuais e transgêneros, dos imigrantes, dos trabalhadores e trabalhadoras sexuais (PRECIADO, 2009).

Queer como crítica, aliança e também entendido aqui como movimento de pensamento e linguagem contrário a formas aceitas de autoritarismo são as articulações que usarei para esse termo.

Nesse sentido, a construção de uma cidade queer poderia envolver pessoas queer diversas e diferentes? Sejam elas lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e gays e ainda de outras minorias que, em conjunto, se propõem a resistir à aceleração de desigualdades, à injustiça social, ao preconceito e à violência e a lutar pelo direito à existência, ao trânsito pelos espaços públicos e privados, ao direito à infraestrutura apropriada, emprego, saúde, educação, transporte público de qualidade e ao reconhecimento. Enfim, pelo direito a alguma perspectiva de futuro, à imaginação e ao sonho. Embora vá me concentrar nas lutas da comunidade LGBT, sabemos que nenhuma luta se faz sozinha e as transversalidades entre elas são fundamentais.

Como a palavra queer estará empregada no mais das vezes como aliança e movimento, optei pela sigla LGBT para me referir a esse coletivo ao qual pertencço: o coletivo dos desviantes de gênero e orientação sexual. Assim o farei para especificar as pessoas queer às quais me

refiro no presente estudo. As lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e gays. As identidades e siglas e todas as letras e iniciais que ainda possam surgir são importantes para os avanços políticos dessa comunidade, mas me limitarei a essas por serem as mais utilizadas tanto pelos movimentos sociais quanto pelos pesquisadores, pelo poder público, pela arte e pela mídia.

Como numa prática de montagem, experimento aqui a construção de um conceito sobre a imagem e o corpo e sua relação com a cidade. Trabalhar como frames de um filme, à maneira de uma montagem, relatos pessoais e de outros pares, poemas, crônicas de jornal, notícias, entrevistas e textos teóricos a fim de levar a cabo ou pelo menos, adiante, a minha investigação.

Filme constelação que anseia por transformar esse texto teórico/poético em imagem sem centro ou desfecho e arrancar desse filme o tempo presente, descontínuo e potente, é o que me proponho. A justaposição de imagens ou a dupla exposição de idéias me interessam mais do que a imagem que assossega e faz dormir um sono sem sonhos.

Quanto aos relatos, crônicas, poemas e textos e toda sorte de imagens, optei por utilizá-los em um mesmo nível de citação e *costura* por acreditar que produzem conhecimento igualmente. São matéria e ao mesmo tempo vestígio dessa mesma matéria.

**1**

**minha imagem fere sua passagem?  
sua passagem fere minha imagem:  
o susto é recíproco**



**menina com coroa de flores**  
Anônimo, foto de arquivo, sem data





**menina de vestido**  
Anônimo, foto de arquivo, sem data





**menino de gravata**  
Anônimo, foto de arquivo, sem data



**série crianças**  
Anônimo, foto de arquivo, sem data





**série papéis**  
Anônimo, foto de arquivo, sem data



**homens e navio**

Anônimo, foto de arquivo, sem data





**enfermeira**  
Anônimo, foto de arquivo, sem data



**jogos mulheres, jogos homens**  
Anônimo, foto de arquivo, sem data

As imagens que abrem este capítulo foram encontradas em sebos e lojas de antiguidades. Fazem parte de uma coleção que reúno há alguns anos para trabalhos e pesquisas imagéticas e como referência de leitura. Analiso, além das vestimentas, os gestos, as expressões, a musculatura (sua rigidez ou relaxamento), a luz e tudo que em uma imagem constrói narrativa. Composição de elementos, planos, perspectiva. O lugar dos olhos, a posição das pernas, o gesto das mãos. O desconforto generalizado. Como no poema “Estátua” de Henry Michaux, sempre fascinada pela possibilidade de um novo movimento, me assusto com o congelamento do gesto, com a armadura das poses e as guardo de volta na gaveta como quem guarda uma arma que só pode apontar para quem a segura:

Em meus momentos perdidos ensino uma estátua a caminhar. Dada sua imobilidade exageradamente prolongada, não é fácil. Nem para ela, nem para mim. Uma grande distância nos separa, me dou conta. Não sou tão louco para não me dar conta.

Mas não se pode ter todas as melhores cartas em nosso jogo. Assim, vamos adiante.

O que importa é que seu primeiro passo seja bom. Para ela tudo está nesse primeiro passo. Eu sei. Eu sei demasiadamente. Por isso, minha angústia. Esforço-me por consequência. Esforço-me como nunca o fiz.

Colocando-me perto dela, de forma estritamente paralela, com o pé levantado como ela e rígido como uma estaca plantada na terra.

Não, nunca é exatamente igual. Ou o pé, ou a curvatura, ou o porte, ou o estilo, sempre há algo que falta e a partida tão esperada não acontece.

E por isso quase cheguei eu mesmo, a não poder caminhar, invadido por uma rigidez, todavia cheia de impulso e meu corpo fascinado me assusta e já não me conduz a lugar nenhum.

(MICHAX, 1976, p.13, tradução da autora)

Essas imagens e a maioria das imagens a que fui exposta são o “outro”. Um outro muito distante e que nunca me representou, ilustrou ou confortou. A outra imagem que nunca encontrei no espelho, mas que me perseguia mesmo antes de eu nascer. Nunca pensei em ensiná-las o que sou. Mas quando despertei, jamais me coloquei a ser ensinada por elas.

## 1.1 eu queer

Segundo Butler (2015b), gênero não é um substantivo, algo que as pessoas têm, nem é tampouco um papel social. Gênero no campo da performatividade é um verbo, ou melhor, é um conjunto de atos e não o fazer de um sujeito que se supõe existir antes do verbo. Porque não há sujeito anterior. Gênero é uma fabricação que não pressupõe o sujeito anterior e nem o ato individual e voluntário. Butler está entre as autoras feministas e pós-estruturalistas que investigavam sobre a categoria do sujeito e a desconstrução dos processos históricos e culturais articuladores das noções de gênero e da heteronormatividade. Entre elas, Teresa de Lauretis, Eve K. Sedgwick, Monique Wittig e Gale Rubin.

A performatividade, segundo a autora, é um conjunto de atos que têm referencialidade no campo normativo e que só existe compartilhada no outro. Não se trata de um indivíduo, mas de um sujeito social. As normas de gênero seriam IMAGENS, significantes, valores e recursos construídos na cultura, mantidos todos os dias através de uma re-atualização dessa construção na vida cotidiana. Mas como nos é lembrado, a performatividade não pode ser reduzida à ideia de uma performance livre individual. Somos chamados de nomes, vivemos em um mundo de categorias e descrições bem antes de agirmos criticamente e de tentarmos mudá-los e torná-los nossos.

Dessa maneira estamos, apesar de nós mesmos, vulneráveis e afetados por discursos que nunca escolhemos. As normas agem sobre nós e implicam que somos suscetíveis à sua ação. Somos vulneráveis a uma certa nomeação desde o início e isso se registra em um nível anterior a qualquer possibilidade de vontade. Nesse domínio de suscetibilidade, algo diferente também pode ocorrer, o que provocaria alguma flexibilidade nas normas de gênero. Alguma.

Apesar dessas normas nos precederem e agirem sobre nós, há um sentido em seu “colocar em ação”. Ficamos assim obrigados a reproduzi-las e nessa atualização podemos encontrar outras formas de gênero. Formas que podem interromper esse processo mecânico de repetição, desviando, re-significando e, às vezes, quebrando as correntes citacionais de normatividade. Abrem-se assim espaços para novas formas de vida de gênero.

Embora isso não signifique transcender todas as normas, existe aqui uma possibilidade de relaxar a coerciva coesão de normas sobre uma vida concebida a partir de parâmetros binários de gênero com o objetivo de viver uma vida mais vivível.

A performatividade de gênero não pode ser pensada fora da norma e é necessário cuidado com a ideia de autonomia do sujeito. Segundo Butler (2015b), dentro das normas temos “mais ou menos” autonomia. A vulnerabilidade e a interdependência estão presentes todo o tempo. Refletir sobre a norma surge como uma possibilidade e essa reflexão sobre a norma é da ordem



de um ato. O modelo ideacional é suspenso de alguma forma, mas mantém-se essa reiteração. A contingência da cultura aparece como essência na maior parte do tempo, mas se trata de uma contingência e não de uma necessidade e isso é fundamental para a compreensão de todo o processo. Quando se reflete pouco sobre o gênero, se reproduz mais.

As normas de gênero estão em um terreno de articulação de elementos díspares que criam uma ideia de suposta coerência entre corpo, sexualidade, desejo e gênero. Porém, essa relação é mal articulada. O campo normativo é cheio de truques e a forclusão da norma é um deles. Pensar a identidade como consequência em um corpo material não funciona mais, pois esta não estaria baseada numa materialidade já que é um pressuposto, uma prescrição. Uma imagem.

Vemos assim que a norma não é determinante. Ela não é determinante porque é contraditória. Há um trabalho do sujeito no caráter interpretativo de sua inscrição. Há uma negociação desse sujeito com o campo normativo.

O limite da visibilidade e do campo do reconhecimento, produz uma inteligibilidade própria pela exclusão do ininteligível e não pela afirmação única do legível. Há um trabalho da política, do âmbito das relações de poder para se criar uma natureza, uma substância. E esse trabalho, como vimos, é minucioso e diário.

Quando nos chamam de aberração, apontam para essa *natureza*, da qual não poderíamos escapar, mas da qual nos exilamos ou nos exilaram eles. A mesma *natureza* que diz que um corpo não pode ser modificado porque não é “natural”, não pode ser afetado por outro do mesmo “sexo” porque não há uma compatibilidade plena, não pode questionar o que é sexo, porque biologicamente ele já está dado no corpo físico e assim por diante.

A teoria da performatividade nos fornece um arcabouço teórico para que possamos discutir uma materialidade do poder. Ela nos permite discutir como o poder cria o corpo e as formas dessa materialidade. Essa noção permite ver como o poder se materializa, como vê e lida com o corpo. O poder convoca os corpos a entrarem nesse processo e isso se dá a partir do paradoxo da convocatória compulsória e das possibilidades emancipatórias, da sujeição e do ser sujeito. A noção de interdependência do corpo é definidora de um assujeitamento ao outro e é ponto articulador para a autora.

Se as normas sociais nesta cultura são como que uma convocatória obrigatória, quem está na ordem disso? O campo jurídico e o biomédico são os dois principais campos envolvidos nesta convocatória. O ato de falar “esse corpo é uma menina” ou um “menino” é uma junção jurídico-biomédica. Sujeitos precisam ser “designados” para terem direitos. As normas de gênero então, precedem, como uma convocatória imposta e essa precedência é que pressupõe um sujeito interior.

Segundo Butler (2014, p.253), “Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através

do qual esses termos podem ser desconstruídos ou desnaturalizados”. Essa máquina de produção cria e também desconstrói, pode convocar da invariabilidade para a variabilidade. Os atos cotidianos estão ligados à rede de legitimidade institucional. A norma conecta o que parece estar separado: indivíduo e sociedade; ela é a criação dessa objetividade social, seu limite com fronteiras que serão vigiadas constantemente. É importante observar que se há um dispositivo de vigilância dessa fronteira de gênero, essa violência de gênero atinge a todos, não apenas àqueles que *desviam*.

Considerando então a possibilidade de mudança da invariabilidade para a variabilidade, haveria também alguma chance de trânsito da invisibilidade para a visibilidade? As fronteiras são vigiadas incansavelmente, como já foi dito, e elas não são apenas materiais. Poderíamos nós, os desviantes, ter permissão para aparecer? Se a norma também se apresenta e se reforça por imagens, essas nossas imagens, esses nossos corpos-imagem seriam para sempre invisíveis ou irreconhecíveis?

A performatividade, como é geralmente entendida, vem de uma teoria que analisa como a linguagem faz as coisas acontecerem, como certas categorias podem trazer algumas realidades à vida ou produzir certos tipos de efeitos de linguagem<sup>2</sup>. É uma teoria que ressalta os efeitos poderosos do discurso. Mas como incorporamos discursos, especialmente os discursos de gênero? E que tipo de agência temos em relação às categorias que nos habitam e que internamente habitamos? O que acontece quando agimos no comum e em conjunto? Como a performance aparece quando as pessoas assumem isso juntas? Em assembleias, apresentações e manifestações isso pode acontecer, mas veremos isso mais adiante.

A performatividade de gênero estaria então ligada às diferentes maneiras nas quais os sujeitos se tornam elegíveis por reconhecimento. O desejo por reconhecimento nunca será completamente satisfeito, o que não quer dizer que ser um sujeito é acatar determinadas normas que governam o reconhecimento. Acatar não é dever e desobedecer não é apenas se afastar da norma, posto que estamos desobedecendo a algo que não conseguimos destruir e nem seria esse o objetivo. Viver livremente, viver com direitos uma vida mais vivível, isso é o que queremos. A performatividade de gênero tem tudo a ver com quem conta como sujeito, quem pode ser lido e compreendido como um ser humano e quem vive ou tenta viver nos modos estabelecidos de inteligibilidade.

A teoria performativa de gênero pressupõe que as normas estariam agindo em nós antes mesmo de sequer termos chance de agir, e quando de fato agimos, re-atualizamos as normas que agem sobre nós ou agimos inesperadamente de outras formas, mas ainda relacionados às normas que nos precedem e nos excedem.

---

2 O uso do conceito de performatividade, utilizado por Butler, está diretamente ligado à Teoria dos Atos de Fala de J.L. Austin desenvolvida no livro *Como fazer coisas com as palavras*, de 1955.

Qualquer noção de experiência é pós discursiva. Até para nomear algo você precisa antes utilizar os instrumentos discursivos de uma cultura.

[...] EU QUIS QUEIMAR A LÍNGUA QUE ME HAVIA SIDO ENSINADA

ESSA LÍNGUA NA QUAL TODA PALAVRA ESTÁ MANCOMUNADA COM A REPRODUÇÃO DE NOSSA ININTELIGIBILIDADE.

SOMOS SIMULTANEAMENTE TORNADAS INCÓGNITAS E LEVADAS A LUTAR PELA LINGUAGEM. (MOMBAÇA, 2017a, p.11).

Jota Mombaça corrobora as ideias de Butler de maneira crítica nos atentando para a decolonização de conceitos e da linguagem. Para além do léxico da norma que em qualquer língua tratará de *antecipar* quem somos, mesmo antes de nascermos, me atento para o alerta de Mombaça a fim de pensar em nossa língua. Língua latina que articula os gêneros de maneira impregnadora em quase todos os vocábulos, fazendo com que reforcemos ainda mais o binarismo.

Lembro-me de uma pesquisa que fiz, quando estudava Letras em meu primeiro curso na UFMG. Tratava de tentar descobrir e analisar porque uma palavra como rio era masculina e uma palavra como casa era feminina. Ou rua. Ou espaço. Aborrecia-me pensar que “o rio”, assim como “o céu”, poderiam me levar mais longe, mas com o tempo descobri que “a rua” e “a estrada” também poderiam me levar aonde eu quisesse.

Podemos desconstruir a linguagem onde encontrarmos opressão, não apenas encontrando outras palavras, mas também subvertendo as palavras já existentes, modificando-as ao nosso dispor. E é isso que nós, LGBTs, muitas vezes fazemos - trocar artigos, ressignificar insultos, criar dialetos. Ao me atentar para a linguagem posso estar mais distante de uma *antecipação* e mais próxima de uma *emancipação*. Posso ainda nomear e não apenas ser nomeada.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho (MOMBAÇA, 2017b, p.306).

Ao introduzir este tópico, Mombaça se dirige a todes para os quais a marcação não existe e nunca existiu: às gentes brancas que não questionam sua brancura; às pessoas heterossexuais “cuja heterossexualidade é contínua ao regime político de heterogeneização sexual” (p. 306); às pessoas cisgêneras que vêem a si mesmas como norma e às pessoas ricas e toda sorte de privilégios que desfrutam.

Quando utilizamos os termos cisgênero, binário e heterossexual, apontamos a marcação para aqueles corpos-imagem onde a norma encontra morada e alimentação garantidos, onde ela

se encarna e se exhibe plenamente. Não estamos a afirmar que uma pessoa cis-hétero por ser cis-hétero não possa, por isso, discordar da norma, questioná-la e apoiar aqueles corpos-imagem que não a encarnam por completo, mas estamos a marcá-la tirando-a do conforto, fazendo-a experimentar o que é ser sempre nomeado.

Essa encarnação da norma pode ser mais sólida, constante e contínua, ou não. Não estamos, como nos diz Butler (2014), desatados da norma quando a desafiamos com nossos corpos-imagens, idéias e discursos dissidentes, mas penso que existem corpos nos quais ela se instala com mais facilidade. Nomeá-los é também uma maneira de abalar esse conforto, causar pequenos tremores em uma terra quase apodrecida pela grande norma, morta e ressuscitada, em modo infinito.

Mombaça abre caminho para a reflexão sobre algo fundamental para essa pesquisa. Existem múltiplas fontes de identidades como nos ensinou a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (1994) e a complexidade que as envolve e também às desigualdades sociais precisam ser levadas em conta em um enfoque integrado. A autora, herdeira do *Black Feminism*, desenvolve a partir dos anos 1990, juntamente com outras pesquisadoras, o que viria a se tornar a categoria da interseccionalidade. Desde seu texto *Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (1989), a autora já estaria trabalhando os cruzamentos entre raça e gênero.

Aqui então acredito que seja interessante voltarmos ao gesto, aquele que pode ser subversivo quando escapa da mancomunação da norma. O gesto abusado que escapa das mãos em um corpo nomeado como masculino, as pernas abertas demais ou uma pisada mais forte em um corpo nomeado como feminino, o olhar que encara ao invés de desviar-se. Todos esses são gestos que no caminhar forasteiro de um dissidente podem causar estranhamento e levar à indignação e ao choque. Não se mover de acordo com o gênero designado pode ser pelo menos tão perigoso quanto não se adequar às vestimentas e toda sorte de produtos e serviços “femininos” ou “masculinos”, o que torna os nossos corpos-imagens mais do que rabiscos encarnados.

Agimos, falamos e andamos de modos que consolidam uma impressão de sermos homens ou mulheres, nos indica Butler (2011). Esse agir como homem ou mulher, como se isso fosse uma realidade interna ou um fato sobre nós é, como vimos anteriormente, um fenômeno produzido e reproduzido, atualizado a todo momento. Apanhar ou morrer pelo gesto diz muito de um enquadramento, de um repertório de imagens produzido e atualizado pela norma que faz de nós expectativas ambulantes. Os zumbis que tanto tememos podem nos encontrar um dia no espelho quando simplesmente penteamos os cabelos de uma certa maneira.

Então, para além de corpos-imagens somos também coreografias que passeiam diante dos olhos da normatividade que, talvez ironicamente, nos achem “performáticos” demais. Em uma dança contemporânea afastada *demais* da realidade conhecida ou de uma imaginação

precária, será mais fácil enxergar isso como feio, bizarro ou monstruoso. Mais fácil dizer, como sempre dizem, “pode até ser, mas não precisa mostrar” ou “precisa requebrar tanto?”

É importante estarmos atentos às manobras da norma. Em português a palavra *aparecer* toma significados que ironicamente podem ser utilizados para nos anular e reprimir. *Aparecer* é tornar-se visível, ou ainda, apresentar-se, surgir repentinamente, comparecer, chegar, vir, manifestar-se e entre outros, um significado muito usado contra nós: exibir-se, destacar-se, sobressair. O direito dos LGBTs a aparecer é, em alguns momentos e locais, considerado como dado, mas muitas vezes ouvem-se acusações do tipo “Para que ser tão aparecida?” ou “Eles provocaram, porque se fossem discretos nada teria acontecido.”. Se em uma festa aparecem dois LGBTs, homens e mulheres cis-hétero costumam contar outra história: “estava cheio de gays”.

naquela época/eu/não tinha namorado/ e depois nunca também/ eu estudava/demais/minha avó/dizia/quem estuda/demais/fica maluco/ olha só/ aquele rapaz/ tão bonito e engenhoso/ lia/ tudo que via pela frente /  
não tinha distração/ e agora/ tudo isso pra dizer  
melhor ignorante do que louca  
melhor ignorante do que solteira  
melhor ignorante do que louca solteira  
melhor ignorante louca solteira do que sapatão  
(FERES, 2018, p.25-26)

## 1.2 só enxergo o que sei ver

Como dito, ainda que procuremos subverter e desobedecer a norma, quando nós LGBTs lutamos simplesmente por aparecer como somos, demonstrar afeto em público, transitar em segurança, nos igualar em direitos ou ainda, para sermos atendidos em postos de saúde e em lojas da mesma forma que outras pessoas são atendidas, quando exigimos reconhecimento, estamos relacionados às normas. Ainda, de alguma maneira, pedimos permissão para existir dessa outra maneira, através dessa outra imagem. Somos interdependentes e para uma possível autonomia precisamos do reconhecimento do outro.

Essa imagem-corpo que a heteronormatividade ainda estranha, quando não abomina, e à qual se sente no direito de julgar se acolhe ou rejeita, é uma imagem que está relacionada à norma, em oposição à ela, como um desfoque, uma distorção, um recorte errado e não consta do repertório imagético-imaginário da sociedade brasileira e da maioria das sociedades mundo afora.

Remodelar o campo da visibilidade social é um sonho distante principalmente se considerarmos o retrocesso político que tem se desdobrado principalmente a partir de 2016 até o presente (2019), quando o governo e parte da sociedade civil brasileira, movidos por interesses de cunho político-econômico mais do que religioso ou moral, resolvem fechar seu pacote imagético mais uma vez, em uma única imagem: a cis-heteronormativa-binária. Escolher como bandeira ser contra o “outro” é uma estratégia conhecida, repetida e novamente esquecida pela memória citacionista, pela história oficial. Essa história, que da maneira como é narrada, não dá conta do que não é *normal*.

Apesar desse terrorismo cis-heteronormativo e binarista, apesar dele e por causa dele, exige-se resistência. Dar de cara com a norma que nos mata todos os dias e impede que tenhamos uma vida é assustador. Porque se eles se assustam com a nossa imagem que apenas passa, imagine como nos assustamos com a deles que nos mata todos os dias ao repetir, citar e revitalizar as imagens e signos que definem o que é passível de reconhecimento, o que é legítimo? Que está sempre a definir, marcar a hierarquia, o estado absoluto, a natureza indiscutível, a materialidade comprovada *via* genitália corporal. A nos matar literalmente todos os dias.

Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia, em 2018, a cada 20 horas um LGBT foi morto ou cometeu suicídio no Brasil. E para além desses mortos soma-se a morte diária de quem vive escondido, de quem passa diariamente por uma suposta cura religiosa e vive a vida pela metade, sem sentido nem fim. Vivemos em uma guerra. E sem acordos à vista.

Butler (2015c) em *Quadros de Guerra* nos chama a atenção para os vários significados da expressão *to be framed* em inglês. Ser emoldurado, ser incriminado ou ainda ser objeto de uma armação. Em português a palavra enquadrar toma também o significado de incriminar. Interessante perceber, como veremos mais adiante ao examinarmos jornais e autos de crimes, como a norma trata de enquadrar quem não está devidamente emoldurado por ela. Um enquadramento à força, uma moldura que não deixa dúvidas de que se está dentro do que é ordenado, via discurso pré-estabelecido, naquele momento. Com a norma no poder, não vale extrapolar a borda e nem brincar com o conteúdo. Somos sempre incriminados.

Vale no entanto, antes de prosseguirmos, entender que esse mesmo enquadramento que “busca conter, transmitir e determinar o que é visto (e algumas vezes, durante um período, consegue fazer exatamente isso) depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito” (BUTLER, 2015c, p. 25,26). Contudo, essa reprodutibilidade precisará romper com o contexto com frequência. Esse auto-rompimento, dessa maneira, definirá o próprio enquadramento, indica a autora. Essa natureza nos aponta para um esquema do poder que pode manipular os termos de aparecimento de uma imagem de acordo com os interesses do momento, mas é também, nessa falta de moldura bem limitada de uma imagem, que se abre algum espaço para nos libertarmos da aceitação de certas imposições como a violência, a guerra e o abandono.

Butler toma, nesse texto, a guerra perpetrada pelo governo Bush contra o Iraque e a tortura dos prisioneiros de Guantánamo para analisar os enquadramentos de poder que decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão. Os discursos que hierarquizam, modelam e tratam de enquadrar a vida de LGBTs, mulheres, muçulmanos, imigrantes e refugiados de guerra também serão analisados a partir disso.

Butler nos questiona: se apreendemos a precariedade da vida através dos enquadramentos à nossa disposição, “é nossa tarefa tentar estabelecer novos enquadramentos que aumentariam a possibilidade de reconhecimento?”. Segundo a autora, essa produção de novos enquadramentos como parte de um projeto geral da mídia alternativa é importante, mas não podemos nos ater a ela somente, pois perderíamos a oportunidade de analisar e criticar.

O que acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestradores da autoridade que procurava controlar o enquadramento. Isso sugere que não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo, mas também trabalhar com interpretações recebidas da realidade para mostrar como elas podem romper- e efetivamente o fazem - consigo mesmas. Por conseguinte, os enquadramentos que, efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão, devem circular a fim de estabelecer sua hegemonia. [...] Conforme os enquadramentos rompem consigo mesmos para poder se estabelecer, surgem outras possibilidades de apreensão (BUTLER, 2015c, p. 28).



Nomear a norma, analisá-la, reinterpretá-la e assistir a seu processo de construção-destruição-construção de forma consciente, isso faz parte de uma estratégia que não pode nos escapar. Precisamos aprender a ler e a contestar a norma em suas operações diferenciais.

Se, como o filósofo Emmanuel Levinas assegura, é a face do outro que exige de nós uma resposta ética, parece então que as normas que determinariam quem é e quem não é humano nos chegam sob uma forma visual. Essas normas atuam para mostrar um rosto e para apagar um rosto. Por conseguinte, nossa capacidade de reagir com indignação, antagonismo e crítica dependerá em parte de como a norma diferencial do humano é comunicada através de enquadramentos visuais e discursivos (BUTLER, 2015c, p.118).

Para Butler, nossa capacidade de resposta ao que nos é mostrado dependerá da maneira como algo ou alguém tenha sido enquadrado. A maneira de enquadrar pode suscitar indignação, empatia ou desprezo. E existem ainda, segundo a autora, enquadramentos capazes de impedir completamente nossa capacidade de resposta.

Produzir e repetir imagens com a intenção de causar comoção ou empatia sobre nós poderia alterar a avaliação do que nos acontece e dos riscos que sofremos? Como reforça a autora, as fotografias devem ter uma função transitiva para nos tornar suscetíveis a uma capacidade de resposta ética. Há que se produzir com consciência e estratégia e para além de produzir saber “ler” as imagens da norma para não sermos, nós mesmos, engolidos por elas e para não correremos os riscos de repetir suas estratégias.

Entre LGBTs existem também, muitas vezes, expectativas e enquadramentos, em alguns casos, bastante normativos com relação a corpo, vestimenta, gesto e comportamento. E ainda uma certa lógica normativa às avessas que em muitos momentos se julga no direito de adivinhar a sexualidade ou as construções de gênero de alguém exatamente tomando como base um contorno imagético, uma “imagem de dentro”. Tornamo-nos, nós mesmos praticantes do que nós mesmos rejeitamos. É importante estar atenta a tudo isso. Não se trata apenas de sexualidade ou cisgeneridade.

Esgotados por uma excessiva acumulação de imagens, a maioria de nós transformou alguma chance de crítica a essas imagens em *likes*. *Likes* virtuais feitos através de um número limitado de pictogramas e o compromisso de não magoar demais seus autores, seus 1200 *amigos*, já que a próxima imagem poderá ser a sua e você também deseja misericórdia.

Surgido de uma total massificação de meios imagéticos fundada no século XIX e consagrada no século XX, o embotamento visual parece atingir seu ápice na última década. O que está por vir parece ser ainda pior. Fadados a viver em bolhas virtuais em um regime de imagens ainda mais restrito e repetitivo, somos dominados pela ilusão da autonomia e da livre escolha e nos curvamos cada vez mais à norma que reina absoluta movida por sua engrenagem citacional. Como sobreviver em um mundo de imagens quando a sua sequer faz parte do repertório imagético vigente? Repetir a sua imagem é resistir? Compartilhar



mil vezes minha *selfie* não binária garantirá meu reconhecimento e minha existência? Não vivemos apenas nesse mundo virtual.

Joan Fontcuberta (2016) em *La furia de las imágenes: notas sobre la post fotografía* nos indica que essa inflação de imagens não seria apenas o crescimento de uma sociedade *hiper tecnificada*, mas um sintoma de uma patologia cultural e política de onde se origina o fenômeno pós-fotográfico. A pós-fotografia faz referência à fotografia que flui e é compartilhada no espaço híbrido da sociedade digital, consequência da super abundância visual.

Ele cita Guy Debord: “Ali onde a realidade se transforma em simples imagens, simples imagens se transformam em realidade” (DEBORD, 2012, apud FONTCUBERTA, 2016). Estaríamos instalados no capitalismo das imagens e em seus excessos. Mas segundo Fontcuberta, as imagens mudaram sua natureza e já não funcionam mais como antes. Transitam livremente e em velocidade nunca vista pelos campos do social e do privado. Mais do que nunca, articulam pensamento e ação e essa sua condição mutante precisa ser decifrada pela filosofia, pela teoria e pela arte com urgência.

Penso que seu poder de persuasão e convencimento e sua força articuladora estão agora e desde sempre a reforçar as normas, mas podem bem colocá-las em xeque. Reflito, se as fazemos circular em bolhas e se as imagens da norma circulam em maior quantidade, qual a chance de chamarmos atenção para as nossas imagens, para os nossos corpos e nossos direitos?

Se na rua somos atacadas, pensar em um reconhecimento virtual sem antes refletir sobre visibilidade queer versus regulamento e visibilidade virtual no cotidiano me parece, pelo menos, um pouco distante da *realidade*, seja ela qual for. E para além de uma apatia causada por esse excesso de imagens, precisamos refletir com profundidade sobre os modos de ver.

Velloso (2018), em *Modos de Des-ver: post-scriptum à fantasmagoria*, deseja explorar um esgotamento: descobrir os modos que levaram ao achatamento da sentença debordiana “tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.” (DEBORD, 2015, apud VELLOSO, 2018). Segundo ela, não se trata de apresentar a formulação do esgotamento das representações.

De modo geral refiro-me aqui ao curso das imagens na realidade vivida, delineando uma forma particular de experiência na vida cotidiana em que os regimes do visível e os trabalhos do olhar são estruturais. De modo específico, aqui me ocupa uma experiência da contemplação em negativo, que reposiciona a imagem, à qual nomeio *des-ver*, e que me parece apontar para uma possibilidade de crítica ao achatamento da experiência política do presente, que é também experiência estética. Trata-se de uma argumentação contrária ao acatamento obediente da diuturnidade das imagens impressas na retina, sem que, contra elas, se imagine sequer poder cerrar os olhos e combater o apassivamento da vida que delas resulta (VELLOSO, 2018, p.148).

Decido então pensar na visibilidade/invisibilidade através do *des-ver*. O *des-ver*, segundo a autora, é um ver pelo avesso ou através de. Posso pular uma imagem para focar em outras coisas que desejo. *Des-vejo* coisas ou pessoas para ver através ou depois, sempre como uma escolha. Posso também encarar o que não quero ver para explicitar o obstáculo que aquilo é na minha vida. Vejo pelo avesso. Coloco as coisas em transparência para ultrapassar os obstáculos.

Então me pergunto se quando alguém nos invisibiliza estaria *des-vendo* nossa imagem-corpo. Quando *des-vejo* algo que não reconheço propositalmente no meu cotidiano estaria também diminuindo minha experiência estética? *Des-ver* uma imagem que não faz parte do meu repertório de imagens clichês diminui minha experiência estética e também minha experiência ética. Talvez, se não estivermos dispostos a arriscar a aumentar nosso repertório. Invisibilizar é inclusive uma escolha recorrente da norma. Mas se o *des-ver* não é um apagamento e sim uma *escolha*, posso também *des-ver* as imagens padrão para me desacomodar? Ou para simplesmente me sentir mais confortável em existir?

Posso *des-ver* o que me oprime? Quando mulheres trans e travestis usam o fone de ouvido como estratégia contra a violência estão ultrapassando as pessoas que as atacam? Rebatendo som com som, anulo quem me oprime?

rito de passagem

agora que raspei a cabeça

não vou mais me demorar nas esquinas irritarei os velhinhos

assustarei as meninas

e os cachorros já latem antes de me avistar.

os vizinhos na escada pensam: coitada! que azar perguntarão se

eu tive piolho ou tive queda capilar

tranco a porta e as janelas deixo o mundo e seu bedelho

estranha a rua minha cabeça nua me estranhará o espelho?

(FREITAS, 2009,p. 42)

Se eu pensar a imagem como interface, a visibilidade torna-se um fator decisivo. Temos todos um corpo, uma superfície, um suporte. Mas a imagem vista é a imagem formada para dentro de quem vê. A imagem do capeta, a imagem da mulher, a imagem da masculinidade, a imagem do monstro. A imagem como construção do corpo. Na composição da imagem de uma mulher ainda enxerga-se no foco e em perspectiva: a reprodução, a amamentação, a fragilidade, a dependência, o cuidado, o *feminino*. Abstraem tudo para que reste apenas a imagem ensinada e dada do que é ser uma mulher.

Para matar uma travesti é preciso abstrair toda a humanidade dela porque não há correspondência completa com a imagem interna de mulher que o assassino guarda. Fazem desaparecer o corpo, fazem apenas uma checagem, uma correspondência de imagens e, se não conferir, *consertam*. Quando matam, matam a construção interna de uma imagem. E isso, bem, isso *facilita* muito esse ato. Se existe lugar e função para os corpos e a imagem reforça isso, está feito o estrago.

A construção normativa de gênero é uma estratégia perturbadora tanto quanto paranóica. É necessário que se *fixe* ao máximo: hormônio, cromossomo, reprodução e assim por diante. Ela desloca uma forma de pensar do inteligível e, mesmo as imagens-corpos que estão fora do padrão, são úteis. Elas servem para sustentar o visível. A fotografia que, por sua vez, também fixa e hoje é difundida por meios virtuais, circula em velocidade desconcertante para garantir a re-atualização de modos.

Como desacomodar o olhar? Como desobedecer a imagem da norma? Em uma cidade como Belo Horizonte habitada por *imagens-modelo* da norma, como trazer proposições que mudem essa perspectiva? Provocar os modos de ver das pessoas cujo repertório visual é precário e viciado, fazer com que trabalhem um pouco seu vocabulário não é tarefa fácil, por isso circular nossos corpos-imagem pela cidade é fundamental.

Ainda em *Quadros de Guerra*, no capítulo intitulado *Tortura e ética da fotografia: pensando com Sontag*, Butler (2015c), nos coloca a refletir sobre as maneiras pelas quais a dor do outro nos é apresentada e como essa apresentação afeta nossas reações. O enquadramento da dor desse outro que, mesmo distante, deveria causar alguma comoção, obedece a interesses que escolhem como os enquadramentos são feitos e quais são as montagens relevantes para a manutenção do controle, aponta a autora. Se esse mecanismo é descoberto e alguma imagem indesejada escapa ou *vaza*, há que se reagir dentro de um padrão que corrobore, mais uma vez, a norma.

Os limites desse enquadramento precisam ser analisados, não apenas em políticas de guerra, mas também em cenários políticos de exclusão social como o nosso. Os acordos entre poder e mídia, segundo Butler, decidem como os eventos são enquadrados pela mídia de maneira a prevenir o reconhecimento de algumas vidas, a fim de torná-las descartáveis e não passíveis de luto.

No Brasil atual, a mídia raramente atende a uma política de controle, ela é, no mais das vezes, entregue às leis de mercado. Corpos-imagem pobres, negros e dissidentes de gênero são negligenciados e suas mortes não são contabilizadas. Quando são notícia, geralmente são culpabilizados e esquecidos rapidamente. Gênero é apenas um dos marcadores que produzem vulnerabilidade e discriminação.

Se uma das funções da fotografia é a representatividade, Butler nos questiona sobre o alcance

do que é representado. “Se a foto representa a realidade, que realidade é essa representada? E como o enquadramento circunscreve o que será chamado de realidade, nesse caso?” (BUTLER, 2015c, p. 128). Quando fazemos circular imagens sem nenhum critério podemos estar mantendo realidades que são, antes de tudo, contra as nossas vidas. Atualizar a norma involuntariamente ou “sem querer” não é um ato que acontece apenas com os “normais”, mas com qualquer um que tenha sido criado dentro dessa cultura.

A incapacidade de ver o que vemos é preocupante segundo a autora, que ressalta ainda a dificuldade de enxergar o enquadramento que nos cega. É necessário e urgente que, nesses tempos, tematizemos “o enquadramento coercitivo, o enquadramento que rege a norma desumanizadora” (BUTLER, 2015c, p. 148). E também que estejamos atentos aos enquadramentos que fazem de nós. A imagem LGBT pode vender se o mercado estiver propenso a isso, mas qual realidade está sendo representada ali? Devemos ter sempre em mente a questão: a que enquadramento determinada imagem serve? E nos atentar para o uso atemporal que pode ser feito de uma mesma imagem.

No ataque contra a imagem LGBT, existe uma estratégia que a norma insiste em utilizar: nos enquadrar como doentes. Não há como trabalhar a imagem LGBT sem mencionar a epidemia da AIDS e do HIV no Brasil e no mundo e seu impacto em nossa comunidade. Não é difícil concordar com o que muitos pesquisadores chamaram de divisor de águas no movimento brasileiro, mas precisamos refletir sobre isso de um outro lugar.

Regina Facchini (2005) trabalha com essa divisão. Seriam, segundo a autora, duas ondas no movimento recém iniciado. A primeira, no final dos anos 1970 em um cenário de abertura política que traria também algum espaço para a diversidade e a outra, nos anos 1980 quando acontece a chegada da epidemia e uma expansão no mercado destinado à nossa comunidade.

Uma *hiper visibilidade* ao avesso de fato surgiria com a epidemia, mas dentro do que proponho como estudo da imagem na história, esse momento não teria sido exatamente um “marco” pela visibilidade LGBT, muito menos pela visibilização. É importante não tomarmos essa mudança na estratégia como quebra ou como *evolução* em uma movimentação que já acontecia e que nunca parou de acontecer, apesar de reprimida. Por mais que nós LGBTs vejamos esse momento como um período em que falar sobre isso, além de necessário teria sido finalmente mais possível, e que tantos grupos e ongs tenham surgido trazendo mais espaços e estratégias para a nossa luta, a história que é contada pelo poder cis-hetero-normativo e que muitas vezes repetimos é a história da doença e não a história da reação ou da superação. Delimitar ações no tempo não nos tira da história que nos invisibiliza.

Ao tratarmos o momento como marco, corremos o risco de matar, mais uma vez, todas as vítimas dessa doença, pois na história oficial, na maioria de seus documentos, elas ainda não são vistas como vítimas, mas como disseminadoras. É, sem querer, reafirmar o chavão terrível da “peste gay”. Há que se narrar esse momento de maneira a considerar essa história sob

outro ponto de vista. Seja pela mudança na ordem dos desdobramentos ou melhor, através da desconexão de tempos a fim de uma possível visibilização de indivíduos e não apenas de reações coletivas autônomas ou institucionais. Para que essas últimas sejam contadas, não como uma consequência da doença apenas, mas como mais um ato propositivo, afinal de contas, movimentos e ajuntamentos LGBTs vinham sendo reprimidos e censurados há anos. Os anos 1980 foram anos de luta, mas não podem ser reduzidos ao surgimento da AIDS.

A norma se refere com frequência ao comportamento e à liberdade dos sujeitos que foram contaminados como causa da contaminação. Não basta negar esse pressuposto ou apostar em um embate à questão moral levantada ali, mas de analisar com profundidade a imagem que construíram para essas pessoas e contrapor isso às imagens da norma.

Facchini, juntamente com Júlio Assis Simões em *Na trilha do arco íris - Do movimento homossexual ao lgbt*, nos indica que com a AIDS, a ligação entre homossexualidade e doença reacende-se. Essa relação nunca se apagou de fato, até hoje existe e é muito utilizada pelo poder normativo. Porém, o texto segue com uma informação, a meu ver mais importante. “Junto com o triste legado da intolerância, violência e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível.” (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p. 52).

O que fica visível depois de algum tempo, não são os comportamentos libertários, mas as falhas nas engrenagens da norma e seus postulados essencialistas. Continuam os autores: “hostilidades renovadas à parte, as respostas à epidemia do HIV-Aids resultaram também em experiências inovadoras pelo ativismo em muitos lugares” (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p. 52).

Essa reação traria posteriormente análises menos superficiais sobre o nosso universo e as polêmicas levantadas pela epidemia apontariam novos rumos para a luta e sua recepção pelo mundo cis-hétero. Isso foi por muito tempo uma constatação interna. Quisera que em reportagens da época não publicassem apenas fotos dos nossos em ruínas, mas sim da ruína das famílias heteronormativas desmoronadas pela hipocrisia ou imagens de nossa capacidade de organização e união. Essas imagens não vimos, ou vimos pouco. Com a imagem dos “doentes” se exaltava a “doença”, mais uma vez. A nossa doença. Os outros não eram doentes, mas vítimas inocentes que teriam direito a ter sua imagem preservada.

Flávia Péret, em seu livro *Imprensa Gay no Brasil* (2011), nos mostra o esforço da grande mídia, aliada da norma, para nos transformar mais uma vez em monstros, negar direitos e criar contornos ainda mais fortes para o imaginário normativo.

A inépcia da imprensa brasileira em lidar com o tema contribuiu para o clima de medo. A sociedade civil e o Ministério da Saúde demoraram a perceber a real dimensão da doença. No estado de São Paulo, a Secretaria de Saúde criou um programa para diagnóstico, prevenção e controle da doença, disponibilizando um número de telefone para tirar dúvidas da população. A iniciativa, porém, recebeu diversas críticas, tanto da mídia, quanto da classe médica. No



artigo “A doença errada”, a revista *Veja* afirmava que as “doenças da pobreza” é que deveriam ter prioridade no Brasil. Criticando a implantação do Disque-Aids, o texto dizia que não existia uma epidemia da doença no país e que, embora servisse para “acalmar pessoas preocupadas com uma doença fatal”, o serviço estaria deslocado, tratando-se de uma iniciativa mais útil em Nova York do que em São Paulo (PÉRET, 2011, p.64).

Não se tratava mesmo de uma epidemia, se ela estava matando aqueles que não são considerados passíveis de luto, aqueles que já estavam socialmente mortos, os dissidentes: os homossexuais, as pessoas trans, as travestis e as prostitutas. A situação mudaria um pouco mais adiante, quando a peste começaria a matar os “normais”. Como ressalta a autora, a culpa era atribuída aos homossexuais que “encarnavam o mal” e eram acusados de “agentes de contaminação”. Ela nos lembra ainda que as metáforas, como refletia Susan Sontag em *Aids e suas Metáforas* (2007), “falseiam a realidade científica e disseminam a paranóia”. Associar a doença aos termos “praga” e “peste” condena moralmente os portadores do vírus do HIV, castigados pelos seus excessos, criminosos para a norma. Estratégia irmã daquela usada recentemente pelas religiões neo-pentecostais ao propor uma *cura gay* para uma doença que não existe.

O sociólogo, ativista e escritor gay Herbert Daniel era soropositivo e morreu em 1992 devido a complicações causadas pela doença. Em seu texto *Anotações à Margem do viver com AIDS* nos adianta questões caras à nossa reflexão:

Estou vivendo com AIDS. Um vírus me habita, um risco me ronda. Dessas coisas devo falar. Não por causa da doença. Nem por causa da morte, da qual nunca saberemos nada - e, portanto, o único que resta a fazer é aprender a vivê-la; aprender a vivê-la! Morte, é aprender sumariamente. Estou compelido a falar, assim sendo, daquilo que, em saúde ou doença, me torna o plural de uma época, ou seja, a dita condição humana. Afinal a questão é sempre a vida. No oposto do seu biológico (DANIEL, 1991, p.3).

Para sermos passíveis de luto, precisamos ser reconhecidos em vida. A condição humana, essa condição de precariedade agenciada ora pelo poder, ora pela fenda não se dá em uma performatividade individual. A vida de toda e qualquer pessoa no oposto de seu biológico, não é uma essencialização comprovada posteriormente pela materialidade do corpo.

A imagem da doença quando ligada à imagem dissidente se faz de forma descontínua, como em um contorno pontilhado preparado cuidadosamente para desaparecer. A tentativa de apagamento do corpo dissidente através da patologização é a tentativa de invisibilização em seu mais alto grau de crueldade.

Porque não apenas neste acontecimento da doença, mas em todos os fatos em que LGBTs são de alguma forma envolvidos, há uma tensão colocada diante do discurso instituído de gênero, sexualidade e corpo. Há um risco. Nesse sentido, seremos sempre um grupo de risco. Para a norma.

Que morte é a que me habita com seus ares dissolventes? Que covardia tem essa morte de

não estimular da mesma forma a mesma rebeldia? Porque essa é uma morte civil, travestida de diagnóstico médico, de prognóstico sombrio. Esta venceremos! Abriremos no horror a fenda. Viva. Dado isto, face a morte, rebelo-me por igual. Não aceito essa morte! Estou me preparando para encarar a morte. Aquela. A de todos! (DANIEL, 1991, p.20).

Aquela, a de todos - ao luto a que todos têm direito. Butler (2015c) nos atenta para uma distribuição desigual do luto público. Há enquadramentos que fazem com que algumas vidas sejam passíveis de luto e outras não, que algumas perdas sejam sentidas e outras não, em um jogo de não reconhecimento de algumas vidas a despeito de outras. À morte civil, Herbert Daniel declara guerra. Contra ela lutaremos incessantemente. Da vida, a história oficial já nos tira, já nos (des)conta como perigo, nos vê como aquilo do que se resguardar. Por isso, como veremos a seguir, é urgente um outro modo de contar e acessar a história.

**2**

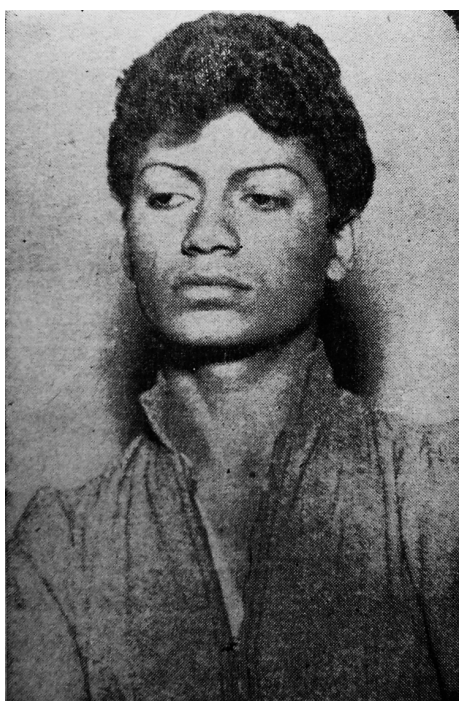
**por onde meus pés caminham,  
nasce um chão**

**lá embaixo um samba que  
não me chama pois não  
conhece o meu nome**

(FREITAS, 2007, p. 43)



**Matéria sobre Jandir**  
Eugênio H. Silva, *O Cruzeiro*, 05/11/1949



**Matéria sobre Cintura Fina**

Não encontrado, *Diário da Tarde*, 25/07/1953

**Matéria sobre Edmundo**

Não encontrado, *Diário de Minas*, 09/07/1952

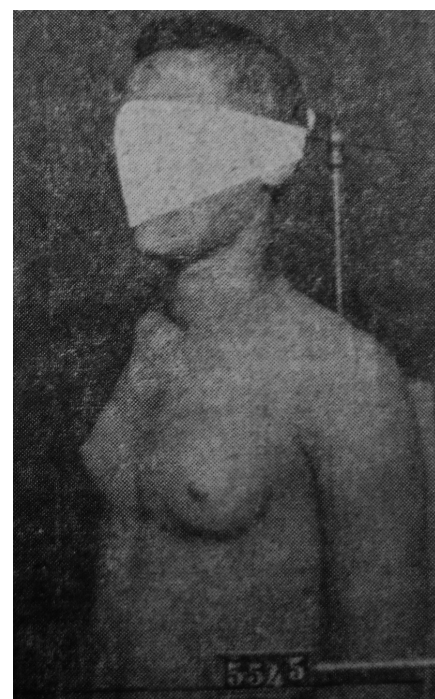
**Matéria sobre Dhainer**

Não encontrado, *Diário de Minas*, 17/11/1960

**Matéria sobre Juarez**

Não encontrado, *Diário da Tarde*, 27/02/1963





**Matéria sobre Ricardo**

Não encontrado, *Estado de Minas*, 05/02/1963

**Matéria sobre Jandir**

Eugênio H. Silva, *O Cruzeiro*, 05/11/1949

**Matéria sobre Coccinelle**

Não encontrado, *O Binômio*, 01/04/1983

## 2.1 quando nós era só um

Então me lembro de uma imagem que habitava as ruas do centro nas décadas de 1980 e 90. Era comum vê-la ali na Avenida Afonso Pena entre Rua da Bahia e Tamóios: ele vinha em seu corpo esguio e definido segurando em uma das mãos uma sombrinha aberta - como um bailarino de frevo. Deixava a outra mão, que desenhava arabescos no ar, ir brincando solta pelo caminho. Os quadris ela jogava de uma lado para o outro em um excesso proposital e ritmado. Andava assim como em uma passarela com algumas pequenas paradas para poses. Olhos bem abertos, às vezes um meio sorriso, desfilava sem demonstrar qualquer preocupação aparente com os olhares, os comentários ou os risos sobre ele. Decidia, olhando sempre adiante, tinha uma avenida a cumprir e nada o impediria.

Nunca estava chovendo, mas a sombrinha sempre aberta me deixava segui-lo por um bom tempo com o olhar. Às vezes o seguia na vontade de aprender com ele a aparecer e depois de sua passagem era sempre diferente o meu dia e os sonhos que teria à noite.

Como me lembro dessa imagem? Como a conto a meu modo sem que a história oficial coloque um ponto final antes que eu comece uma crônica que não interessa à norma? Uma história de desobediência. Como conto essa história para que todos a escutem, para que fique na memória das ruas como Ele sempre quis?

Quando narro o que passei ou o que presenciei, me esforço em trazer o que vivi e o que viveram os meus, é onde nos encontramos: em um improvável varal onde roupas de mortos e vivos dançam com o vento. Mas me avisam que pela via da ciência não poderíamos contar isso como normal, gritam que ele, o bailarino da avenida, nunca existiu. E que simplesmente não podemos modificar o que está no passado. Minha memória não é um documento, não é uma prova.

O corretivo desta linha de pensamento pode ser encontrado na consideração de que a História não é apenas ciência, mas igualmente uma forma de rememoração. O que a ciência “estabeleceu” pode ser modificado pela rememoração. Esta pode transformar o inacabado (a felicidade) em algo acabado, e o acabado (o sofrimento) em algo inacabado. Isto é teologia: na rememoração, porém, fazemos uma experiência que nos proíbe de conceber a História como fundamentalmente ateológica, embora tampouco nos seja permitido tentar escrevê-la com conceitos imediatamente teológicos [N 8 1] (BENJAMIN, 2006, p. 513).

Walter Benjamin nos ensina que sim, pode haver uma outra maneira de interpretar e narrar a história. Aprendo com ele que nada do que aconteceu historicamente pode ser dado como encerrado, não há como fixar o acontecido de maneira a se ter uma verdade histórica definitiva. A idéia da “rememoração” irá permitir a Benjamin uma primeira síntese em relação à história. Para o autor o passado não é objetivável, a memória não é algo objetivo, somos nós que a mobilizamos.

É na história que se faz justiça às injustiçadas. Já sabemos que injustiças existiram, mas precisamos nos perguntar a que custo existiram e qual é o legado desse sofrimento. Mesmo dentro do que sabemos sobre as lutas LGBTs, não poderíamos afirmar que se iniciaram quando tivemos notícia, ou apenas quando grupos se reuniram de forma mais visível. Lutas individuais sempre existiram. Reviver não é recriar, mas lembrar. Precisamos ir além do que foi contado, cavar nos subterrâneos dessa história.

Trata-se de uma história como momento de construção e desconstrução que precisa ser contada a partir da cultura da expansão. No caso da história LGBT os termos “construção e desconstrução” tomam uma dimensão interessante se pensarmos que o gênero e a sexualidade são também construídos da cultura, como visto anteriormente. Construir um corpo-imagem, adaptá-lo, encaixá-lo e, ao fracasso desse projeto, invisibilizá-lo e “vencê-lo” é parte da mesma estratégia que transforma a história dos vencedores na única história a ser contada em direção ao *progresso*. Nesse progresso só cabe o que é *normal*. O que desvia traz riscos, dá trabalho, prejuízo e cabe assim *(des)contá-lo*.

Em sua concepção de história, Benjamin nos mostra que escrever/ler a história a partir de outro ponto de vista que não se enquadre no historicismo sempre empático aos vencedores<sup>3</sup> é fundamental. É uma história materialista que precisa ser contada para fora da economia e da política, a partir da cultura. Não se trata de uma sucessão de fatos gloriosos, mas de uma história à contrapelo, contada do ponto de vista dos vencidos. Uma história em aberto. Um caleidoscópio que ao ser girado nos traz, a cada giro, novas composições. Entretanto, segundo Benjamin, apenas podemos fazê-lo através das imagens dialéticas que são autenticamente históricas. Imagens dialéticas que nos façam abordar o objeto de forma dialética. A sobreposição de passado e presente em constelação, o que foi e o agora num lampejo.

A imagem dialética benjaminiana é uma pausa, um momento de interrupção e iluminação, na qual passado e presente reconhecem-se mutuamente através do vazio que os separa e a dialética transgride as fronteiras da representação tradicional: com a função de remontar o sentido das imagens é como um relâmpago, nunca um sistema (VELLOSO, 2010b, p. 5).

Esse pensamento por imagens, essa dialética imagética, onde primeiro se constroem as imagens (o conceito é posterior a esse olhar) não pode ser acelerada. A aparência é importante e devemos nos demorar na análise das imagens. Precisamos nos perguntar a quais imagens daremos significado. O que em mim está implicado na história que vou contar.

Os insultos a que somos expostos diariamente não são exatamente os mesmos a que eram expostos LGBTs no passado. Re-significamos os antigos insultos usados contra nós e hoje os tomamos para nós de maneira a não mais nos atingirem, mas inventarão outros, iremos novamente resignificá-los? Podemos agendar esse encontro para revisão de insultos? Não

3 Vencedores e vencidos em Benjamin são termos que têm referência na “guerra de classes”, na filosofia marxista, no entanto, sua visão inédita da história é extremamente atual e se aplica perfeitamente em minha busca por uma narrativa que conte a história dos vencidos pela norma. Nessa empreitada, devemos tratar de cuidar para que os mortos não morram mais uma vez, como temia Benjamin e deveríamos temer, todas nós.

se trata de um sistema, como nos diz Velloso. Esses encontros marcados no futuro só farão sentido se eu vir o sentido se *encontrar* comigo.

Como posso aprender com a desobediência de LGBTs no passado? Como o seu “aparecimento” desobediente em espaços de uso público pode hoje me salvar do perigo e me ajudar a também aparecer? Fazia-me essas perguntas o tempo todo quando iniciei a pesquisa, mas elas eram anteriores às imagens e não encontrava respostas. A imagem dialética é onde sua consciência desperta. Com o passar do tempo, em *insights*, imagens se encontravam e como no despertar de um sonho, me esforçava para mantê-las na mente até que fizessem sentido, até que pudesse escrevê-las. Não basta admirar ou venerar essa desobediência dos meus pares no passado, tenho que *realizar* isso. O que foi deixado à margem, o inacabado, precisa ser realizado no futuro.

A questão de como este ser agora (que nada mais é do que o ser agora do tempo do agora) já significa em si mesmo uma concretude superior, entretanto, não pode ser apreendida pelo método dialético no âmbito da ideologia do progresso, mas apenas numa visão histórica que ultrapasse tal ideologia em todos os aspectos.[cf. K 2,3](BENJAMIN, 2006, p. 939)

Como nos ensina Benjamin, sob essa perspectiva, não haveremos de somar os fatos para tirar de seus desdobramentos algo que nos salve a nós nem aos nossos no passado. Não é de somas que é feita essa concepção da história, mas de saltos. Não podemos lembrar o passado apenas como uma enumeração vazia, como aponta Jeanne Marie Gagnebin em *História e Narração em Walter Benjamin* (GAGNEBIN, 1999, p. 97), “mas a tentativa, sempre retomada, de uma fidelidade àquilo que nele pedia um outro devir... A intensidade dessa volta/renovação quebra a continuidade da cronologia tranquila, imobiliza seu fluxo infinito, instaura o instante e a instância da salvação”.

Em um tempo descontínuo, não linear, saltaremos a história oficial que só favorece os vencedores e rememoraremos a *nossa* história. Afinal, toda narrativa histórica é um modo de *des-ver*. Nessa narrativa, onde a história LGBT nunca foi contada, faço uma aposta a partir das teses de Benjamin e do conceito de *des-ver* apresentado por Velloso (2018): somos as protagonistas de uma história (des)contada. Fomos e ainda somos (des)contados da história, da cidade e do repertório de imagens disponível. Uma história que nos faz perdedoras, doentes e forasteiros, está a nos (des)contar diariamente do imagético normativo, das garantias de direitos e da lista de pessoas passíveis de luto e reconhecimento. Não somamos em uma história de progresso e ao final, as contas fecham melhor sem nós. Somos, entre outros, os (des)contados da história, da história oficial, da história dos vencedores.

Entretanto, a partir de Benjamin, em uma história que não é feita de somas, não haverá de caber (des)contos e encontramos aqui nossa possibilidade de aparição, de protagonismo, de existência. Nossa chance de realização para que, talvez, nos encontremos no futuro ou façamos sentido no presente.

Benjamin nos desvia de uma reta traçada pelo conhecimento enquanto acúmulo e linha de consequência. O que é desvio vira rota e o conhecimento “existe apenas em lampejos. O texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo” [N1.1] (BENJAMIN, 2006, p. 499). O que ficou no passado precisa ressoar no presente.

Se a nossa história está silenciada, não adianta apenas encontrar os vestígios do que já foi (des)contado, faz-se necessário rememorar a história a partir de uma outra narrativa que ultrapasse o documento, apesar de contê-lo, mas cuja defesa se sobreponha ao texto para que o projeto não tenha em si um fim produzido novamente pelo historicismo. Não se trata de correr atrás de alguma renegociação com o passado. Não precisamos renegociar, mas defender que existimos a despeito do que é contado, esperado ou tirado de nós. Fazer-nos contar no mundo. Fazer justiça aos que já partiram não é renegociar. É realizar.

Só assim, sou capaz de me lembrar Dele e sua sombrinha quando passo pela avenida Afonso Pena, porque hoje isso faz sentido para mim. Refaço seu caminho com o meu corpo-imagem, dessa vez desenhando esse chão com uma pisada ainda mais forte, talvez um passo de dança, como se as minhas pegadas encontrassem conforto no concreto. Circulando nossa imagem desfocada até que eles encontrem foco em seus dispositivos zumbis, pois é lá que está o “defeito”. A cada história que ouço de outros amigos LGBTs, cada pequeno acontecimento, cada rua andada sem medo é o mundo se realizando agora. Não estamos superando o passado, não há o que superar, não há aqui uma evolução histórica. Escrevo a minha história no presente, a cada presente que acontece e acabo assim com o tempo da opressão.

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado: mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética - não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. - Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem. Despertar. [N2a3] (BENJAMIN, 2006, p. 504).

O momento em que o agora faz sentido é um lampejo. São as conexões que fazemos entre passado e futuro que fazem algo ter sentido. Meu amigo não passa a sombrinha para mim, estamos juntos a caminhar com ela. Simultaneidade, passado, presente, futuro, não como um arranjo performático, mas como um entendimento de tempos personificados naquele instante.

Precisamos manter em mente que as imagens só se tornam legíveis em uma determinada época, como nos alerta Benjamin (2006). Não havia imaginação fílmica em 1930, assim como não havia imaginação queer antes e em uma certa medida, ainda não há. Não para todos. Uma imaginação fora da norma começa a existir em algum ponto do tempo? Porque como a imaginação fílmica, ela não avança de fato? Avança em pedaços, produzindo ainda no cotidiano ruínas irreconhecidas? Por mais que corpos dissidentes já existissem e fossem



(a) mostrados pelos jornais, em espetáculos de circo ou em reportagens e autos policiais, porque não vingavam em um tempo futuro? A história e a norma, ambas, mantêm em sua construção essa engrenagem de invisibilização, mas não podemos nos esquecer que também possuem frestas e falhas e, a partir da rememoração, outras possibilidades de leitura.

Algo se torna legível ao ser criticado, revisto, rememorado lá adiante. Essa rememoração não é apenas desejável, mas se faz necessária e urgente se intentamos existir. Contamos como multidão quando nos contamos lado a lado, não em tempos separados. O nexos causal proposto pelo historicismo não dá conta disso.

“O passado deixou nos textos literários imagens de si mesmo, comparáveis às imagens que a luz imprime sobre uma chapa sensível. Só o futuro possui reveladores suficientemente ativos para examinar perfeitamente em tais clichês” [...]. [N15a1] (BENJAMIN, 2006, p.524). Benjamin afirma que o futuro desencanta o passado, ele é capaz de revelar a fotografia do passado, aquela em que foi registrado e afixado. Contudo, os textos literários seriam um resíduo do passado? E as notícias? Os textos criminais? Poderíamos considerá-las como crônicas? Eles também seriam capazes de revelar o passado quando acessados hoje? Se pretendo falar dos mortos e da cidade, onde posso estruturar essa constelação? De que maneira posso finalmente rememorar a nossa história? Falo com os mortos ao escrever sobre eles. Sua morte ser conhecida os salva.

No início dos anos 1990, veria pela primeira vez um ativista/militante LGBT, Luiz Morando. Sempre o via envolvido nas ações do GAPA - o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids em Belo Horizonte. Atualmente, ele que é doutor em Letras pela UFMG e professor da faculdade Uni- BH, milita como pesquisador autônomo do movimento LGBT em Belo Horizonte. Reencontraria seu trabalho em 2016 quando iniciava uma pesquisa sobre a história da movimentação LGBT em Belo Horizonte para um projeto em imagem. Morando é sem dúvida a fonte mais atualizada e rigorosa em busca da manutenção e preservação da história dos movimentos e movimentações LGBTs em Belo Horizonte.

Iniciou uma coleção de notícias há mais de 20 anos. O GAPA teria facilitado seu trânsito em locais onde ele teve a oportunidade de pesquisar e de conhecer várias pessoas. Sua pesquisa é focada em periódicos (jornais e revistas), história oral e autos de crimes envolvendo a população LGBT. O levantamento vai até o ano de 1989, daí para frente o acesso e resgate seria facilitado pelos próprios meios de busca e compartilhamento na internet. Acumular um arquivo por anos lhe garante acesso a um amplo material possibilitando a reflexão e produção de pesquisas relativas ao resgate de identidades.

Os arquivos, gentilmente disponibilizados pelo professor, são fontes fundamentais para esta pesquisa. Trazer seu trabalho é trazer a história local dessa movimentação e, a partir daí, ter a chance de contar *outra* história.

Através de pesquisas em jornais e autos da justiça e entrevistas, Luiz Morando nos apresenta uma vasta coleção de personagens. Portanto, aqui tomo o tempo para rememorar as vidas delas e deles que tiveram suas existências (des)contadas pela história com o objetivo de torná-las perdedoras, insanas, doentes ou pervertidos. Conto pelas imagens, mais do que pelas notícias, e rememoro suas trajetórias (o pouco que acesso sobre elas) deixando de fora o que de bizarro, grotesco ou anormal tenham acrescentado a elas.

Pela imprensa e segundo a lei, sabemos que foram perseguides e apresentades como *anormais, invertidos, estranhos, paraibas e imorais*. São mencionados através de relatos de situações criminosas ou de entretenimento escuso - ora em crônicas sensacionalistas, ora no lugar do bizarro, monstruoso e perigoso. Como indicado no primeiro capítulo, os campos jurídico e biomédico tratam de agir impiedosamente para manter as *designações* em dia.

Saberemos de nós não apenas por essas vias, mas é importante visitá-las, rememará-las e contar nossa história a partir desse encontro que só faz sentido no presente, quando também a norma é revista e apresentada de uma outra maneira, sob nosso ponto de vista. Essa rememoração não tem a intenção de, mais uma vez, constatar o que foi feito, mas de analisar a maneira como essa história foi (des)contada. Apreender o passado pelo presente. Fazer sentido, para não matar, agredir ou silenciar novamente os nossos.

Ao discutir a rememoração, Benjamin (2006) parte para outra chave metodológica importante em sua obra: todo documento de cultura é um documento de barbárie. Os documentos que veremos a seguir trazem um rastro de morte e sofrimento em sua construção. Cultura é violência. Os construtos da cultura são normas que matam, violentam, fazem sofrer e Benjamin, com precisão, situa a barbárie no interior dessa cultura.

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura que não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história à contrapelo (BENJAMIN, 1985 p.225).

Procuro por nós nas notícias de jornal e nos autos de justiça resgatados por Luiz Morando. Escrevo o que li, da maneira que li no presente. Tento aqui rememorar esses pares que sozinhos construíram, à sua moda, um pouco da cidade queer. Que à luz do dia, colocaram seus corpos nas ruas. Deixo logo abaixo da minha leitura daqueles fatos, as notícias de jornal e os autos, para que as histórias sejam revisitadas e para que a imaginação construa a partir delas, outras biografias. Não se trata de recriar a história dessas pessoas, mas realizar. E também de contar suas histórias sem os marcadores da norma, denunciando assim seus

métodos. Segundo Benjamin (2006), devemos procurar as injustiças no passado, não os triunfos. Converso com os mortos pela rememoração ao escrever sobre eles. Respondo a eles sobre uma reivindicação nunca atendida. O que foi deixado à margem.

amélia que era mulher de verdade

fugiu com a mulher barbada

barbaridade (...)

(FREITAS, 2017, p.43)

## **EDMUNDO**

Nasceu no Alto do Rio Doce e lhe deram o nome de Feliciano, mas se enganaram. Ele, logo que pode, desfez o mal entendido e disse a todos que não era uma mulher como pensaram. Aquele não era seu nome e assim, tentou registrar seu nome e gênero, mas foi impedido. Não se resignou, partiu para Belo Horizonte com 25 anos e longe do passado começou a se vestir com roupas “masculinas” ou “neutras”, roupas com as quais se identificava. Trabalhou em vários locais até conhecer Amélia e se apaixonarem, mas foi um tormento. Morava e trabalhava em Santa Tereza e Amélia na Sagrada Família, ela era casada e o romance não foi muito longe. Ele tentou terminar tudo, mas Amélia não o deixava em paz ameaçando-o de morte até que foram parar na delegacia. O delegado aceitou sua queixa quanto à ameaça de Amélia mas lá ele foi exposto e analisado, apareceu nos jornais como “paraíba” e jornalistas escreveram sobre ele. Foi manchete por um tempo, mas logo o esqueceram. Ele nunca esqueceu, mas seguiu em frente, não tinha nada errado consigo. Mudou de endereço, de trabalho e trabalhou muito ao longo da vida. Anos depois conseguiu mudar seus papéis. Finalmente era Edmundo e conseguiu se casar com Maria Raimunda com quem já dividia a vida. Viveram juntos por quase vinte anos. Ela morreu em 1976 e ele seguiu sozinho vivendo a despeito de tudo e todos como Edmundo. Ele mesmo, até sua morte. Foi quando foi “descoberto” como diziam novamente os jornais. Fizeram buscas, encontraram sua família que nunca mais tinha encontrado. Mas a questão que permaneceu sobre ele não foi sobre seu gênero ou sua sexualidade, mas como havia feito para enganar o sistema. Bem, hoje podemos dizer que foi o sistema que se enganou. Ele NÃO sente os reflexos de ter guardado o “segredo” pela vida inteira e ninguém na verdade sabe o que ele sofreu, ou o quanto foi feliz por ter sido quem era durante aqueles vinte anos.

**Diário de Minas, ano IV, n. 909, p. 12 09/07/1952, 4ª-feira**

*“Feliciano, a que nasceu para viver um destino diferente*

*O ser e o não ser da existência de uma “Paraíba”*

*É preciso lutar muito quando uma personalidade está sobrando – Uma alma que usa bota trocada – Mas viver, todos vivem, e cada um o faz como pode*

*Reportagem de Oscar Nonato Chaves*

*Vocês já conhecem Feliciano, caros leitores? Lembrem-se de que há dias lhes falamos dela, quando sua desconcertante figura surgiu numa complicada história de amor que o delegado do 5º Distrito teve que resolver. Acusada por um infeliz marido de desencaminhar a sua esposa, ela por sua vez pediu garantias ao dr. Domingos Henriques, dado que se via agora perseguida e ameaçada de morte pela mulher que antes seduzira para a sua mórbida afetividade.*

*Não voltaremos aos meandros escusos desse caso que o próprio dr. Domingos Henriques, calejado em seu espinhoso ofício, tratou com o maior escrúpulo. Há certas coisas que confundem a sensibilidade, mesmo quando se tem muita experiência e compreensão.*

*Não nos esqueçamos, todavia, de que Feliciano é apenas um desses dramas cotidianos que raramente desvendamos, porque correm silenciosos nos subterrâneos da vida. Feliciano ama, vive e sofre como qualquer outra criatura.*

*Quem quiser que nos acompanhe: vamos agora dar um giro pelo desconhecido mundo dos interesses e das paixões dessa “paraíba”, que anda por aí buscando o seu lugar ao sol, pois cada um se agita como quer e como pode.*

*A túnica de Safo*

*A natureza humana é cheia de surpresas escarnecedoras, e Feliciano Campos de Oliveira é uma delas. Já dissemos mais ou menos a seu respeito que ela nasceu para viver nalgum jardim pecaminoso de Lesbo, ouvindo os cantos embriagadores de Safo.*

*Se isto altera substancialmente a sua personalidade, não a impede, contudo, de viver. E Feliciano vive, tão certo é que neste mundo de erros (sic) há sempre um cantinho para cada um.*

*Esta certeza tivemos diante de seu sorriso calmo ao pousar para o nosso fotógrafo, ao vestir os trajes de sua preferência e ao narrar com serenidade um pouco de sua existência estranha para os demais, porém normal para os seus impulsos íntimos.*

*Disse ter 35 anos de idade embora nos parecesse, com franqueza, ter 35 anos que perdeu o juízo. Eis um pormenor em que ela continua sendo cem por cento mulher...*

*Nascida no Vale do Rio Doce, cresceu com certo atrativo, e o seu buço viçoso chegou a atrair um carpinteiro e um francês que, desconhecendo as suas singularidades inconcebíveis, lhe propuseram casamento.*

*Mas Feliciano, que tinha então 17 anos e ouvia dentro de si uma música soturna, dizia consigo mesma: “Homem, não”.*

*Como todo o mal do mundo vem é mesmo da mulher, foi exatamente uma que, não tendo no momento um Adão para perder, com sussurros maliciosos desvendou aos olhos da sombria adolescente o caminho natural de suas tendências. Feliciano correu pressurosamente a colher o fruto proibido.*

*Nesta altura da narrativa, ela esfregou as mãos sorridente e esquivou-se de nossas perguntas, porque curiosidade não é virtude eminentemente feminina. Não penetramos nos domínios de suas recordações secretas, onde nomes hoje respeitáveis são como um inquietante compromisso com o passado. Feliciano, crepe sinistro sobre muitas consciências, é discreta neste particular, e por isso quem quiser arrepender-se de suas fraquezas, pode fazê-lo sem temores.*

*Dado o primeiro passo ao encontro de sua sina – é ela sempre que nos vai contando – definiu-se-lhe o gosto de viver, mas persistiu o desajuste de sua condição, que não lhe permitia mudar a última letra de seu nome.*

*Um destino diferente*

*Há cerca de 10 anos, a “paraíba” do Rio Doce veio para Belo Horizonte. Empregou-se como cozinheira numa casa de família, porém o seu jeitão varonil fez com que a patroa a dispensasse logo. Excentricidades da patroa, pois via de regra as donas de casa são apressadas em despachar as empregadas feminis demais. Em todo o caso, é possível que a zelosa mãe de família, segura quanto à “firmeza” do marido temesse por outras pessoas da casa.*

*Feliciano passou então a trabalhar aqui e ali, distante dos afazeres domésticos. Ganha hoje o seu pão numa lavanderia.*

*Ostenta certo verniz de educação, pois cursou até o segundo ano de adaptação normal. Tem olhos duros e severos para os homens, dos quais sempre viveu muito longe.*

*Está satisfeita com a sorte que Deus lhe deu, embora incompatibilizada com certos aspectos de sua existência. Não gosta de roupa de mulher e não pode usar as de homem, presa como está à difícil ocorrência que deve manter entre o que é e o que deixa de ser. E assim usa apenas um guarda-pó, que é roupa sem sexo.*

*Com seus melancólicos anseios, arrasta-se de aventura em aventura. A verdade é que amores nunca faltam, de vez que são apenas um lugar-comum do sentimento. E a “paraíba” confia ainda no poder de sua mórbida sedução. Haja vista a paixão ardente que ela inspirou à quase cinquentona Amélia, que anda a exigir a sua afeição sob ameaça de morte.*

*Feliciano não se intimida nem se detém. Vai por aí, certa de que uma cidade grande tem muito de Sodoma e de Gomorra. Por isso, segue tentando ver o proveito que pode tirar das dissonâncias alheias ou quando nada dos ocasionais deslizes de consciência.*

*E quando os conquistadores impertinentes a olham, ela carrega o cenho e pisa duro, como querendo dizer:*

*“- É muié macho, sim sinhô...”*

*[Duas fotos com Feliciano vestida de terno, em pé e assentada. Legenda: "UM SONHO QUE NÃO PODE SER - Ao meter-se em trajes de homem, Feliciano nunca se mostrou tão bem, por encarnar a personalidade que lhe convém. Posou desembaraçadamente e aceitou um cigarro com prazer. E notem que como "homem" sua figura é bem melhor...]*

**Jornal de Minas, n. 18.458, p. 16**

*"Agora 'ele' não sente os reflexos de ter guardado o segredo pela vida inteira. Mas antes de morrer deve ter sofrido ao imaginar que seu segredo se tornaria público. Mas só depois de morto. Ou morta."*

**Diário da Tarde, ano LI, n. 17.268, 1º Caderno, p. 1 - 12/08/1981**

*Rondante era mulher (fotografado)*

*"Para todos que o conheciam, Edmundo de Oliveira, 67 anos, era um rondante de voz fraca e muito "sistemático" que quase nada revelava de sua vida, a não ser que tinha filhos em lagoa da Prata. Como vigia de uma agência de automóveis, chegou a espantar ladrões, dando alguns tiros. Adoentado, recusou o quanto pôde procurar um médico, até que foi internado no Hospital Santana, onde morreu ontem pela manhã. No Instituto Médico Legal, os legistas, espantados, descobriram que Edmundo era mulher."*

**Estado de Minas, ano LIV, n. 15.478, 1º Caderno, p. 15 - 19/08/1981**

*Edmundo, o rondante, era mesmo Feliciano (fotografado)*

*"O rondante "Edmundo de Oliveira" está finalmente identificado. Trata-se realmente de Feliciano Campos de Oliveira, reconhecida na manhã de ontem no Instituto Médico Legal, por seu sobrinho Vicente Teixeira e pelo irmão dele, Raimundo Silva de Oliveira. Ela é a mulher que durante vinte anos viveu em Belo Horizonte como homem, trabalhando como rondante, usando o nome de Edmundo de Oliveira.*

*Os policiais, desde o final da semana passada, tentavam localizar Raimundo Silva de Oliveira, para cuja casa Feliciano teria se mudado por volta de 1933 quando deixou a fazenda Paciência, em Alto do Rio Doce. Ele confirmou que o corpo, no IML, é realmente de Feliciano.*

*O auto de reconhecimento do IML foi assinado por Francisco Vicente Teixeira e Raimundo. Os policiais não quiseram que o reconhecimento fosse feito na segunda-feira pelos parentes. Informaram que os dois sobrinhos tiveram dúvidas ao ver o cadáver. Explicaram os policiais que Feliciano não era vista pelos parentes há mais de 30 anos.*

*O caso está encerrado para a Delegacia de Falsificações e Defraudações. Ontem à tarde, os policiais retornaram ao Instituto Médico Legal para tratar da liberação do corpo para que fosse sepultado. Eles não souberam informar se Feliciano será sepultada em Belo Horizonte ou em Alto do Rio Doce.*



*Os sobrinhos dela voltaram a dizer ontem à tarde na delegacia que sua tia, como todos os parentes comentam, não se sujeitava a viver como mulher e por várias vezes falou em se “tornar um homem”. Disseram também que uma vez ela tentou mudar o registro no cartório do Alto do Rio Doce, mas não conseguiu.”*

**Estado de Minas, ano LIV, n. 15.472, 1º Caderno, p. 15 - 12/08/1981**

*Polícia descobre que rondante era mulher (fotografado)*

**Diário da Tarde, ano LI, n. 17.268, 1º Caderno, p. 1 - 12/08/1981**

*Rondante era mulher (fotografado)*

*3º Caderno, p. 20*

*IML descobre: Edmundo era mulher (fotografado)*

## **JANDIR**

Seu nome era Jandir, tinha dezessete anos quando veio do Serro para Belo Horizonte. Chamavam-no insistentemente de Jandira, mas desde sempre soube quem era. Era Jandir e seguiu desobediente. Manifestava seu desejo por reconhecimento todo o tempo. Mudou seus trajes e fez o que achava necessário para seu próprio conforto. Procurou trabalho honestamente e não aceitou o que diziam sobre ele, nem dos médicos que o examinaram, nem da lei que o perseguia. Foi ajudante de caminhão e buscou trabalho em outros locais. Foi notícia de jornal, ridicularizado e seguido pelas ruas, onde foi tocado, insultado e apedrejado. Continuou desobediente, roubou para sobreviver, brigou, foi preso e depois de tentar voltar para casa, não foi mais visto. Nunca mais foi notícia de jornal.

**Diário da Tarde, ano XIX, n. 6.297, p. 2 -31/10/1949**

*Marcada pelo destino*

*Jandira Cândida, envergando novamente trajes femininos, tem sido vítima de indivíduos desalmados – Um caso doloroso para as autoridades resolverem.*

*“Marcada rudemente pelo destino, que nem ao menos o sexo lhe definiu exatamente, fazendo pairar em seu íntimo eterna dúvida, Jandira Cândida, a “mulher-homem” continua sendo a grande e dolorosa atração das ruas de Belo Horizonte. É a mulher-homem que os 350.000 belorizontinos desejam ver e sobre quem fazem os mais controvertidos comentários.*

*Filha de lavradores domiciliados no Serro, Jandira Cândida veio a Belo Horizonte para submeter-se a*

*uma operação. E que, embora até então usando indumentária feminina, jamais ela se convenceu de que é mulher. Gosta do trabalho pesado, fenômenos naturais na vida feminina jamais lhe sucederam, ama as mulheres e, segundo consta, é portadora de anomalia que a faz aproximar muito, em aparência, dos homens. Convencida de que pertence realmente ao rol dos filhos de Adão, Jandira, aqui na Capital, trocou os trajes femininos pelos masculinos, foi ao barbeiro e mandou desbastar o cabelo encarapinhado, cortando-o à moda Príncipe Danilo. E depois disso declarou-se que ia ganhar a vida honestamente, como ajudante de caminhão.*

*O Diário da Tarde, procurando colaborar para o esclarecimento da situação dessa infortunada criatura, entrou em entendimento com o competente cirurgião dr. José Maria Figueiró, que se prontificou, se fosse o caso, a até operar Jandira, tornando-a homem ou mulher, conforme as condições. No exame que fez, o dr. Figueiró encontrou em Jandira as características que a definem como sendo realmente mulher. E para um estudo mais completo desejava com um cirurgião não identificado que, antes, havia operado a mulher-homem, uma vez que a paciente ignora o seu nome e não sabe o seu endereço. (sic)*

*Paira a dúvida no espírito de Jandira*

*Jandira Cândida, porém, não se conforma com a opinião do médico:*

*- Esse homem não sabe da verdade. Eu tenho certeza de que sou homem e ele agora vem me dizer que sou mulher.*

*E com essa convicção a “mulher-homem” continua andando pelas ruas da cidade, sempre olhada pelas multidões curiosas, chegando, mesmo, a ser até tocada por certos indivíduos, oferecendo triste espetáculo na via pública.*

*Nestes últimos dias, Jandira Cândida resolveu novamente vestir trajes femininos, o que aguçou mais ainda a curiosidade pública. De cabelo cortado à Príncipe Danilo, e usando vestido está, realmente, chamando a atenção. E toda gente quer vê-la, comentar a sua infelicidade.*

*Agora, como se tudo isso não bastasse, Jandira está sendo vítima da desumanidade de certos indivíduos desalmados.*

*Irritando-se, naturalmente, com as frequentes perguntas impróprias que lhe fazem e por lhe tocarem o corpo, em plena via pública, Jandira mostra-se nervosa. E indivíduos de má índole, não satisfeitos com a reação da infeliz criatura, atiram-lhe pedras e cascas de frutas, provocando cenas as mais dolorosas.*

*Passa fome*

*Outra faceta dolorosa da vida de Jandira Cândida é a das privações por que ela tem passado. Está passando fome pois, embora queira trabalho, ninguém lhe dá emprego, justamente pela ameaça da inquietação provocada pela curiosidade popular.*

*Já é tempo, por conseguinte, das autoridades resolverem a situação da mulher-homem, que constituindo a grande atração das ruas da cidade, provocando risos e comentários, é uma infeliz criatura marcada pelo destino.”*

**O Cruzeiro, ano XXI, n. 3, p. 54-56 - 05/11/1949**

*“Quero ser homem!” (fotografado)*

**Diário da Tarde, ano XIX, n. 6.297, p. 2 - 31/10/1949**

*“Marcada pelo destino”*

**Diário da Tarde, ano XIX, n. 6.274, p. 8 - 04/10/1949**

*“Tenho certeza de que sou homem!”*

**Diário da Tarde, ano XIX, n. 6.272, p. 7 - 01/10/1949**

*O bisturi deverá entrar em ação.*

## **RAINHA D’ESPANHA MILENE LOPES**

Seu nome era Milene, mais conhecida como a Rainha D’Espanha Milene Lopes. Viveu em Belo Horizonte e começou sua vida como artista ainda nos anos 1950, mas foi nos anos 1960 que sua carreira deslanchou. No Maletta, atuava no Alex Scotch Bar. Teve uma boate nos anos 1970, a Sun Flower, mas foi na Sukata que se ressaltou como diretora artística. Lá encantou milhares com suas castanholas fantásticas. Em suas palavras: “Amo Marx, Schopenhauer, Hegel, Engels, Sartre... E amo o Rio. Aqui, a polícia não me deixa andar vestida de mulher pela cidade. O mineiro não compreende certas coisas e escandaliza à toa”. Dançava o balé folclórico porque não gostava de nada clássico.

## **Binômio - 1º de julho de 1963**

*“Milene paga meio milhão para ser mulher de verdade”.*

*O jornal explora pontos como a cirurgia que Milene supostamente faria e apesar de publicar sua entrevista, começa a matéria mencionando seu nome de registro. Depois publica a entrevista com as informações que estão narradas no texto acima.*

## **DHAINER PELUZZI WARD**

Dhainer era seu nome. Operário. Desobediente desde criança, diziam a ele como brincar, mas ele brincava de outro modo, diziam a ele como se vestir, mas ele se vestia de outro modo. Diziam a ele como viver, mas ele vivia como bem entendia.

### **Ato Judicial: 11 de novembro de 1960/Imagem: Diário da Tarde, 15/11/1960.**

*“Que esclarece ainda a respeito da carteira de trabalho do menor, expedida pela Delegacia Regional deste Estado, sob o número 51.130, que as alterações nela praticadas, tais como: a remoção da fotografia do portador, a falsa assinatura de ‘Dhainer Peluzzi Ward’, a alteração da palavra ‘operária’ para ‘operário’, bem como a anotação de ‘cassada a presente carteira por motivo de mudança de sexo’, foram todas feitas pela declarante no intuito de se fazer passar por homem; que desde pequena gostava de brinquedos masculinos e há mais ou menos cinco anos vem se trajando com roupas masculinas e se apresentando como homem, inclusive quando foi conduzida a esta Delegacia, para prestar esclarecimento a respeito do caso em tela.”*

## **MARIA ANDRADE**

Era solteira e vinha de Santa Bárbara. Roubava das patroas. Roubava e era só o que se sabia sobre ela naquelas redações de jornal. Presa pela Delegacia de Repressão e Vadiagem, mais de 57 vezes. Roubava e só.

### **Diário de Minas de 25 e 26/10/ 1964**

#### *Fichário Policial*

*Nome: Maria Andrade, conhecida pelo apelido de “Cara de Homem” de 26 anos, solteira, natural de Santa Bárbara. Número de ficha na Delegacia de Repressão a Vadiagem: 17*

*Entradas na Delegacia de Repressão a Vadiagem: 57. Sua especialidade “falsa doméstica”. Condenações: nenhuma*

*“Cara de Homem” começou a furtar quando conseguiu um primeiro emprego no bairro Calafate, tirando um anel de sua patroa e quando foi presa disse que queria encontrar com seu namorado e que furtara o anel para se enfeitar. A polícia não quis instaurar inquérito contra ela, porque era primária, e nêstes casos dá uma oportunidade ao ladrão. Maria Andrade, depois de ter saído da Delegacia de Repressão a Vadiagem, para onde tinha sido levada pelos componentes de uma guarnição da RP, empregou-se numa outra casa no bairro Progresso e imediatamente furtou tôdas as jóias de sua patroa. Foi prêsna pela segunda vez e a polícia começou um inquérito contra ela. Posteriormente “Cara de Homem” foi presa mais 57 vezes, por suspeita e por pequenos furtos, mas foram instaurados contra ela somente*

*sete inquéritos, já tendo alguns sido encaminhados à Justiça de Belo Horizonte. Os outros estão em andamento. Há seis meses que “Cara de Homem” desapareceu de BH.*

### **NOME NÃO INFORMADO**

Uma pessoa embriagada briga em um bar.

### **Diário de Minas - 21-11-1968**

*MARIA MUITO HOMEM*

*“A polícia prendeu por aí uma dona, o caso é que a entortada entrou num boteco e mandou brasa. Depois de várias doses de cachaça, cismou de não pagar a conta e quebrou tudo. Desde a cara do português do balcão até as instalações sanitárias. Veio o rapa e a dona enfrentou a turma policial na base do tapa. Depois de muita briga, os patrulheiros colocaram nossa amizade no xadrez. E na frente do delegado, falou a pistoleira: “Olha comigo num tem disso não. Tretou, relou, tá no catiripapo.” O delegado, um cara calmo às pampas, respondeu: “Mas o que é isso minha senhora?”. Pra quê. Aí a coisa virou jôgo de várzea. A dona falou: “Minha senhora é isso assim-assim. Meu nome é Maria-Tomba-Homem. Quer ver? Pelo sim pelo não, o delegado preferiu acreditar. E Maria-Tomba-Homem ficou na cela masculina. O processo vai correndo na maior animação.*

### **NOME NÃO INFORMADO**

Era uma mulher, era brava. Bebia às vezes e não levava desaforo para casa. Era uma mulher pelo que diziam, era brava.

### **Diário de Minas - 21-11-1968 - manchete:**

*Maria Muito Homem. A chamam ainda de dona e pistoleira. Bebe, não paga a conta, bate e quebra. Entre aspas colocam uma suposta fala dela em que diz se chamar Maria-Tomba-Homem. Em tom de deboche, informam que ela está presa em uma cela masculina e que o processo corre na maior animação”.*

### **NOME NÃO INFORMADO**

Uma mulher, uma briga - se foi o bombeiro que começou, se foi sem motivo a briga, não sabemos.

Os agentes procuram por uma mulher sem nome. Procuram por uma mulher de pés grandes. Se seus pés são grandes, não sabemos, mas seus passos são largos e não a encontraram.

## **O Diário - 18-05-1966**

*“Maria Pé Grande” espanca bombeiro.*

*“Por ter sido agredido por uma mulher que é conhecida por “Maria Pé Grande” e que segundo ele é “fogo na roupa”, medicou-se no Hospital do Pronto Socorro o bombeiro Paulo Ribeiro de Vasconcelos (26 anos, solteiro, residente à rua Gustavo da Silveira, 200).*

*O bombeiro, que apanhou da mulher, disse que os fatos ocorreram na rua Mauá, próximo da avenida Pedro II e que ele não sabe os motivos que levaram “Maria Pé Grande” a espancar-lhe fazendo o uso de uma garrafa. O 4º Distrito Policial tomou conhecimento do fato e instaurou inquérito, estando dois agentes procurando localizar a espancadora. Depois de medicado, o bombeiro retirou-se para sua residência”.*

## **ALAÍDE**

Uma mulher é presa por suspeita de tentativa de assassinato. Uma pessoa. Suspeita.

## **Última Hora - 14-10-1966**

*“Maria Tomba Homem” de fogo faz confusão no segundo distrito.*

*“Mascando fumo, usando calça e camisa de homem e completamente embriagada, a pernambucana Alaíde de tal, residente da Rua São Tomaz de Aquino, 515, no alto dos Papagaios, foi prêsã ontem pelo patrulheiros da RP-22, depois de tentar matar uma vizinha e levada para a Delegacia da 2ª DP, e, depois de cuspir no rosto dos investigadores e prontidões, declarou ao Delegado de Plantão que “meu apelido é Maria Tomba Homem que não têm mêdo de ninguém”.*

*Delegado de Plantão, por causa dos modos da mulher que parece homem, mandou-a para o Departamento de Medicina Legal para exames de sanidade mental, onde ficou positivado que ela não possui nenhuma alienação mental, podendo ser processada por desacato à autoridade, resistência à prisão e tentativa de homicídio, pois na hora em que foi prêsã estava armada com dois facões tentando matar sua vizinha Ana Coelho Duarte.”*

## **LUCIA AUXILIADORA**

Lucia era moradora do centro, talvez prostituta. Cansada. Brigou com outra mulher.

## **Diário de Minas - 04-08-1960**

*“Tomba Homem”*



*“Lucia Auxiliadora é uma “vadia” metida a “Maria tomba Homem” que, apesar do nome, não “oxilia” ninguém. Muito pelo contrário. Com ela tudo é na base da ignorância e seus casos são resolvidos sempre sem qualquer diplomacia. “Creuolinha” muito “da mixuruca” e muito “metida a sêbo”.*

*Lucia, que reside numa “cafua” cuja se localiza no começo da rua São Paulo, desde algum tempo “invocou com a fachada” de sua colega de desdita, a Maria da Conceição Alves, que é precisamente outra “baranga” a serviço da prostituição em nossa terra. “Sai faísca” quando as duas se encontram e um rompimento de hostilidades já estava sendo aguardado “desde o outro carnaval”. Até os apostadores que fazem ponto em frente ao Café Pérola já estavam de “antena ligada” e o movimento de apostas estava “bárbaru”.*

*E domingo último, “deu-se a coisa”. Lucia Auxiliadora já cansada de “cozinhar o galo” tomou a deliberação: “bordunar”. Juntando a Maria da Conceição pelo colarinho iniciou a “operação sarrafo”. Mordeu, beliscou, puxou-lhe os cabelos, deu-lhe uns chutes “a la Pelé”, enfim “deu-lhe castigo”.*

*Entretanto, para “azeite” dela, a “normalista nº 4 estava por perto e resolveu “entrar de gaiata” e, no final das contas, enquanto Lucia foi colocada “naca”, Maria da Conceição, bastante “esculhembada” foi levada ao Pronto Socorro para medicar-se. “*

## **JUAREZ**

Juarez lamentou muito a retirada do Pirulito da Praça Sete em fevereiro de 1963, mas não se resignou, vestiu-se com seu maravilhoso Pagode Chinês e foi para a praça no carnaval, dançar em protesto a esse ato. Lá ele foi preso, mas não se deu por vencido e questionou o motivo. Não estava fazendo nada demais. Passou a noite no xadrez e no dia seguinte foi liberado. Pediram que promettesse não mais protestar pelo obelisco, ele até prometeu... mas não se sabe se usou de novo seu Pagode Chinês.

### **Diário da Tarde XX/02/1963**

*Exibia seu “Pagode” na Praça Sete, foi preso, e ainda reclamou calma - acima de sua foto a palavra “anormal”.*

*“Trajando uma elegante fantasia denominada “pagode chinês” o “anormal” Juarez de Paula sem residência fixa, foi preso pelos guardas 1456 e 1800, às 22 horas, do último sábado, na Praça Sete. Juarez de Paula, ao dar entrada na 2ª DP, protestou contra a sua prisão, dizendo que não estava fazendo nada demais, dançava naquele logradouro para demonstrar sua “grande dor” pela retirada do “Pirulito”. Os guardas informaram ao delegado, Valdir de Barros da 2ª DP, que Juarez de Paula estava despertando a atenção dos foliões na Praça Sete, provocando tumulto.*

*“Polícia Branda”*

*Ao ser recolhido ao xadrez, o anormal que estava com seu “Pagode Chinês” disse para o sub-inspetor Levi Campos, que ele era um sexagenário muito simpático, mas os seus colegas de Polícia não estavam “brandos” como recomendou o Secretário de Segurança, Sr. Caio Mario da Silva Pereira. Juarez foi posto em liberdade, na manhã de domingo prometendo não mais reverenciar a retirada do “Pirulito” da Praça Sete.”*

## **CINTURA FINA**

Cintura era uma travesti. Veio do Ceará e viveu por muitos anos na capital mineira. Manipulava bem as navalhas que usava para se defender e proteger também travestis e prostitutas injustiçadas. Sentimental, barraqueira e corajosa, viveu errante, entre brigas, prisões e boemia. Figura forte lembrada até hoje.

### **Diário da Tarde, ano XXIII, n. 9.483, p. 10 25/07/1953**

*Violenta agressão a gilete esta madrugada em uma pensão alegre*

*“Autuado o “taradinho”, o golpe teria sido desferido por uma irregular – A vítima com profundo corte no rosto.*

*Às primeiras horas de hoje, uma guarnição da Radiopatrulha foi chamada às pressas para intervir em violenta cena de agressão que se desenrolou no recinto da Pensão Nova América, situada à rua São Paulo, 161, na parte boêmia da cidade. Chegando ao local, os patrulheiros prenderam em flagrante o cozinheiro José Arimateia de Carvalho, de 20 anos, conhecido pela alcunha de Cintura Fina, acusado de haver desferido profundo golpe, com lâmina de barbear, no rosto de Paulo Neves. Este foi socorrido pelos patrulheiros, pois sangrava bastante na parte atingida pela gilete, sendo levado imediatamente para o Pronto-Socorro.*

*Seria uma mulher*

*José Arimateia de Carvalho foi transportado em carro da Radiopatrulha para a Polícia Central, sendo autuado em flagrante por lesões corporais. O auto de prisão já havia sido lavrado quando a polícia, após proceder diligência, apurou que José Arimateia de Carvalho não seria o autor do violento golpe de lâmina que atingiu Paulo Neves. Em meio à confusão que se originou no interior da Pensão Nova América, uma irregular, que responde pelo nome de Maria de tal, teria desferido a giletada na vítima, escondendo-se antes da chegada da Radiopatrulha. Cintura Fina negou tivesse utilizado lâmina de gilete durante a luta em que empenhou com Paulo Neves. O flagrante anteriormente lavrado cairá, certamente, em face da nova versão seguida. José Arimateia de Carvalho foi recolhido ao 2º Distrito Policial, onde permanecerá até a completa solução da ocorrência.*

*Tipo “glostorado”*

*Cintura Fina, que se envolveu na ocorrência da Pensão Nova América, é natural do Ceará e, pelo que se informa, em sua cidade natal era conhecido pelo apelido de Esther Williams. O rapaz, que é um tipo glostorado, causou espécie àqueles que assistiam ao seu depoimento na polícia.*

*Com recalques femininos, Cintura Fina tinha as unhas esmaltadas e cabelo “arranjado” com permanente Toni. Além disso, o rapazinho passava rouge, fato que mais impressionou os investigadores na Polícia Central.*

*Cintura Fina, realmente, é um desses tipos que envergonham o sexo, uma vez que se julga de beleza incomum e que nasceu talhado para ser mulher.”*

### **Diário da Tarde, ano XLII, n. 24.573, p. 13 - 08/08/1972**

*Cintura Fina, agora apenas um homem de cabelos grandes.*

*“Quando chegou a Belo Horizonte, em 1953, vindo da Bahia, José Arimatéia Carvalho da Silva, um rapaz de 18 anos, passou a frequentar a zona boêmia, nos bons tempos do Dancing Montanhês. Ali, por seu corpo esguio, recebeu o apelido de Cintura Fina, para se tornar mais tarde um homossexual perigosíssimo.*

*Começou a trabalhar como bailarino do antigo Hotel Nova América, na rua São Paulo, entre Guaicurus e Santos Dumont, frequentado na época pelas mulheres mais belas que viviam da prostituição. Muito gentil com as mulheres, era uma espécie de confidente delas. E, justamente por causa de uma mulher, foi preso pela primeira vez: na Leiteria São Paulo, teve um desentendimento com um bancário e o agrediu a golpes de gilete, sendo preso em flagrante, isto no dia 28 de maio (sic) de 1953, pouco mais de um mês que havia chegado a Minas.*

*Amor no xadrez*

*- Durante os 81 dias que estive preso – ele diz – conheci no xadrez o vigarista Luiz Baeta Neves. Depois de muito tempo de convivência, eu estava na rua Guaicurus quando ele passou em companhia de uma mulher. Inconformado, fui até a casa da mulher e quebrei tudo que encontrei na minha frente. Só Deus sabe porque não a matei. Dias depois ele apareceu e me deu 17 navalhadas. Fiquei então internado durante uma semana no Pronto-Socorro.*

*Recuperado dos ferimentos provocados por Luiz Baeta, Cintura Fina voltou a viver na zona boêmia, onde já era temido por homens e mulheres que frequentavam os dancings da região.*

*- Foi aí, então, que conheci o Tião, um Guarda Civil. Depois, por incompatibilidade de gênios, nos separamos. Ele, inconformado, me procurou um dia e me deu um tiro. Para me vingar, arranquei sua orelha com uma navalha. Fui condenado a oito meses de prisão e cumpri a pena na Casa de Correção Dutra Ladeira. Às vésperas de deixar a cadeia, Cintura Fina conheceu outro vigarista: Dorival Lelis Rocha. Foi para a Guanabara onde depois se desentendeu com um indivíduo conhecido por Auralino, o feriu*

*a navalha. (sic) Preso e condenado a dois anos de prisão, foi cumprir a pena em Ilha Grande. Em 1969, já em liberdade com sua arma predileta, a navalha, feriu um vagabundo no bairro do Estácio e, depois de preso, um dos homossexuais mais famosos do estado da Guanabara, conhecido como Cuba, pagou fiança e Cintura Fina foi solto.*

*Quase morre*

*- Voltei, então, para Belo Horizonte, disposto a me regenerar, mas uma mulher quase me matou, quando me deu uma facada. Fiquei mais de um mês no hospital. Quando saí, fui vender roupas para recém-nascidos: minha mãe fazia essas roupinhas.*

*Em 1964, na rua Itaúna, Cintura Fina praticou o único furto de sua vida: furtou de um escrivão da justiça uma pasta contendo pouco mais de 100 cruzeiros. A polícia então passou a procurá-lo vivo ou morto, e na rota de sua fuga esteve em Uberaba, foi a Santos e São Paulo, esteve no Rio, indo por último a Vitória, onde a polícia o prendeu e, depois de raspar sua cabeça, o obrigou a deixar a cidade.*

*- Fui, então, para o Rio e lá uma captura me prendeu, pois estava condenado a seis anos. Fui para Ilha Grande e me mandaram, depois de algum tempo, trabalhar como cozinheiro do médico do presídio. Aprendi a costurar, na alfaiataria. E Antônio Cerqueira de Andrade, que estava condenado a 30 anos por homicídio, ajudou muito a me recuperar. Hoje vivo no Rio, trabalhando num restaurante como cozinheiro, e tenho em Estácio uma casa onde alugo quartos.*

*José Arimatéia Carvalho da Silva, o Cintura Fina, veio a Belo Horizonte rever os amigos que, com ele, nos “bons tempos dos idos de 50”, conviveram na boemia da cidade.”*

## **RICARDO DEMOPRAT MARSCHALL**

Seu nome era Ricardo. Namorou, se casou, trabalhou e cometeu erros, alguns crimes leves. Os jornais sensacionalistas publicaram sua história. Repetiam que era mulher. Repetiam que amava outra mulher. Amava uma mulher. Casou-se com Maria Vitória. A despeito dos documentos que modificou de acordo com sua identidade, não o respeitavam, mas ele enfrentou a todos, à polícia, ao exame médico-legal e à família.

Foi perseguido por um tempo, venderam muitos jornais com suas histórias. Até que não souberam mais dele. Ponto final.

### **Diário da Tarde, ano XXXIII, n. 22.245, 1º Caderno, p. 6 05/12/1963**

*Delegado vai pedir laudo da Medicina Legal sobre rapaz que dizem ser mulher.*

*“Mulher que se apresenta vestida com terno, sapatos, gravata – todo o traje masculino, em suma – está sendo objeto de investigações por parte da Delegacia Distrital de Venda Nova. Foi àquela delegacia para esclarecer uma acusação registrada contra a sua pessoa mas depois das buscas regulamentares, o delegado*

*Nicolau da Costa Val e seus auxiliares notaram que o “rapaz” tinha todas as características femininas. A jovem, que tem 22 anos de idade, apresentou às autoridades documentação através da qual procura comprovar que realmente é do sexo masculino, para surpresa da polícia afirma-se casada há dois meses com uma funcionária pública estadual. Apontou um cartório da cidade como tendo sido o local onde foi realizado o ato civil, dizendo ao mesmo tempo ter casado no religioso, em Congonhas.*

#### *Situação*

*O delegado Nicolau da Costa Val está atordoado com essa situação e para dirimir dúvidas está inclinado a, paralelamente ao inquérito policial instaurado para apurar a queixa contra a jovem, examinar seu caso ao Departamento de Medicina Legal, para uma verificação, disposto a pôr por terra as afirmações do estranho ser que obstinadamente se afirma do sexo masculino. De início vai solicitar um parecer do Consultor Jurídico da Secretaria de Segurança, sobre se deve ou não comunicar à Justiça Civil o problema suscitado, pois está em dúvida se o fato, uma vez comprovado, deve ser denunciado às autoridades competentes.*

#### *Exame*

*O delegado Nicolau da Costa Val solicitou a colaboração do dr. João Pessoa, médico do posto da Prefeitura Municipal, em Venda Nova, que se dispôs a examinar o caso, mas não conseguiu êxito, pois ele ou ela se mostra furtivo ou furtiva e se recusou terminantemente a permitir a verificação do facultativo.*

#### *Problema policial*

*O protagonista do estranho caso deu entrada na distrital de Venda Nova para responder a uma acusação. O sr. João Bento Santana, residente naquele local, queixou-se de que foi vítima por parte do jovem de uma chantagem relacionada com a venda da cota de um hospital. A parte acusada, que se apresentou como corretor autorizado da empresa, em lugar de exigir o pagamento de 4 mil cruzeiros correspondentes à entrada de uma cota, conseguiu, de acordo com o que disse o queixoso na Delegacia, que este lhe adiantasse 30 mil cruzeiros, através de um cheque. Constatado o engano ou a má fé do corretor, foi ele apontado a um carro de RP na rua, sendo encaminhado à Delegacia Distrital. Assim a repartição policial terá de esclarecer a transação que deu origem à queixa, a complicada situação do acusado, que apresenta os caracteres de pessoa do sexo feminino.*

*Apesar de ter apresentado certidão de casamento com uma jovem funcionária pública, o “rapaz” trazia roupas íntimas femininas, segundo apurou a polícia de Venda Nova.”*

### **Diário da Tarde, ano XXXIII, n. 22.268, p. 6 04/01/1964**

*Pai desmascarou a filha que se casou como homem.*

*“O caso da jovem que se dizia do sexo masculino e, assim, conseguiu contrair núpcias com outra jovem, funcionária pública estadual, acaba de ter novo capítulo, ainda no âmbito policial. Tomando conhecimento*

*da constatação feita pelas autoridades policiais do 9º DP, de Venda Nova, o pai da moça compareceu à delegacia distrital, tendo jogado por terra toda a farsa de sua filha. Ao mesmo tempo, sendo negociante na cidade, procurou se resguardar, adotando medidas junto à Delegacia de Costumes, para anular o falso casamento realizado pela jovem, que acredita esteja sofrendo das faculdades mentais.*

#### *Desmascarada*

*O delegado Costa Val e o escrivão Altamiro Araújo adotaram as providências complementares que o caso requer. Ficou positivado para o processo de nulidade do casamento de Ricardo, que na realidade se chamava Maria Lúcia, que também culpa a jovem que se prestou a participar da farsa. A falsificação de documentação que comprova a condição feminina de Maria Lúcia somente foi possível graças a um artil praticado em cartório do centro da cidade, onde ela adquiriu nova identificação como Ricardo. Agora, a Delegacia de Costumes, que já adiantou a anulação do casamento civil, realizado em cartório de Venda Nova, deverá processar criminalmente as duas participantes da estranha representação que movimentou, em dias do mês passado, a delegacia distrital de Venda Nova.*

*Também se encontra em fase de conclusão o inquérito policial instaurado pelo 9º DP para incriminação de Maria Lúcia como responsável pelo crime de estelionato, que provocou a descoberta da estranha situação do casal”.*



## 2.2 rua-fuga-rua

Quando nós, pessoas queer, precisamos fugir, para onde corremos? Não há muito para onde fugir quando a norma impregna todo e qualquer canto do mundo. Fugimos para dentro, fugimos para o colo de algum par que, como nós, também está em fuga e se temos a sorte de termos uma família que nos aceita e nos ama, fugimos para casa, mas em geral, na maioria das vezes, fugimos para a rua. A mesma rua que nos apedreja, nos insulta e nos mata. Fugimos para a cova dos leões e dispostos ou não a lutar, nos apresentamos já que, além de fugir, estamos também à procura de reconhecimento. Queremos que nos vejam! Que nos enxerguem!

É importante perceber que disfarçados ou vestidos de nós, estamos sempre a tentar a paisagem da cidade como cenário de nossos corpos-imagem. Corremos, encontramos, fugimos, apertamos o passo, estamos em grupos, dançamos e vivemos nas ruas que nos expulsam. Geralmente é no centro da cidade que encontramos alguma paz, como se a multidão nos oferecesse alguma segurança mesmo sabendo que essa mesma multidão poderia nos linchar a qualquer momento. Mas existem ajuntamentos e movimentações que se movem em outras direções, que se encontram, se apresentam e se mostram em outros bairros, em outras realidades.

Minha vida nas ruas teve vários momentos, mas por muito tempo foi controversa. Se saía como eu era, chamava a atenção. Não queria atenção, queria sossego. Aquele mesmo sossego de quem anda nas ruas sem chamar a atenção. A questão é que me perguntava sempre como tínhamos chegado até ali, daquele jeito. Como outres tantes conseguiam andar, chamando atenção ou não por essas ruas todos os dias? Porque ainda tínhamos que nos preocupar todos os dias ao sair com o que poderíamos enfrentar só por sermos quem somos?

Mesmo sem ter ainda esse questionamento precisamente colocado em minhas reflexões, meu corpo reagia quase que por impulso aos olhares, aos insultos, ao nítido desconforto do outro. Ou eu abaixava a cabeça ou andava mais rápido ou mudava de calçada, entrava em uma loja, mas não tinha como fugir. Então com o tempo, percebi que havia outros lugares, alguns bem marcados, outros menos. Mais lugares fechados do que abertos e entre os lugares “abertos” ruas mais “fáceis” do que outras.

Daria para traçar um mapa de confortos e desconfortos, mas teríamos que incluir ali as variáveis, dias da semana, hora e clima. Tudo atravessado por uma teia de regras e normas atualizadas a todo momento e tão “naturalizadas” que nunca percebidas por seus guardiões zumbis. Porém, hoje, quando vejo LGBTs nas ruas, os vejo e reconheço e ver e lembrar os corpos-imagens que, como eu, andavam pelas ruas em outros corpos-imagem sempre me transporta para um tempo sem tempo, para um sentimento sem ocasião, mas que volta contínuo pulsando no que parece seu lugar: a rua.

A ordenação do espaço temporal da arquitetura urbana tanto é linear como circular: são os tempos históricos, assim como o ciclo das estações de um ano; é a memória inscrita nas paredes dos edifícios, mas também os seus futuros não realizados, movendo-se furtivos e subterraneamente nos porões dos lugares ou guardados nos relatos dos habitantes. A metrópole é um amálgama de objetos gestados na cultura que a abriga; é mais que um conjunto de redes de transporte, edifícios, parques, rios. É mais que suas políticas públicas de segurança, serviços de saúde, sua legislação para o uso da terra, seus programas de habitação coletiva: a cidade é um contexto de significação e uma estrutura suportando o corpo de seus habitantes. Nesse sentido, a experiência do ambiente urbano dá-se para o indivíduo como nível primeiro de sua realidade material e cotidiana, aquele em que ele pode testar e reagir às mudanças à sua volta (VELLOSO, 2010a, p. 141).

Como afirma Velloso, é no urbano que posso testar e reagir às mudanças à minha volta. Quando chego a uma cidade ou mesmo quando saio em dias diferentes da semana em uma mesma cidade, nada como uma volta pelas ruas para conferir o tamanho do exército que temos a enfrentar, o nível de anestesiamento das pessoas e a proporção de nossa multidão.

Embora não haja uma teoria urbana em Benjamin, através da imagem, sua obra nos dá meios para conhecermos a cidade e explorar nossa relação com ela. Cotidiano e cidade foram temas recorrentes em Benjamin e aprendemos ali que refletir sobre como conviver com o passado é mais importante do que apagar seus rastros ou restaurar suas ruínas e isso faz parte de seu raciocínio por imagens. Também em seus textos sobre os levantes e insurgências, encontraremos reflexões a respeito do espaço urbano. Embora tenhamos nos modos de ver um embotamento, na cidade, sem conforto, estamos mais alertas. Aqui talvez esteja a fresta que precisamos para “aparecer” e para lidarmos mais ativamente contra as estratégias da norma.

A experiência da temporalidade confronta passado e presente, mas, segundo Benjamin (2006), é a materialidade da cidade que nos força a viver a interrupção. Na cidade temos nossa memória estimulada, rememoramos.

Há uma expressão no movimento LGBT atual, que diz respeito justamente ao estar fora, na rua, em ação, experimentando a cidade: “botar a cara no sol”. No capítulo anterior vimos como nossos pares foram tratados por se arriscarem à luz do dia no passado. Veremos mais adiante como essa ocupação foi sendo feita e como está sendo articulada agora.

Ao examinar aqui os locais acessados por LGBTs, não tenho a intenção de traçar um mapa histórico, mas sim, de imaginar um trajeto de passos que seja pisando locais abertos de uso público ou locais fechados de um uso quase que exclusivo, me traga o desenho do que poderia ser a nossa cidade.

Na segunda metade dos anos 1980, uma certa *androginia* era razoavelmente tolerada em determinados locais, horários e dias. Eu podia, com uma certa liberdade, andar com amigos me vestindo como me sentia confortável, dando a ver o que considerava ser a minha imagem.

O centro olhava, às vezes até xingava baixinho, mas não me sentia tão mal. Nunca me bate-ram. Experimentei pouco de outros lugares, então não sei como seria circular por eles. Era, no entanto, uma segurança falsa já que ser andrógina não significava exatamente ser LGBT ou estar desafiando abertamente as normas de gênero, era “coisa de gente à toa”. Coisa de jovem, desses que não tiveram educação em casa. Exceder demais na vestimenta ou beijar, abraçar e mesmo andar de mãos dadas com alguém do “mesmo sexo” nem pensar, nunca.

Boates e bares mais abertos e “tolerantes” já existiam. Festas também. No Barro Preto, em Santa Tereza e na zona sul. Boates e bares LGBTs no centro, na Guaicurus e na rua da lama que ficava na Sergipe perto da Praça da Liberdade e também na avenida Brasil. A boate Plumas e Paetês, o Ávida, o Drosophyla, o Bar do Lulu, o Complexo B, a Trincheira, o Incapazes do Nirvana, o Objeto Banana foram espaços nos quais pude circular com um certo conforto. Mas alguns deles não duraram muito. Depois já no começo dos 1990 íamos à Broday em Santa Tereza, espaço de *black music* e *soul*, acolhedor e de onde nunca fomos expulsos. Ainda havia o Copão no centro, que também nos tolerava. Falo de um recorte específico, mas encontrava pessoas de vários pontos da cidade nesses locais e interagíamos bem, todos em busca de alguma liberdade para ser.

Dançava em uma festa que acontecia na Praça da Estação. Antes da reforma, o prédio antigo mantinha apenas um bar-lanchonete quase abandonado. Quem organizava levava o som e dançávamos na praça mesmo até o sol raiar, vendo o trem de Vitória sair. Ali na Avenida dos Andradas também aconteciam algumas festas em galpões de construções abandonadas, mas isso era como um tour ao centro e não uma ocupação constante e visível como vemos hoje no Viaduto de Santa Tereza e na própria Andradas. Além disso, as festas não eram LGBTs, embora nos sentíssemos razoavelmente bem-vindos. Aparecer à noite foi e ainda é uma estratégia de ocupação que apesar de incompleta traz alguma sensação de segurança por ser menos visível e assim mais aceita. Entretanto, quando as imagens são pouco vistas, que diferença elas fazem?

Nos anos 1980, há também um outro tipo de movimentação na cidade. Grupos de militância tais como o Movimento Viva o Amor, o Núcleo Gay do PT, o Movimento de Defesa dos Direitos Homossexuais e o GAPA surgem trazendo acolhimento e informação para a nossa comunidade.

Voltemos um pouco no tempo para as décadas de 1950, 60 e 70, quando uma movimentação LGBT já se manifestava. Luiz Morando mapeou pontos de sociabilidade LGBT nessas décadas em Belo Horizonte. Segundo ele, o traçado mais ocupado pelos LGBTs aponta para os seguintes espaços: o Parque Municipal, a zona de boemia (trapézio formado pela rua Curitiba, avenida Santos Dumont, rua da Bahia e avenida do Contorno), a Praça Sete, as duas Praças da Estação - rodoviária e ferroviária -, a praça Vaz de Melo na Lagoinha, o conjunto Arcangelo Maletta e a praça Raul Soares.

A partir de notícias de jornal coletadas pelo pesquisador, aprendemos que o Parque Municipal foi um dos espaços mais importantes para a população LGBT, principalmente para gays e travestis desde os anos 1940. O parque era alvo de batidas policiais, entre outras razões, por ter um trânsito maior de homossexuais e travestis. Uma área do parque conhecida como Paraíso das Maravilhas seria, desde a década de 1940, um território de convivência gay. Quando da construção da concha acústica (1958-1973), notícias sobre a sua ocupação e utilização para outros fins pelos “estranhos espécimes” que frequentavam o parque circulavam pelos jornais diários.

*“A concha acústica do Parque Municipal, que atualmente serve de abrigo para malandros durante o dia e à noite para reunião de travestis...” (Diário de Minas, 20/04/1963).*

*“A concha, feita para abrigar recitais e promoções culturais continua sendo visitada pelos mais estranhos espécimes, inclusive alguns que a utilizam de maneira pouco louvável, na calada da noite.” (Última Hora, 08/07/1968).*

O parque teve suas grades retiradas em 1941 e só voltou a ser gradeado em 1978. Durante o período sem grades houve um maior trânsito de homossexuais pelo parque com ênfase na ocupação noturna. Em sua maioria homens gays e travestis que iam ao parque para se conhecerem, se encontrarem e promoverem pequenos desfiles e festas. A falta de grades e de luz favorecia os encontros, mas por outro lado aumentava a situação de precariedade dos ocupantes que, sem segurança, eram assaltados e sofriam violências recorrentemente. O medo da exposição fazia com que não denunciasses os agressores, o que os liberava para cometerem mais crimes.

As notícias na época se referem aos LGBTs geralmente como “degenerados”, “invertidos” e “mocinhas masculinizadas” e em muitas delas encontramos menções ao parque.

A Lagoinha também seria alvo de batidas e perseguições. Em 21 de setembro 1962, o *Diário da Tarde* noticiaria o fechamento de uma pensão de travestis pela polícia. A pensão localizada à rua Bonfim fora denunciada por vizinhos e as travestis são mencionadas no jornal ora como anormais, ora como invertidos. Em relatos coletados por Morando, confirma-se a existência de várias pensões e repúblicas para travestis na região.

Nos anos 1960, durante a ditadura, era proibida a circulação de travestis pela cidade e sua aparição era permitida apenas em teatros e sob severa fiscalização. No dia 04 de janeiro de 1965, o *Diário de Minas* divulgaria uma portaria baixada em São Paulo. A notícia enfatizava que a portaria tinha tendência à difusão pelo território nacional e nela ficavam proibidas exhibições de nus artísticos, stripteases e travestis fora dos teatros.

*“Portaria baixada em São Paulo, com tendência à difusão no território nacional: exhibições de nus artísticos, strip-tease e travestis apenas em teatros, com severa fiscalização, “em que se resguarde o decoro público e o respeito à sociedade” (Diário de Minas, 03 e 04/01/1965).*

*“Serviço de Censura e Diversão Pública do Departamento de Polícia Federal proíbe apresentação de strip-tease e travestis em clubes e televisões.” (Diário de Minas, 02 e 03/07/1967).*

Em espaços fechados, no entanto, festas e desfiles de travestis eram anunciados, alguns realizados, outros proibidos. Entre eles, shows de revistas e travestis no Montanhês Danças e na Boate Cavallo Branco à rua Curitiba, Companhia de Revistas no Teatro Francisco Nunes, Baile dos Artistas e Desfiles Miss Minas Gerais das Bonecas. O Montanhês Danças se tornaria uma referência para os eventos.

Em defesa dos “bons costumes”, a Polícia Federal proibiu o evento Miss Brasil dos Travestis (ainda se falava os travestis) e quando elas prometeram reagir com passeata, Joaquim F. Gonçalves, Secretário de Segurança da época, ameaçou represália com cassetetes e bombas. O primeiro Miss Boneca foi em novembro de 1966 e Sofia de Carlo foi a vencedora. Com autorização para acontecer, é considerado o primeiro concurso oficial. Foi realizado na Boate Cavallo Branco. Sofia era uma grande líder de travestis em Belo Horizonte. Cabeleireiro conhecido na cidade, seu nome de registro era Marco Aurélio e ele fazia transformismo, “fazia” o travesti, como se dizia na época, mas se identificava como travesti. Enxuto e boneca eram gírias usadas para se referir às travestis. As festas e desfiles aconteciam em sua maioria na zona boêmia.

Em 1967, um grupo tentou criar uma associação de gays e travestis na cidade, a Associação dos Libertados do Amor. Reuniões chegaram a acontecer e houve divulgação nos jornais da época, mas os órgãos policiais se mobilizaram para impedir que a idéia fosse adiante. Os motivos eram sempre os mesmos: atividades que atentavam contra a moral e os bons costumes.

Alguns bailes de glamour girl chegaram a acontecer, porém em 1968 a Polícia Federal impediu que 24 candidatas participassem do concurso. Sofia de Carlo foi até a sessão da Polícia Federal para protestar, mas sem sucesso, ameaçou uma passeata e foi ameaçada de volta pelo Secretário de Segurança Pública. As travestis tinham alguma mobilização e integração nessa época. As mobilizações não eram isoladas ou raras.

A Praça Sete tinha um traçado arquitetônico muito diferente do que conhecemos hoje. Até 1962, cercada por vários ficus que protegiam do calor de dia e “cobriam” as cenas à noite, já abrigava LGBTs. A Avenida Afonso Pena, apelidada de “Afonso Pluma” centralizava um corredor de encontros que se estendia da atual rodoviária (antes Feira de Amostras) até o Parque Municipal. No final dos anos 1960, a vida noturna ainda se concentrava na região central.

A *Esquina dos Aflitos* que compreendia o quarteirão entre o Cine Brasil e o Brasil Palace Hotel, e onde ficavam os Cafés Nice e Pérola, seria muito comentada em crônicas e notícias, por abrigar além dos aflitos por dinheiro, os outros “aflitos”. *Aflito* também era sinônimo de homossexual afetado naquela época. Noticiava a *Folha de Minas* (nov. 1959): “Seus frequentadores vão desde os marginais até políticos de alto coturno, incluindo os corretores e agiotas,

*jornalistas e camelôs, além dessa estranha fauna de tipos suspeitíssimos, que ali pululam altas horas da noite, exibindo dotes (falsos) que não têm.”*

Embora não tivesse locais de frequência exclusivamente LGBT, nos arredores da praça via-se espaços razoavelmente receptivos a essa população: a Almanara (esquina de Tupinambás com Rio de Janeiro); o bar Mocó da Yayá (Carijós, quase esquina com Curitiba); o Polo Norte (na Afonso Pena, quase ao lado do Hotel Finacial); a boate Paris (na Espírito Santo, quase com Carijós, que trazia transformistas do Rio para shows); o Cine Brasil; a proximidade com a zona de meretrício (o trapézio formado por Guaicurus, Bahia, Santos Dumont e Curitiba) e o Parque Municipal.

O *Diário de Minas* em maio de 1961 soltou essa nota: “*Você que passa à noite (depois de 10 hs mormente) pela Praça Sete poderá ser atacado pela estranha fauna de rapazes de BH. O número de adeptos do famoso Coccinelle aumenta dia a dia. Já se tornou um caso de polícia.*” A Praça Sete também seria local de várias rondas e batidas da Delegacia de Repressão à Vadiagem.

O conjunto Arcangelo Maletta aparece como local importante para a comunidade LGBT. Tanto os bares internos quanto a região ao redor contavam com uma frequência relativamente grande de LGBTs. Em 1964 sua sobreloja possuía 22 pontos comerciais noturnos: treze bares, três boates, quatro restaurantes e duas lanchonetes. O bar Nosso Encontro foi o primeiro bar com frequência quase toda restrita aos “invertidos de ambos os sexos” como eram descritas geralmente as lésbicas, travestis e gays. O prédio se consagrou como um espaço mais aberto, mas também testemunhou repressão, violência e preconceito. Um posto policial foi instalado no edifício em julho de 1964 e a partir de março de 1968, instaurou-se toque de recolher. Anos depois o posto seria fechado. Hoje, o Maletta abriga bares exclusivamente geridos por LGBTs, além de ter uma frequência considerável dessa comunidade nos estabelecimentos em geral.

A praça Raul Soares foi inaugurada em setembro de 1936. O cine Candelária foi construído e inaugurado em 1952. A praça chegou a ser ponto de *footing* da classe média alta da cidade, mas em meados dos anos 1950 já começa a receber reclamações sobre sua frequência noturna que era assim descrita: juventude transviada (JT), vadios, malandros, cafetões, prostitutas, travestis e invertidos. As boates HiFi e Veneza funcionavam a todo vapor, mas as batidas à região eram frequentes. A praça se esvaziaria e voltaria a se encher em ciclos que até hoje acontecem. Hoje em dia, bares, *karaokês* e casas noturnas são muito frequentados pela comunidade e abrigam eventos promovidos por LGBTs.

Nos anos 1960, a vida noturna em bares destinados ao público LGBT ainda era discreta com alguns estabelecimentos no centro, o Entend’s na Nova Suíça e o Nosso Encontro no Maletta. Todos eles sofreram severa repressão da Delegacia de Costumes. Ações conjuntas das Delegacias Especializadas de Vadiagem, de Costumes, de Jogos e Diversões e de Furtos e Roubos garantiram várias *operações de limpeza* como a mudança da iluminação do Parque Municipal,



blitzes e prisões na Praça Raul Soares e em outras áreas de circulação da população LGBT na cidade, além da abertura do Posto Policial no Maletta como mencionado anteriormente.

Uma nota no *Diário de Minas* (*Diário de Minas*, 08/12/1964) mencionava o fechamento do Entend's pela polícia:

*“Fechado com tiros bar de invertidos na Nova Suíça [...]. A boate ficava no meio de um quarteirão mal iluminado e os fregueses chegavam sempre depois das 23 horas. O prédio de dois andares dava uma saída secreta para a rua de cima e o bar funcionava no porão. As paredes da boate eram decoradas com peças masculinas, reproduções dos pintores Pancetti e Di Cavalcanti, além de um original pintado pelo autor chamado “Talullah”. A radiola, tocando discos de Emilinha Borba e Diana Washington, servia de fundo para os números de strip-tease apresentados às terças, quintas e sábados. O problema da iluminação, muito fraca, era resolvido com um holofote preso ao teto para destacar as figuras em cena. No andar superior, camarim, uma copa e os vários quartos”.*

Outra nota do *Diário de Minas*, em 20/01/1967, nos mostra o contexto de repressão que essa população enfrentava:

*“Novo Entend's”*

*“Também a denúncia, por telefone, de que alguém montou uma boate ‘só para rapazes’ no bairro Carlos Prates – não foi informada a rua – deixou a Delegacia de Costumes preocupada, já que o delegado Renault não admite que um novo ‘Entend's Bar’ – fechado pela polícia há dois anos, na rua João Caetano, Barroca – surja na cidade. A ordem é patrulhar todos os cantos e botequins, e dar inclusive uma batida no Maletta, sábado, para saber para onde estão saindo os vários táxis carregados de “rapazes”.*

A boate “Caixotinho” inaugurada em dezembro de 1968 na Floresta também seria fechada menos de um ano depois, em outubro de 1969.

Já nos anos 1970, percebe-se um aumento de pontos de sociabilidade. Surgem mais espaços próximos à praça Raul Soares, no Lourdes, no Barro Preto, no centro e na Savassi com os bares Burako, Chica da Silva, Refúgio da Seresta, Chão de Estrelas e Sukata e na Serra com o Lé Mocé. Apesar do notado crescimento de pontos, eles não se manteriam abertos por muito tempo. Seriam abertos e fechados rápida e sucessivamente devido à repressão da sociedade e às batidas policiais. Existia a dependência de uma freguesia constante que permanecesse superando esses eventos quando acontecessem, mas bares e boates chamavam a atenção e eram assim constantemente denunciados e fechados pelo poder público.

Espaços públicos e cinemas incomodariam menos e se mostrariam mais duradouros. Os cinemas eram espaços fechados, “permitidos” por estarem fora do campo de visão. Ninguém era obrigado a entrar, ninguém enxergava ninguém direito lá dentro. As cenas no escuro não incomodavam a ninguém. Uma imagem des-vista valia mais do que mil denúncias. A ocupação de espaços públicos à noite incomodava, mas resistia, mesmo que ciclicamente.

Já nessa época, ocupar esses espaços e mantê-los se transformaria em uma nova forma de resistência ativa inspirada em lutas que se espalhavam mundo afora. Alternar festas em dias diferentes nas boates era uma estratégia conhecida para a manutenção de público e espaços, além de uma forma de resistência compartilhada por todos.

Três empresárias da noite se destacam na promoção das boates, casas noturnas e festas LGBTs por um bom tempo: Norma Suely, Mani França e Maria da Conceição Vieira, a Mariinha. Empreendedoras corajosas que enfrentaram preconceito e perseguição e mantiveram, a duras penas, a cena LGBT ativa.

Ainda segundo Morando (MORANDO QUEIROZ, 2019) no final dos anos 70 e durante uma parte da década de 80, um grupo de sociabilidade lésbica automeado *Vila Sésamo* é constituído. Ainda que sem nenhuma formalização jurídica ou menção em jornais ou outros veículos, o grupo ficou conhecido entre as lésbicas de Belo Horizonte. Além de frequentar os bares de Norma, Mani e Mariinha o grupo também alugava sítios localizados na região metropolitana da cidade para promover encontros e fortalecer laços.

Nos anos noventa, além do centro, Barro Preto, Lourdes e Savassi são os bairros mais ocupados pela população LGBT. A rua Congonhas, no bairro Santo Antônio, começa a abrigar alguns bares e manterá essa ocupação até a primeira década dos anos 2000. A frequência em saunas e cinemas diminui gradativamente. A lógica para encontros vai sendo modificada pelos aplicativos virtuais e pela internet. Em 1997 duas importantes instituições são fundadas: a Associação Lésbica de Minas Gerais (ALEM) e o Grupo Guri.

Nos anos 2000, Savassi, Centro, Barro Preto e Santo Antônio se mantêm como focos de sociabilidade, mas vemos a ocupação se espalhar para outros bairros que antes não tinham espaços voltados inteiramente para a população LGBT. Surgem espaços no Prado, na Floresta e em Santa Tereza e o trânsito LGBT aumenta consideravelmente nessas regiões. A Praça da Liberdade também merece atenção nessa ocupação. Esse outro traço de chão vai sendo criado e a imagem LGBT se espalha ainda mais pela cidade.

No início da pesquisa sobre locais e regiões mais ocupadas pelos LGBTs, me surpreendi ao constatar a ocupação e reocupação cíclica de áreas específicas em épocas diversas, interrompidas por intervalos e re-atualizadas em contextos diversos, mas isso foi fazendo sentido ao longo do tempo. Apesar da expansão para outros bairros, uma concentração de locais e eventos aconteceria ao redor de áreas já mapeadas por Morando, se repetindo em ciclos de maior ou menor trânsito, mas em um ocupar constante que sugere um “chão” criado e traçado pelas pegadas LGBTs há décadas.

Entretanto, não vislumbro a imagem de um mapa construído de modo contínuo. Uma justaposição de imagens e contextos seria mais adequada para pensarmos essa ocupação. Como luzes que se acendem e se apagam ciclicamente em uma sobrevivência estelar. Ela está lá,

mas *contínua* é uma palavra que talvez não alcance sua aparição. É importante perceber o movimento periferia-centro-periferia, mas para além dele, o traçado periferia-periferia que, como vimos, potencializa a ocupação e amplia o cenário para que nossos corpos-imagem circulem e apareçam.

Como veremos no próximo capítulo, movimentos e movimentações sejam eles eventos culturais, sociais ou artísticos continuam ainda hoje a ocupar o centro principalmente nos arredores do Parque Municipal, da Praça da Estação ferroviária (hoje estação central do metrô), do conjunto Arcangelo Maletta e a da Praça Raul Soares. Dentro dessa possível geografia/astronomia queer, os modos de resistência e as estratégias de sobrevivência dessa população em seu trânsito pela cidade serão decisivos. Veremos isso mais adiante.

Em busca de uma prática espacial crítica, onde encaixamos nossas práticas dissonantes? Como fazemos a periferia não ser apenas origem, mas ser também fim? Como exercemos nossos direitos mesmo quando ainda não estão conquistados?

Denúncia contra anormais faz  
polícia fechar o “Caixotinho”

*TFM fecha o Maleta  
com portão de ferro*

Fechado com tiros bar de  
invertidos na Nova Suíça

***INFERNINHOS  
FECHADOS***

Muitos gritinhos. Era o  
Caixotinho sendo fechado

HOJE E TÔDAS AS NOITES NA  
**BOITE CAVALO BRANCO**  
 RUA CURITIBA, 460  
**SHOW SENSACIONAL**

Uma apresentação diferente de hora em hora — JUZI MAY  
 mais oito vedetes e ainda o maior travesti da atualidade.  
 Grandes festas juninas, com quantão, cangica e o  
 tradicional casamento caipira.

**O TERCEIRO SEXO**  
 COM PAULA WESSELY  
 CHRISTIAN WOLFF  
 HOJE  
**CANDELARIA**

**SUKATA** MÚSICA AO VIVO!  
 GIRLS! SHOWS!  
 ALEGRIA!

APRESENTA  
 A VOLTA DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL. O EXPLOSIVO  
 COQUETEL BRASILEIRO  
**— TIGRESA FANTÁSTICA —**  
 Apresentando ainda a Rainha D'Espanha Milene Lopes e  
 suas mágicas castanholas, e shows variados.

**MONTANHEZ DANCAS**  
 Apresenta todos os domingos  
 O SENSACIONAL SHOW DE TRAVESTI  
 COM DIVA DE WINDSOR  
**"SÃO ELES OU ELAS"**  
 Com as mais lindas Bonecas — Sofia de Carlo — Twigg  
 Magali D'Azur — Kelma Karmossi — Gisela — Sandra  
 Martinelli — Fanny.  
 Todos os domingos esperamos por vocês

O DRAMA  
 ESTARREDEDOR  
 SOBRE  
**"ALGO"**  
 QUE JAMAIS  
 DE OUSOU  
 FILMAR!

ALTO FIM  
 DIRK BOGARDE  
 SYLVIA SYMS  
 Co-Estrelado  
 DENNIS PRICE  
 Produção  
 MICHAEL KELLY  
 Direção  
 BASH DEARDEN

**Meu Passado  
 me CONDENA**

HOJE

CARTAZES DE HOJE

Propagandas sobre eventos e filmes LGBTs  
 Entre as décadas de 1960 e 1970

**3**

**nós *queer***

**si quieres quedamos esta tarde y tomamos algo.**

**una calle,**

**por ejemplo**

(HEB, 2015, n.p.)



## 3.1 conhecer, reunir e andar junto

Porque entre não ser notada e ser reconhecida e respeitada existe uma grande diferença. As cidades também se movem, viajam, se disfarçam, se modificam e se mostram no imaginário e no mundo real. E para não morrer talvez uma boa saída seja ser junto com outras pessoas que te enxerguem e te reconheçam como habitante possível da mesma cidade que elas. Conhecer, reunir e andar junto pode significar muito mais do que conhecer, reunir e andar junto como veremos mais adiante ao falarmos sobre os movimentos LGBTs em Belo Horizonte.

Butler, logo na introdução de seu livro *Corpos em Aliança e a Política das Ruas* (2018a), nos coloca o propósito de seu livro e uma reflexão que pode nos servir de guia: “A tese específica deste livro é a de que agir em concordância pode ser uma forma corporizada de colocar em questão as dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política.” (BUTLER, 2018a, p.15).

Para além de conhecer, reunir e andar junto, compreender como uma reação coletiva se dá e a que leva. Seja na desobediência de sair e andar pela cidade como se bem entende, seja em reagir junto através de ajuntamentos, assembleias, passeatas, eventos culturais e artísticos que ocupem a cidade propositalmente a fim de colocar em questão as demandas por mais reconhecimento, espaço de aparecimento, mobilidade, segurança e direito à assembleia, seja ela apresentada como for, além, é claro, de condições iguais de vida. Reagir à precariedade que enfrentamos por sermos diferentes do que a norma estabelece.

Butler (2018a) afirma que quando as pessoas se reúnem e manifestam sobre a precariedade, não estão apenas se opondo a ela, estão chamando atenção para o caráter corpóreo de suas vidas, são pessoas de carne e osso no espaço público que gritam pelos seus corpos, por sua visibilidade, pelo direito à aparição e ao trânsito, por moradia, alimentação, transporte, segurança, trabalho e alguma, alguma possibilidade de futuro. A autora reivindica que o corpo não é apenas o veículo para a expressão de uma visão política, mas é um prenúncio corpóreo comum para aqueles que precisam ser apoiados por infraestrutura apropriada, serviços sociais apropriados, condição econômica apropriada e perspectivas.

No caso dos corpos LGBT, pelo direito ao espaço e à aparição, pela segurança, pelo reconhecimento e visibilidade necessários para não morrerem nem por suicídio nem por assassinato causado pela ignorância e intolerância que por sua vez são livremente fomentadas pela má educação e pelas leis. Leis que privilegiam alguns corpos a despeito de outros, algumas religiões a despeito de outras, algumas orientações a despeito de outras, alguns modos de vida a despeito de outros.

Agrupados em coletivos, associações, grupos de apoio e outras formas de ajuntamento, em acontecimentos políticos, culturais ou artísticos, os coletivos artísticos e os movimentos sociais LGBTs criam novos objetos, produzem pensamento sobre o cotidiano e chamam a atenção para assuntos que não estão tematizados pela academia. Eles também produzem idéias ao refletirem sobre o masculino e o feminino, o público e o privado, o território e a fronteira. Tal qual a ciência, produzem pensamento, mas raramente são reconhecidos por isso. Essa polêmica às vezes relativizada, tende a separar dois âmbitos que quando em sintonia reverberam reflexões, propostas e programas fundamentais para a vida LGBT.

Segundo BUTLER (2015a), seriam duas as ações da norma. A norma é interpelada e pode ser entendida como a ação interpeladora da designação de gênero, como visto anteriormente. Somos tratados e formados por normas sociais que nos precedem e que formam o contexto restritivo para quaisquer formas de agência que nós mesmos aceitamos ou assumimos. Há também as normas de infraestrutura, as condições intersubjetivas e infra estruturais de uma vida vivível.

Não se trata de superar aquelas condições sociais e materiais de vidas, mas de tentarmos torná-las mais justas e mais favoráveis. Em relação a essas normas interpeladoras e infraestruturais, nós estamos, até certo ponto, expostos ao que somos chamados e somos dependentes de uma estrutura que nos permita viver. Então, o que quer que uma agência performativa possa significar, não pode superar essas condições antecedentes e constitutivas da normatividade social.

Em *Corpos em Aliança e a Política das Ruas* (2018a), Butler aborda a precariedade. A noção de precariedade tem a ver com o corpo em sua interdependência do “outro”, o estar sujeito ao outro, essa precariedade extrema que surge do vínculo da interdependência. Ao mesmo tempo, ela nos diz de condições sociais desiguais que determinam essa interdependência. A precariedade pode, nesses termos, estar ligada diretamente às normas de gênero, já que aqueles que não vivem seus gêneros de maneira inteligível correm riscos mais altos de assédio, patologização e violência. É fundamental nomear como violência práticas que não são consideradas violentas, práticas “naturalizadas”. Não podemos falar sobre um corpo sem saber ao certo com o que ele pode contar ou não.

Já em *Precarious Life*, Butler (2004), propõe que se considere uma dimensão da vida política que tenha a ver com a nossa exposição à violência. A teórica aponta para experiências de vida que não serão sequer reconhecidas e assim sua morte de nada valerá. Ela sequer existe. Porque essas vidas não são responsabilizadas? Quais são as mortes que vamos enlutar? Pensar em uma ação política que reconsidere essas vidas como vidas possíveis é ter em mente a desconstrução das marcas de inteligibilidade. Se temos um campo normativo restritivo, as possibilidades de percepção, ação e agência do outro ficam limitadas. Há que se ter cuidado para distinguir práticas naturalizadas que são violentas, mas que não são vistas como violentas.

Tomemos o exemplo do exercício cotidiano de re-atualização da norma. Ele é para muitos uma forma de violência. Sofrer assédio verbal, ser impedido de utilizar o banheiro ou mesmo de comprar roupas em uma seção indicada como a “correspondente” ao seu sexo biológico são violências cotidianas e em muitos momentos naturalizadas.

O limite da inteligibilidade deve ser tomado como objeto de reflexão contínua. Isso exige a disposição da identidade social e exige o exercício político. Se existem corpos mais inteligíveis do que outros, temos que tomar a inteligibilidade como um problema. Afinal, vários atos violentos não estão sendo nomeados como atos de violência e a política tem decidido quais são as mortes responsabilizadas ou não.

O Brasil é o país que mais mata a população LGBT no mundo. Jovens negros são assassinados numa proporção estarrecedora. O feminicídio no Brasil atinge níveis altíssimos. Há vinte dias da eleição conturbada e perturbadora de 2018, pessoas LGBTs são espancadas por adeptos da seita que se transformou o culto ao candidato fascista. Precisamos nos unir para reclamar esses corpos.

Em *Alianças Queer e Política Anti-guerra* (2017), Butler trata da reivindicação do espaço público como exercício de direito e mais do que isso, exercício que nos ajudaria a entender porque a luta de uma minoria desprivilegiada estaria invariavelmente ligada à luta de todas as minorias desprivilegiadas. Trata-se de um exercício social e caberia aqui aceitar que estamos nas mãos uns dos outros.

As minorias lutam por alianças, mas essas alianças precisam ser críticas. É necessário repensar e fazer oposição aos processos de produção de minorias. Há que se produzir rupturas no sistema de visibilidade. Então, como determinadas experiências políticas possuem uma qualidade que permite uma ruptura? Como criar alianças onde se possa lutar junto por objetivos comuns sem que os grupos envolvidos sejam necessariamente iguais? Como nos opomos à violência sem fazermos de nós mesmos partes limitadas de fronteiras e territórios?

As formas de dominação não se sustentam por uma substancialização da hierarquia. Como dito anteriormente, existe uma disputa por substancialização, mas a noção de contingência se opõe à noção de necessidade. As experiências permitiriam alguma consciência das contingências? As formas de poder pressupõem um conjunto relacional, mas se as relações de dominação são contingenciadas, porque se mantêm? Porque não são desconstruídas? Se a idéia de contingência fosse assumida recolocaríamos a necessidade, mas não como substância.

Uma performatividade plural não se trata apenas de dar lugar a sujeitos que não apareciam antes, não se trata de estender o direito, mas de uma reorganização das formas de poder desigual. Não se trata de procedimento. As formas de aparição desses corpos inelegíveis implicam numa ruptura com os esquemas regulatórios que determinam o próprio campo. Compreender gênero e sexualidade como escolhidos ou dados, culturais ou biológicos é menos importante do que afirmá-los como um direito.

O materialismo histórico precisa renunciar ao elemento épico da história. Ele arranca, por uma explosão [sprengtab], a época da “continuidade da história” reificada. Mas ele faz explodir [sprengtauf] também a homogeneidade dessa época, impregnando-a com ecrasita, isto é, com o presente [N9a, 6] (BENJAMIN, 2006, p. 516).

Como vimos anteriormente, não há em Benjamin o culto ao herói. A história da cidade benjaminiana vai na contramão dos monumentos. Para o autor, eles seriam apologéticos e celebrativos, o que apagaria o momento revolucionário da história (BENJAMIN, 2006).

Precisamos de fato nos perguntar: o que são e de onde vêm esses objetos? Afinal, essa cultura serve para quem? O patrimônio a quem pertence? Naturalizar a idéia de cultura ou de patrimônio é perigoso, basta que nos atentemos para o que aconteceu no Brasil. Não deve haver um monumento fixo, o monumento possível é aquele que é posto em movimento ao se falar dele. A experiência do novo tem que ser trazida de novo, em movimento, sobre a história dos vencidos. Os movimentos que veremos a seguir, a meu ver, colocam em movimento a história LGBT, a história de nossos pares que, vencidos, são agora realizados com muito barulho e glitter. Ali não há mais como nos (des)contar, somos visíveis e (a)creditados.

Em Belo Horizonte, vimos surgir nos últimos dez anos vários ajuntamentos, movimentos e movimentações artísticos, culturais e sociais que ocupam ruas, praças e parques demandando direitos e promovendo sociabilização e inclusão entre LGBTs. Dentre os movimentos cito a Praia da Estação; o Vogue; a Gaymada; a Disputa Nervosa (Batalha do Passinho); o SLAM; as apresentações da Academia TransLiterária; a SegundaPreta; o Carnaval de Rua; a Parada LGBT e o dia da Visibilidade Trans.

São várias as manifestações culturais, sociais e políticas que debatem e levantam demandas e discussões diversas na cidade como: liberdade de utilização de espaço público; pautas anti racistas e anti-lgbtfóbicas; direito à educação inclusiva; direito à moradia e serviços de saúde; garantia de direitos conquistados; lutas de minorias por autonomia; visibilidade e direito a aparição e trânsito seguro pela cidade.

Essas são movimentações importantes que independente de suas estratégias de ocupação do espaço público, somam-se a esse caráter de ajuntamento num corpo social que resiste e através dessa resistência mobiliza a vulnerabilidade que todas nós compartilhamos como seres humanos.

Antes de iniciar a apresentação dos movimentos que escolhi para trabalhar, explico o recorte: me importam aqui aqueles movimentos que surgiram espontaneamente em Belo Horizonte a partir de 2006. Procuo trabalhar com os movimentos que ainda têm alguma autonomia em relação ao poder público e que tenham sido iniciados por pequenos grupos ou coletivos artísticos com a intenção de ocupar a rua ou espaços semi-abertos integrados a ela. Pesquiso os movimentos que trabalham a performance enquanto ativador de sentidos e provocador de reflexões.

Não se faz um levante sem certa força. Qual força? De onde vem? Não é evidente - para que ela se exponha e se transmita - ser necessário que tenha uma forma? Uma antropologia política das imagens não deveria igualmente se reiniciar partindo do simples fato de ser preciso, aos nossos desejos, a energia das nossas memórias, à condição de nelas fazer agir uma forma, aquela que não esquece de onde vem e, por isso, se torna capaz de reinventar possibilidades? (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 20)

Vamos começar pela Praia da Estação. Em 2009, o então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, decretou que a Praça da Estação, a partir daquele momento, estaria proibida de abrigar qualquer evento cultural sem aprovação prévia da prefeitura. Contrariando essa decisão, um grupo de pessoas se mobilizou para fazer uma intervenção urbana na praça. O grupo convidou a todos através das redes sociais para ocupar a praça como se estivessem ocupando uma praia. Dezenas de pessoas estenderam suas esteiras e cangas, vestidas em seus trajes de banho e ocuparam o espaço da praça durante o sábado. Depois do primeiro encontro, mais encontros foram marcados e o público cresceu. O movimento bem sucedido desde o início se fortaleceu com os anos e leva até hoje uma diversidade enorme de pessoas e lutas à “praia”.

Eventos como esse promovem a formação de alianças fortes, onde um motivo catalisador comum faz com que as mais diferentes individualidades se unam e fortaleçam a luta pelo livre uso e manutenção de espaços importantes para manifestação política, cultural e social na cidade. Mesmo que os grupos e suas lutas sejam diferentes, lutar pelo lugar que abriga a luta é também transformá-lo em espaço comum.

Há que se ter disposição em articular os vários modos de violência para se ter clareza quanto a que e a quem se opor. Repensar os processos e refletir sobre possíveis alianças entre as minorias faz-se necessário para o desmantelamento das engrenagens da violência.

Cada intervenção, individual ou coletiva, é um momento que talvez jamais integre uma série, mas é acontecimento em que se desvela uma possibilidade; é situação que se coloca ao modo da imagem dialética benjaminiana. No relâmpago de uma imagem, ilumina-se uma alternativa. Basta um vislumbre e o habitante urbano compreende o sentido de sua ação, ainda que minúscula e cotidiana. Será suficiente a interrupção momentânea na ordem de um sistema estabelecido. (VELLOSO, 2017, p. 62)

Reflito, e aqui reflito especificamente sobre corpos LGBT. Quando um grupo sai, caminha e ocupa a cidade mesmo sem ter saído de casa com o objetivo de manifestar-se contra a precariedade que sofre - falta de segurança para aparecer e se mover, pouco acesso ao sistema de saúde e ao mundo do trabalho por preconceito, sofrendo as consequências de estar em um sistema educacional que não o inclui ou protege do preconceito e tudo isso sem contar com a precarização econômica e social que atravessa a vida da maior parte das pessoas dessa comunidade - esse grupo estaria também reivindicando seu direito de aparição, trânsito e acesso ao espaço e equipamentos públicos. Sozinhos ou em ajuntamentos, estar na rua é demandar por direitos exercendo esses direitos.

Porque se, para além da vulnerabilidade corpórea comum a todos, minoria ou maioria, um corpo inelegível, excluído e indesejado carece reivindicar de maneira mais contundente seus direitos, esse corpo já é um corpo que pelo fato de não se adequar ou de se arriscar à aparição, está em constante manifestação e reivindicação por existência e direito a uma vida mais vivível. É certo que, sejam esses grupos demandantes de causas plurais ou não, dependem de condições materiais para se reunirem e se manifestarem.

Butler (2018a) nos leva a refletir sobre o espaço público. Quando corpos se encontram, eles se movem, agem em conjunto e reivindicam um certo espaço como público, mas isso faz com que pensemos no espaço como um espaço dado como público e reconhecido como tal, assim deixamos de ver que o próprio caráter público do espaço está em disputa quando esses corpos se encontram. Certamente esses grupos dependem de uma existência material anterior a esse espaço, mas suas ações coletivas também tomam o espaço em si, agrupam as calçadas, animam e re-organizam a arquitetura e o urbanismo, como nos diz a autora. Podemos mesmo pensar que o próprio ato de se reunir e de se manifestar poderia re-configurar a materialidade do espaço público e produzir ou reproduzir o caráter público daquele ambiente material. Mas como?

Para Butler, isso acontece principalmente quando essas multidões se movem para além das praças escolhidas invadindo becos e vizinhanças e outras ruas que ainda nem estão pavimentadas, contestando o que é público e privado. Aí, de algumas formas, esses corpos em sua pluralidade estendem suas reivindicações ao público, encontram e produzem o público, reconfiguram aspectos dos ambientes materiais. Ao mesmo tempo, aqueles ambientes materiais são parte da ação e agem quando se transformam em suporte para a ação. Aqui, nosso mapa começa a fazer sentido quando encontramos em espaços esquecidos no centro e na periferia uma fenda para aparição, onde a luz que entra fortalece os contornos de nossa imagem.

Ainda segundo a autora, para repensarmos o espaço de aparição a fim de entendermos o poder e o efeito de demonstrações públicas, precisaremos considerar mais detalhadamente as dimensões corpóreas da ação, o que o corpo demanda e o que o corpo pode fazer, principalmente quando devemos pensar sobre corpos juntos em um espaço histórico que está passando por transformações históricas em virtude de sua ação coletiva: o que os mantém juntos nesse espaço e quais suas condições de persistência e de poder em relação à sua precariedade e exposição?

A Praça da Estação tomada hoje por vários ajuntamentos LGBTs e outros, abriga o Centro de Referência para a Juventude, espaço que, para ser inaugurado, teve que ser ocupado pelos jovens que demandavam seu funcionamento. O Centro é um aparelho público municipal que, pelo menos nessa gestão, se compromete a promover as mais variadas ações para jovens entre 15 e 29 anos. Lazer, cultura, esporte e educação atravessados pelo desejo de inserção social e inclusão de jovens. Integração e apoio a iniciativas locais e articulação



com entidades e instituições ligadas à juventude transformam o local em um espaço de criação e sociabilidade que abriga as mais variadas tribos. Vários coletivos LGBTs utilizam o espaço que, para além de suas instalações internas, se espalha pela Praça em atividades propostas pelos próprios usuários.

A Praça também abriga ensaios de blocos e pode-se dizer que o carnaval de rua de Belo Horizonte tem um laço muito forte com a Praia da Estação. A festa, praticamente esquecida por quase vinte anos, começa a ser articulada timidamente por artistas, músicos e pessoas ligadas à cultura em 2009. Os blocos pioneiros Tico-tico Serra Copo e Peixoto chegam a desfilarem naquele ano. Novos blocos surgidos do movimento da Praia se juntam a eles em 2010. Posteriormente, mais blocos foram se formando e hoje a festa gigante se espalha pela cidade toda. Existem blocos anunciadamente mais voltados para o público LGBT e organizados por pessoas da comunidade. Recentemente um novo bloco, do qual falaremos mais adiante, exclusivamente formado e voltado para essa comunidade surge, a Truck do Desejo.

## **PRAIA DA ESTAÇÃO E CARNAVAL DE RUA**

Como veremos nas falas a seguir, Praia da Estação e Carnaval de Rua caminharam juntos, se fortaleceram e são um chão forte e consistente para os ajuntamentos LGBTs se encontrarem.

### **Priscila Musa - fotógrafa, arquiteta, pesquisadora e frequentadora da Praia e do novo movimento do Carnaval desde o princípio**

“Acompanhei a bateria de muitos blocos se formando, ensaiando nas primeiras águas de janeiro. Praia e Carnaval de Rua não apenas coincidiram, mas se fortaleceram. O que não quer dizer que a praia começou no carnaval ou o carnaval começou na praia. Ou a praia começou na praia e o carnaval de rua começou no carnaval de rua. Foram forças vindas de muitos lados que desaguaram e se misturaram no mar da praia e do carnaval. Movimentos sociais, anarquistas, festivos, lutas muitas, vidas que se encontraram e reconheceram ali. E como diria Nego Bispo, “nem tudo que se ajunta se mistura”, tem nesse encontro também a potência do confronto.

Assim, o Carnaval de Rua e a Praia tem uma confluência especial que é a de criar espaços libertários na cidade. Um pouco avesso à lógica de Belo Horizonte, cidade republicana planejada, ordenada, policiada. Os dois são acontecimentos que tiram as coisas do lugar, transformam, criam outras lógicas, explodem minimamente as bolhas.

Segunda coisa que é importante nesses dois movimentos é que são os corpos, as pessoas, que transformam a dureza cimentada, pavimentada desses lugares. Com elas a praça vira praia e a rua vira festa por onde a banda passa, aí quero dizer que os corpos LGBTIQs nunca chegaram, porque nós sempre estivemos. É a presença dessas existências avessas a tantas normas que transforma esses espaços e se transforma.

Daí eu percebo uma outra coisa também, tanto a Praia quanto o Carnaval de Rua surgiram com um caráter contestatório direcionado ao poder público (a PBH, a Polícia, a BHtrans). A Praia pelo decreto do Lacerda que proibia a realização de qualquer evento na Praça da Estação. O Carnaval devido a uma série de tentativas da PBH de reprimir e controlar a festa. Aos poucos a ocupação dos espaços foi se diversificando, a classe meio média, meio zona centro-sul e leste, meio branca, meio crítica intelectual foi sendo ocupada pela periferia, pela favela, por línguas, por gritos, por corpos. Era marchinha de carnaval, veio o funk, o forró, o “tutituti”... muitas sonoridades. Aos poucos esses movimentos se deslocaram da contestação ao poder público para a política do cotidiano, a política da vida. O que a meu ver é muito potente.

Em meio à força dessas confluências de rios que se ajuntam no mar de gente da Praia e do Carnaval de Rua, percebo como os corpos LGBTIQs foram ganhando espaço, orgulho, se reconhecendo, se afirmando, podendo ser o que é. Vieram chegando gentes e mais gentes, e a Praia e o Carnaval nunca foram tão gays, e também tão negros, tão periféricos! De forma que talvez a gente possa falar de um reflorescimento não só do carnaval, mas da cidade, da vida pública. Por isso mesmo, sinto até que atravessamos esse momento de trevas em que a família mineira, e tantas outras instituições, estão esperneando.”

**Rafa Barros TchaTcha - congadeiro/reinadeiro, folião, antropólogo, banhista da Praia da Estação, integrante da Gabinetona<sup>4</sup>:**

“Desde o início da Praia, era um assunto comum em nossas conversas, de forma despretensiosa mesmo, ali na Praia, sobre como aquela movimentação incidia sobre a disposição dos corpos, sobre uma moral dessa cidade contida e com uma cultura muito conservadora em certos aspectos, a partir da exposição dos corpos ali. O tanto que a Praia representava uma espécie de libertação ou de transbordamento, a partir do momento que ela proporcionava esse desprendimento ou esse exercício de despir os corpos enclausurados. O uso dos maiôs, dos biquínis, dos calções de banho, toda essa indumentária praiana revela uma transformação comportamental e uma transformação no imaginário. Isso já tem tudo a ver com esse processo de desconstrução e transformação da sexualidade ali naquele espaço. Rapidamente as relações ali na praia começaram também a se tornar mais leves e a gente começou a lidar com uma liberdade dessas relações afetivas e amorosas que perpassaram a população em situação de rua e começou a ser muito comum e tranquilo para a poc<sup>5</sup> de rua manifestar seus afetos não heteronormativos ali com a presença de pessoas trans, de relações entre homens, entre mulheres. Isso acabou dando uma liberdade cada vez maior para as pessoas, para os corpos, para os afetos, para os sentimentos.

---

4 Mandato coletivo aberto e popular em diálogo permanente com as lutas sociais, construído por quatro parlamentares em três esferas do Legislativo: Cida Falabella e Bella Gonçalves, na Câmara Municipal de Belo Horizonte; Andréia de Jesus, na ALMG; e Áurea Carolina, na Câmara dos Deputados.

5 O termo poc já foi utilizado para descrever os gays mais afeminados, também os mais novos e sem dinheiro e atualmente foi adotado pela comunidade LGBT como um uma gíria ressignificada identitariamente para todes.

Uma liberdade de se relacionar, uma liberdade de se colocar, de se exhibir. E como a retomada, o reflorescimento do Carnaval de Rua, vem muito no esteio, na onda da Praia da Estação, a própria liberdade, a subversão carnavalesca, o transbordamento do carnaval, esse caráter transversal, inventivo, ele potencializa essa possibilidade de apresentação e também de encenação com os corpos queers. Isso vai se potencializando inclusive com corpos nus que começam a surgir dentro daquela performatização, desta estetização política, desta contestação social cultural. Até que, me lembro disso, quando os movimentos de forró chegam na Praia da Estação, aí a comunidade LGBT aparece com mais força, com mais peso, no sentido de se colocar e se afirmar, chegar em grupos, assumir determinada característica de ocupação. E que eu acho que a partir de 2014, depois de junho de 2013, com a chegada da juventude negra, favelada, periférica, com a chegada do funk na Praia, a partir de um processo de reapropriação espontânea do espaço da movimentação, a comunidade LGBT também tem, vamos dizer assim, um outro salto. É interessante porque na perspectiva do Carnaval, as coisas se retroalimentam, como a gente já vinha de um processo de liberalização dos corpos, o processo de retomada e reflorescimento do carnaval, ele se institui de uma forma também muito livre. Já tem essa característica, como um fundamento da festa, mas é muito incrível como em BH o processo do Carnaval se dá com um processo de fantasias, essa característica subversiva e contestatória, amplifica essa possibilidade, essa liberdade de colocação. Essa própria característica de construção e elaboração dos blocos com a temática identitária, vão trazendo ali no processo de construção do Carnaval, esse recorte. E aí começam a nascer então os blocos voltados para a temática LGBT. A Corte Devassa, o Bloco do Abacaxi, Garotas Solteiras, chegando agora com a Truck do Desejo, um bloco lésbico, já trazendo esse recorte com um contorno mais politizado e intervindo diretamente no pensamento do Carnaval, na política pública, em ações e intervenções relacionadas aos abusos e violações dos direitos dessas pessoas, enfim, é isso.”

### **ACADEMIA TRANSLITERÁRIA**

Coletivo autônomo de artistas da população T (travestis, transexuais e transgêneros) e pessoas cisgêneras próximas à pauta. Investigam estratégias, estéticas e linguagens artísticas da arte/cultura T e periférica. Única iniciativa de Belo Horizonte de caráter fundamentalmente artístico, dentro de uma cultura trans ainda invisível e pouco representada. Além das performances que acontecem em espaços de uso público e espaços fechados, atuam em outros eixos tais como atividades formativas, residências, concursos literários e outros.

### **DUELO DE VOGUE**

O Vogue é um movimento surgido no Harlem em Nova Iorque nos anos 1960 e popularizado

nas comunidades negras, latinas e periféricas nos anos 1980. O voguing, como estilo de dança foi inspirado na revista Vogue e é caracterizado por movimentos angulares, lineares e estilizados em poses semelhantes às das modelos da revista. Surgiu em festas chamadas “Ballrooms”, quando ainda era chamado de “apresentação”. Mais tarde é chamado de “performance” e posteriormente com movimentos mais complexos, passa a ser chamado de Vogue. Os bailes eram sediados por *houses*, coletivos de dançarinos em sua maioria LGBTs. Toda *house* tem uma *mãe* que põe ordem na casa e cuida dos filhos. Isso tinha e ainda tem muito a ver com a expulsão dos jovens LGBTs de casa. Nas *houses* eles encontravam orientação, cuidado e um pouco de segurança.

Em Belo Horizonte, o movimento surge em 2013 e hoje é considerado o mais importante na América Latina. As aulas e as festas são espaços de acolhimento, empoderamento e formação para LGBTs que encontram conforto nesses ambientes e na dança um meio de expressão libertador. O evento mais regular é a Festa Dengue que geralmente acontece na Casa Matriz, localizada na Praça Raul Soares. Anualmente acontece também o BH Vogue Fever, Festival Internacional de Dança que celebra o Vogue e a cultura Ballrom na América Latina. Eventualmente as festas acontecem em espaços de uso público da cidade.

### **Gui Moraes - performer, bailarino, mc e criador da festa Dengue**

“A gente começou o Duelo de Vogue em 2013, o primeiro do Brasil. Em 2015, eu fiz uma parceria com o Duelo de Mcs, a Família de Rua, e foi a primeira vez que fizemos a Dengue de rua. Foi incrível, mais do que misturar todas as linguagens, para mim o mais incrível, importante e diferente dos outros duelos, foi que realmente estávamos ali abaixo do Viaduto Santa Tereza, ali na Aarão Reis, onde tem muitos moradores de rua. Então a gente estava assim, na casa deles. Então eles tomaram conta do duelo, maravilhosas. Acho que já é uma população que já tem uma fluidez maior de gênero né? As mulheres são muito mais fortes e prontas e “não mexe comigo” e na hora da *runway*<sup>6</sup> babe ficam todas “princesas”, tanto as mulheres quanto os homens, começam a rebolar, mandam beijo e tudo. Foi incrível, maravilhoso. Tem uma foto com uma mulher que ficou abraçada comigo o duelo inteiro, que falou comigo “muito amor, muito amor, muito amor”. Isso para mim foi o melhor, mais do que o rap, essa outra camada queer que faltava, que são os marginalizados de verdade. Eu acho que, ali naquele momento foi tipo, nó, agora bateu! Sempre tem procura de LGBTs pela Vogue tanto na rua quanto em espaços fechados, mas vejo que ainda não chega em uma parte da população LGBT. Na rua, são os transeuntes que passam, param e ficam e se apaixonam e dizem “nunca vi uma coisa dessas” pelamor de deus, qual é seu telefone? quero ir sempre. Não acho que tenha uma coisa procurada programada, é mais de ir de encontro sabe? Ali no meio, eles começam a tirar fotos e ligar pras amiga, aí lota.”

## **Tetê Moreira - bailarina, professora de dança, integrante do Trio Lipstick**

“O movimento do Vogue, essa cultura *ballroom*, ela vai surgir com força mesmo em 2013 quando o Gui faz a primeira Dengue. Já tinha umas pessoas que treinavam Vogue, a parte da dança. Eu e as meninas do Lipstick, a gente já treina Vogue desde 2009. Mas o começo de cultura das *balls* que é esse duelo e outras coisas que envolvem o duelo, aconteceu mesmo na Dengue em 2013. Aí foi uma experiência muito inicial, engraçada, porque ninguém ali sabia o que era Vogue. A única que foi e sabia era eu, porque as outras meninas também não puderam ir e aí fui, batalhei, ganhei e nesse momento eu já fiz essa amizade com o Gui e em 2014 o Lipstick já entra nessa parceria com a Dengue, tentando trazer um pouco essa parte mais técnica da dança, as informações sobre a cultura *ballroom*, para fazermos algo com a cara de Belo Horizonte, mas respeitando a cultura original, criada em Nova Iorque. Em 2014 começamos a fazer vários duelos. Nesse momento já ocupávamos alguns espaços públicos - como a Virada Cultural que aconteceu no SESC Palladium, foi no saguão e foi lotado. Já ocupamos parques, o Parque Municipal, algumas Dengues de rua, uma embaixo do Viaduto e uma em cima, uma no FID. E ano passado no edital Cena Plural, ocupamos embaixo do Viaduto Santa Tereza, um dia de dia que foi bem legal.

Tudo que fizemos até hoje tanto em locais públicos ou privados, diria que 95% das pessoas que se interessam e entram nas batalhas são LGBTs. Quando é na rua a experiência é muito interessante. Quando foi embaixo do Viaduto de Santa Tereza, vários moradores de rua da região entraram. E tinha as gays, as mulheres trans. Participaram e fizeram uma farra, a identificação é imediata. E os héteros também, acaba que todo mundo entra na farra. Mas essa identificação dos LGBTs baterem olho e colar acontece muito.

A Dengue foi a primeira faísca, em festas menores e depois maiores. E aí tivemos o primeiro BH Vogue Fever, e o Art Burnet veio e tivemos a primeira *ball* internacional nos moldes das *balls* internacionais, o *mainstream* e desde então nunca mais paramos. A Vogue continua, o BH Vogue Fever está no quinto ano de existência e hoje virou a grande referência da América Latina, ela pára para vir e participar ou mesmo para ver de longe. Um grande momento. Somos uma grande referência, Belo Horizonte, está neste lugar.

É importante falar dos cuidados de ocupar um espaço público levando o Vogue e a cultura Ballroom. Por falar sobre corpos e pessoas em situação de marginalidade mesmo, pessoas periféricas, travestis e bichas pretas, sapatonas masculinas, o tanto que é importante ter esse cuidado na hora de ocupar pensando na segurança das pessoas. A gente sabe que a cidade ainda é um espaço muito agressivo, violento e truculento com esses corpos, então no momento que a gente decide ocupar os espaços públicos, nós que normalmente produzimos, precisamos ter todo esse cuidado. Porque às vezes preferimos fazer em lugares fechados para garantir mesmo a segurança, conseguimos definir bem as regras, orientar as seguranças, colocar seguranças desse recorte também. Seguranças mulheres, seguranças travestis e lésbicas

que entendam melhor, evitando a violência. Pensar o cuidado em ocupar espaços públicos, até pensando em polícia.”

## **CAMPEONATO INTERDRAG DE GAYMADA**

A Gaymada para além de um jogo é uma performance compartilhada e interativa. As chamadas feitas pelas redes sociais convocam para um jogo livre, sem amarras e sem normas. Um brincar que retoma o espírito de liberdade da infância, onde as regras só valem para o jogo e não para o corpo. O campeonato foi criado pela Toda Deseo, um coletivo de arte-ativistas mineiros surgido em 2013 com trabalhos que relacionam teatro e performance com questões LGBTIA. O Campeonato, criado em 2015, já aconteceu em várias praças e parques da cidade, incluindo regiões periféricas na tentativa de descentralizar o evento e ampliar a discussão sobre diversidade, gênero e sexualidade. A companhia também já levou a Gaymada para outros estados do Brasil.

### **Idylla Simarov - atriz da Toda Deseo, performer:**

“O Campeonato Interdrag de Gaymada surge do Chá das Primas em que a Toda Deseo convida a população LGBTQIA+ para trocar uma ideia, tomar um chá da tarde na Praça Floriano Peixoto e aí nesse Chá, surge a necessidade de nós LGBTs colocarmos nossos corpos no sol, também em atividades à luz do dia. Então a gente vem desse processo de retomada dos espaços públicos: Carnaval de Rua, Duelo de MCs, Mundialito de Rolimã. A gente vem de vários processos dos movimentos sociais-artísticos-culturais retomando os espaços públicos e a gente entra também nesse movimento de retomada fazendo a Gaymada só em espaços públicos. A Gaymada durante muito tempo só aconteceu em espaços públicos. A gente tinha essa dimensão de espetáculo, mas também de movimento cultural no espaço público. É uma questão interessante para a gente pensar a Gaymada. A gente escolhe o jogo Gaymada justamente por ser onde nós, população LGBT, somos jogados no âmbito dos esportes - “Ah não vai jogar futebol com os meninos, então você vai jogar queimada” e aí fica como o jogo, pelo menos das escolas que eu conheço, um jogo onde a maioria dos jogadores é de mulheres e LGBTs. Então a gente vem também dessa retomada e apropriação de um lugar que nos é imposto para transformá-lo em outra coisa, em festa, em luta. A Gaymada então é uma festa, uma prova da alegria de sermos quem somos, de um orgulho de sermos. Por isso o dia, por isso o espaço público, por isso essa retomada de território. É uma retomada da nossa própria identidade, do nosso próprio orgulho de ser LGBTQIA+. Quando exibimos nossos corpos cheios de glitter, montados, damos nossa pinta, eu acho que é uma retomada do espaço-público cidade e uma retomada do espaço-privado nosso corpo. E a experiência é muito diversa, a gente nunca teve nenhuma experiência, por exemplo de pessoas passarem e agredirem a gente. Uma vez em Curitiba, a gente tomou uma pedrada de uma pessoa, mas foi a única vez na qual a Gaymada foi vítima de alguma violência nesse sentido porque é interessante como



a gente consegue abrir também no espaço público uma via de diálogo com outros corpos. Porque fica um evento LGBT que não é só destinado para LGBTs, é um processo mais amplo onde conseguimos levar nossa cultura, nossa estética, nossa memória mais para a população como um todo. Acaba que se torna um bem para a população.”

## **DISPUTA NERVOSA**

A Disputa Nervosa é uma competição de dança, uma batalha de passinhos do funk, realizada por membros do Centro Cultural Lá da Favelinha. O local promove atividades culturais e de formação como oficinas de capoeira e hip hop, aulas de línguas, biblioteca aberta à comunidade, entre outras.

O Passinho, criado há mais de quinze anos por jovens de comunidades do Rio de Janeiro, foi amplamente divulgado desde a sua aparição. São passos rápidos e coreografias em freestyle, unindo funk, frevo, break, samba e aqui em BH, em alguns grupos, temos o Vogue também. Mais do que um tipo de dança, um movimento que segue vivo e se espalha pelo país. Em Belo Horizonte, o movimento começou a tomar corpo em 2013 e em 2015, Kdu dos Anjos, arte-educador e morador do Aglomerado da Serra, criou a Disputa Nervosa, uma disputa de dança que desde então traz muitos fãs pelas ruas da cidade.

Ele era jurado em um campeonato de passinho que acontece todos os anos durante a Virada Cultural de Belo Horizonte. Lá ele conheceu Johnathan Dancy, e o convidou para dar oficina de passinho no Centro Cultural Lá da Favelinha. Ambos moram no aglomerado, onde fica o Centro Cultural e com as oficinas, vieram as apresentações e as disputas.

### **Kdu dos Anjos - Mc, compositor, poeta, professor:**

“Como sou curador que chamo convidados para os eventos (não só as disputas que são abertas), tento sempre misturar o máximo possível. Então tem muitos meninos cis, mas também muitas meninas e chamo as viada em peso para colar. E o Favelinha Dance está bem misto. Estamos com dois meninos héteros, dois meninos gays e duas meninas. Acho que a galera, toda população LGBT se sente bastante à vontade. A gente não aceita nenhum tipo de homofobia, transfobia ou racismo e nenhum tipo de preconceito e isso é falado várias vezes nos eventos.”

### **Negona Dance (Welleton Carlos) - dançarino, coreógrafo, professor, produtor:**

“Comecei a dançar em meados de 2011, eu sempre fui apaixonado com dança desde novo. Cheguei em Belo Horizonte vindo de São Paulo e tive a primeira oportunidade de fazer oficinas. Comecei a fazer aulas de hip hop e danças urbanas e me apaixonei, fui identificando que era aquilo mesmo que eu queria. Fui investindo nisso, fui para o jazz, ballet clássico e dança contemporânea. O funk até então, eu só dançava nas baladas e nos rolezinhos. Um dia, num rolê, uma edição do “Somos Todos Black” que aconteceu lá na Sapucaí, estava com

umas amigas que também dançavam e estava rolando essa batalha que o Lá da Favelinha faz, a Disputa Nervosa. Estava rolando as inscrições e minhas amigas me incentivaram a participar, elas fizeram minha inscrição sem que eu visse, daí tive de batalhar. Quando subi e dancei funk com a galera, foi um momento incrível e histórico, tinha muita gente, estava lotado. Quando eu dançava, a galera vibrava e aquilo foi muita emoção e ali percebi que o funk me abraçava muito mesmo. Por ser homem, cis, gay e afeminado, o funk tava ali comigo, em peso. E ali eu poderia ser quem eu quisesse, porque o funk ia me dar esse apoio. Foi quando surgiu um dos apelidos: Negona. Negona é por causa de dançar um funk de uma forma mais afeminada, de uma forma bem viada mesmo, assim. A minha carreira começa a partir daí. Ganhei essa disputa da Sapucaí e fui me interessando mais pelo funk, que era uma coisa que estava perto de mim por ser morador de favela. E ao mesmo tempo estava muito distante, porque durante o dia fazia aulas de dança fora da favela, não tinha muito esse contato. Nesse dia conheci o funk que conta minha história, que fala de mim, que fala de onde eu venho, das riquezas que as favelas têm e das coisas ruins também. Daí comecei a estudar o funk, a embarcar nessa onda e hoje estou no Favelinha Dance<sup>7</sup>, que é o grupo de funk do Lá da Favelinha. Vendo o quanto o funk me moldou como pessoa, me fez entender diversas coisas e estereótipos que não tenho obrigação nenhuma de seguir. Eu posso ser quem eu sou, quem eu quiser ser, vestir o que quero, ir onde quero e também posso entrar e sair de onde eu quiser. O funk me deu essa força, essa resistência, esse lugar de fala. Entendi onde estava meu lugar de fala. As pessoas que não vivem dentro das favelas, não sabem o quanto é importante a existência do funk. O funk vai para além de um estilo musical ou de dança, é um estilo de vida. Os funkeiros têm respeito. Não estou dizendo que não acontecem piadinhas, mas quando o funk deu essa revolucionada, se tornou a linguagem da juventude, foi se tornando também muito respeito, pela pessoa, não só pela população LGBT, mas por pessoas. Entender que somos iguais, mas ao mesmo tempo, somos diferentes. O funk me fez entender que vale tudo, só não vale qualquer coisa. Aprendi muito com o funk e hoje o funk é uma das minhas maiores rendas como professor, dançarino de funk e como pesquisador do funk também. E além do funk, o Projeto do Lá da Favelinha me abraçou muito também, me disse “você pode, você consegue, vamos caminhar juntos, vamos fazer o rolê acontecer, com grana ou sem grana”. Eles me fizeram firmar essa resistência. A Disputa rola até hoje. Hoje em dia, às vezes sou jurado, mas não disputo. O Favelinha Dance não disputa. O funk tem um direcionamento para mim em um momento ímpar da vida, quando estava em uma indecisão sobre o que é ser gay, o que é ser LGBT, será que devo ou não me aceitar? As outras danças, ballet, hip hop, outras danças urbanas me cobravam uma masculinidade. Na minha cabeça me perguntava: o que é masculinidade? O que é feminilidade? O que é ser feminino ou masculino?

Como isso se desdobra dentro de mim? Como na minha corporalidade dentro do funk eu consigo expressar o meu feminino? Não que nos outros não consiga, mas eles me pedem uma

---

7

Grupo de dança do Projeto Lá da favelinha voltado para estudos e difusão das danças do funk.

expressão mais masculina. Mas o funk me deu essa liberdade, como se tivesse falado assim, você tem asas, é uma borboleta, você não é obrigada a viver dentro de um casulo. Vá voar! O céu é o seu limite. E o Lá da Favelinha foi afirmando isso o tempo inteiro. Hoje eu agradeço muito a Kdu dos Anjos e ao projeto. Essa visibilidade que tenho hoje vem muito com o projeto. Já pisei nos maiores palcos e eventos da cidade, graças a ele que acreditou. E estamos aí vivendo resistência. O que eles chamam de minoria, eu chamo de força. E termino dizendo que ser preto, pobre, favelado, funkeiro e LGBT nunca foi um problema para mim. São os pilares de força para que eu possa chegar e continuar subindo. Um degrau de cada vez. Tive que ser forte durante muito tempo. Às vezes até queria ser fraco um pouquinho, para poder vivenciar outras coisas. Mas a sociedade não me deixa ser fraco nem por alguns minutos.

### **SLAM CLUBE DA LUTA**

Os Slams são campeonatos de poesia falada que surgiram em Chicago (EUA) nos anos 1980 e chegaram ao Brasil há dez anos. Os poetas inscritos precisam ter no mínimo 03 poemas, de sua autoria, com até 03 minutos. As (os) poetas podem cantar, interpretar e intervir, mas sem o uso de qualquer objeto cênico. No final, as performances são julgadas por 5 jurados selecionados na platéia. O Slam Clube da Luta foi o primeiro campeonato de Slam a ser realizado em Belo Horizonte e surgiu em 2014. Desde então, as batalhas acontecem geralmente nas últimas quintas-feiras de cada mês e têm um vencedor a cada edição. Ele é realizado na sede do grupo de teatro Espanca!. O espaço que fica na rua Aarão Reis bem próximo ao Viaduto de Santa Tereza abriga as atividades do grupo, e está aberto também a apresentações de espetáculos e eventos de arte contemporânea. Durante o evento que tem entrada gratuita, as portas ficam completamente abertas, o que permite o acesso fácil e livre de qualquer pessoa que queira conhecer a competição. Moradores de rua, passantes e curiosos acabam assistindo e participando das apresentações e esse caráter semi-aberto do espaço traz uma aproximação com o que caracterizo como ocupação de espaço de uso público nessa pesquisa. Por ser o primeiro Slam de Minas, os organizadores também são encarregados de produzir o Slam MG que tira de todos os Slams do estado uma pessoa para competir no Slam Nacional em São Paulo no fim do ano e de lá sai uma (um) poeta para competir o Internacional na França. Em MG são 26 Slams ao todo.

#### **Rogério Coelho - slam master e um dos organizadores do Slam Clube da Luta:**

“O Slam Clube da Luta desde sua fundação em 2014 se declara contra o racismo, a lgbtfobia e o machismo, sendo já uma voz declarada pelos movimentos que trazem na poesia esses temas. E chamamos de “clube da luta” os lugares de fala e de poder de voz das pessoas que lutam cotidianamente contra essas opressões. Então os textos ali não são previamente selecionados, as pessoas já trazem isso de lutas e o espaço é aberto para que essas lutas se apresentem. Nesse sentido tem se fortalecido cada vez mais esse engajamento por meio da poesia

e também por meio do amor. As declarações de amor e as elevações de amor estão nesse sentido de um amor que é diverso e aberto a todas as possibilidades e é muito bem aceito. É um lugar de formação também porque as pessoas que vão pela primeira vez e que não estão acostumadas com esse tipo de poesia marginal que circula e que é veiculada nos slams e saraus de periferia principalmente e que está agregada a esses temas e vai recriando as identidades para discussão dessas pautas. O público recebe muito bem e com muito carinho e elevação quando esses temas de amor a diversidade, respeito, auto-afirmação seja pela negritude, pelos temas homoafetivos e/ou LGBTQI. Além dos participantes que vão colocar suas vozes nesse lugar da defesa de um corpo diverso, o público participante passa por um momento de reconfiguração das identidades, passa a entender essa nova cena pela poesia. A poesia leva as pessoas a outros lugares a refletir com a performance com suas identidades múltiplas. O público está sempre alinhado com esses temas. Temos muita ligação com movimentos sociais e já promovemos o Slam em ocupações urbanas, no Armazém do Campo do MST, na UFMG e em outros eventos culturais.

### **segundaPreta**

A segundaPreta é um movimento-território-quilombo.

Assim se define o movimento segundaPreta, que recebe em sua programação trabalhos de artes cênicas feitos por artistas negras e negros e, para além das apresentações, dialoga e se propõe a escrever sobre essas cenas/espetáculos/performances e deixam preciso o recado:

“daqui do teatro espanca! encontramos a cidade e somos afetados por ela! é preciso que você saiba: somos e estamos ao lado das pessoas LGBTQi+, indígenas, mulheres, marginalizados e pobres. É preciso que você saiba que estamos e somos contrários ao conservadorismo hétero-branco-patriarcal-capitalista. É preciso que você saiba que não se deve empurrar pessoas negras ao entrar em nosso quilombo. É preciso que você questione seus privilégios para não tentar usá-los por aqui. É preciso que você saiba que o racismo é ambíguo: ele se afirma na negação. Racismo não é relativo!”

As portas do espaço espanca! que também recebe outros movimentos como o SLAM (ver acima) se abrem às segundas para que as atividades se realizem.

### **MÃES PELA DIVERSIDADE**

Aqui, abro espaço para um coletivo do movimento social que embora não se apresente em performances ou crie eventos públicos, atravessa quase todos eles e ocupa as ruas unicamente para demandar direitos e cidadania para a população LGBT. O coletivo Mães pela Diversidade nasceu em 2014 como um coletivo de mães e pais de LGBTs. Preocupados com o avanço do

fundamentalismo, a crescente escalada da violência e a necessidade de se conquistar direitos civis para suas filhas e filhos, fundaram o movimento e hoje já estão presentes em quase todo território nacional. Entre as metas, está o acolhimento de famílias de LGBTs e a divulgação de informações sobre direitos e lutas em andamento, o combate ao *bullying*, a opressão, a segregação, o desconhecimento e a discriminação.

Em Minas, o coletivo foi formado em 2017 quando Fernando Salum, militante pela Frente Autônoma LGBT, convidou sua mãe, Myriam Salum, para participar do Mães. Como não havia um grupo em Minas, apenas algumas mães adicionadas pelo Nacional, ela e a Frente Autônoma não mediram esforços para que MPD se consolidasse como um movimento forte e acolhedor em Belo Horizonte e posteriormente no Estado. Hoje são cerca de 200 mães e há núcleos em Juiz de Fora, Muriaé, São João del Rei, Sete Lagoas e mais recentemente em Uberlândia. O coletivo de Belo Horizonte oferece plantões de acolhimento semanais na cidade, além de promover rodas de conversa e campanhas motivadoras nas redes sociais.

### **Myriam Salum - coordenadora do Mães pela Diversidade de Minas:**

“Quando o Fernando me chamou para participar do Mães pela Diversidade eu não fazia a menor idéia do que seria ser MPD e nem imaginava o quanto isso transformaria a minha vida aos 60 anos de idade. Eu sabia que teria que buscar mães em todos os espaços mas a pergunta inicial era: onde buscá-las??? A primeira coisa que me ocorreu foi buscar as mães na militância. Estava chegando a Parada e tinha uma festa do Fecha Santa na Fábrica na Av. dos Andradas em um domingo.

Nem tinha uma blusa do Mães ainda. Então peguei uma folha de papel A4 desenhei um coração colorido e escrevi no centro dele “Sou Mãe”. E fui com a cara e a coragem. Chegando lá, as LGBTs formavam uma fila enorme na porta e quando liam o meu papel colado com fita crepe na blusa iam me passando a frente e me abraçando. Foi uma experiência indescritível e inesquecível! Lá foi a minha primeira aula de acolhimento. Ouvi histórias muito tristes. As histórias que ouvimos quando estamos em locais públicos sempre tem o mesmo viés de tristeza e abandono.

A nossa intervenção nas paradas e mesmo no carnaval vai além de festejar. Estar andando no meio das pessoas nos possibilita fazer um trabalho de amor e acolhimento junto à população LGBTQIA+. Ganhamos tantos abraços que na verdade somos acolhidas pelo amor das pessoas que mais precisam deste amor materno. Acho que no fundo nós recebemos mais do que doamos e ter esta visão de troca nos faz crescer como pessoas.

Muitas mães nos procuram depois de sairmos às ruas, elas aparecem no plantão. O facebook hoje não nos ajuda tanto, o que nos ajuda é ocupar as ruas de verdade. Saímos com a blusa em todos os locais, as pessoas nos param e fazem perguntas. Hoje em dia somos abordadas em todos os lugares e é importante dizer que quando uma fala é a voz de todas.”

## **TRUCK DO DESEJO**

“A Truck do Desejo nasceu no dia 21 de abril de 2018 quando uma sapatão, sua ex, a ex da ex dela, a atual, a ex peguete da ex e a futura ex peguete da atual se reuniram com uma vontade: fazer um bloco de carnaval de mulheres sapatonas e bissexuais, caminhoneiras, futuristas, convictas. O repertório da Truck transita por vários ritmos, privilegiando as compositoras e cantoras lésbicas e bissexuais. Nossa política é o humor, mas o assunto é sério. Cola quem quer. E o protagonismo? É a força da mulher sapatona. Bloco lésbico e bissexual de Belo Horizonte. Somos feministas, anti-fascistas, anti-racistas e não toleramos lesbofobia, bifobia ou transfobia”.

Assim se apresenta o Bloco Truck do Desejo nas redes sociais. Um bloco de carnaval formado única e exclusivamente por mulheres lésbicas e bissexuais do qual tenho a alegria de participar. O seu primeiro cortejo aconteceu no Carnaval de Rua de 2019 em Belo Horizonte, mas houve também oficinas e ensaios abertos em espaços públicos antes disso. Para além de músicas de autoras e cantoras lésbicas e bissexuais, o Bloco também se apropria de outras “falas” inclusive de falas “masculinas” desconstruindo o discurso heteronormativo. As reações a essas paródias são as mais diversas, principalmente quando foliões héteros não se vêem sendo “cantados” por mulheres. Eles não estão mais lá, não se trata deles e nem está direcionado para eles, e há também a mudança de artigos em várias músicas. No cortejo, que teve início com uma buzina de caminhão<sup>8</sup> e passou pelo beijaço e pela homenagem à Marielle Franco. Um dos momentos mais politizados e emocionantes foi quando todas as mulheres envolvidas no cortejo levantaram, individualmente, uma pequena faixa com o nome de uma mulher importante para a história pessoal de cada uma ou para a história coletiva - nesse momento uma imensa faixa com o nome de Marielle foi aberta e circulou no meio do bloco.

### **Isabella Figueira - regente e uma das idealizadoras do bloco:**

“Criamos o bloco em abril, umas amigas e eu. Já tínhamos esse desejo de fazer e a coisa era muito despretensiosa, mesa de bar e tal e de repente tomou uma proporção grande. A Truck foi pensada e construída como um bloco coletivo de visibilidade lésbica e bissexual em um contexto político muito conturbado. As atividades começaram em agosto de 2018, através de oficinas em um espaço fechado. O grupo cresceu muito de maneira inesperada para a gente. Imaginávamos que seriam mulheres que já tocavam e que já tinham interesse em música e vimos que a maioria nunca tinha tocado um instrumento, eram mulheres que estavam querendo contribuir e fortalecer esse espaço como espaço de sociabilidade e uma vivência diferente com a música. Abrimos mais turmas de bateria e dança e isso tudo aconteceu no contexto das eleições. Nossa ideia era fechar as oficinas e limitar o número de pessoas a 40 integrantes na bateria e as coisas tomaram outro rumo e esse grupo cresceu e se tornou uma



bateria com mais de 80 mulheres e uma ala de dança com 15 mulheres. Isso gerou maior responsabilidade e um custo maior para levar o bloco para a rua. Entre os maiores desafios, considero que foi manter nossa sanidade mental em um coletivo grande e num contexto tão conturbado. Sempre nos perguntávamos, porque estamos fazendo isso? Queríamos criar um espaço seguro para que mulheres lésbicas e bissexuais pudessem trocar seus afetos, carnalizar, aprender a tocar um instrumento e que fosse para além de um bloco, um espaço de troca e de vivências múltiplas de mulheres de várias idades e classes. Foi e é um desafio criar um espaço anti-racista, anti-transfóbico porque nosso núcleo é formado por mulheres cis, a maioria branca. E tivemos que pensar muito em como romper a nossa bolha e ainda estamos pensando em como fazer para isso. Teve o desafio de como construir um cortejo seguro. A organização tem 12 pessoas e ninguém nunca tinha feito um cortejo. Fomos tendo o apoio de outros coletivos para pensar a segurança durante o cortejo, a Rede P.O.C por exemplo. Os blocos que se tornam maiores centralizam mais as decisões, mas uma das coisas mais legais é que a construção do bloco foi política. Mesmo a duras penas, foi uma construção que foi se horizontalizando. Erramos muito e sem financiamento é difícil, mas a mobilização da rede foi incrível. Muitas mulheres doaram trabalhos e serviços e isso se viabilizou. Como era o primeiro só tivemos apoio e não patrocínio. Mas isso ampliou nossa rede. Construir coletivamente fez com que nosso cortejo emocionasse muito as pessoas inclusive a gente.

Conseguimos pessoas incríveis para ficar no apoio e na corda, entre elas o coletivo Mães pela Diversidade. Muitas pessoas colaram com a gente nos registros por exemplo. Tivemos medo e receio por segurança, mas não aconteceu nada durante o nosso cortejo. Percebemos que não sair e não colocar o bloco na rua é muito pior.

Repensamos várias formas de nos pensar enquanto coletivo. Percebemos que há uma necessidade por rodas de conversa bem estruturadas e pretendemos manter essas rodas com assuntos relevantes para nós. Promover eventos, voltar às oficinas, descentralizar as ações e fazer com que se espalhem.

Foi uma experiência transformadora estar com mulheres maravilhosas, questionar atitudes e privilégios. Recebemos relatos do grupo e é muito marcante porque são muitas histórias, muitas e muitas opressões diferentes dentro do grupo. Tem gente que não tem mais nenhuma relação com a família, que foi expulsa de casa e que reconheceu ali dentro do grupo um pertencimento e é muito bonito ver como isso dá estima para a pessoa e fortalece. Mulheres que não saem na rua mais, têm transtornos e que estavam ali no carnaval fazendo parte do cortejo. Isso dá forças para a gente continuar. No começo ninguém conversava com ninguém e as relações foram sendo criadas ali, namoros, amizades e isso foi se fortalecendo e já é muito maior do que a Truck.

Sabemos que coisas pequenas para uns são difíceis para outros. Por exemplo, comprar um instrumento musical é difícil para algumas, isso já é segregador. Então como faremos para isso

não acontecer? Estamos pensando em estratégias como criar ações, shows para levantar verba e disponibilizar instrumentos para as meninas que não podem comprar. Convidar mulheres que admiramos para integrar nosso coletivo. Nossos ensaios começaram a acontecer no Armazém do Campo, antes do Angola Janga, e nosso grupo foi transformado por isso. Ainda não temos mulheres trans (lésbicas e bissexuais), mas é uma questão de tempo, elas têm de sentir que é um espaço seguro para elas. O cortejo foi importante para mostrar quem somos.”

Toda e cada insurgência explode a lógica subjacente ao urbano desenhado e planejado. Então, quando se pretende escrever uma espécie de história urbana pelo avesso, as imagens em anteparo darão conta dessa narrativa? Estamos vendo surgir, com as insurreições que se espalharam pelo mundo desde 1999, um novo espaço da aparência? É preciso delimitar o que vem a ser, em termos benjaminianos, uma experiência urbana e arquitetônica, experiência da arquitetura urbana. Primeiramente deve-se afirmar que de tudo o que se trata numa insurreição é, sem qualquer dúvida, dos corpos trafegando pelos lugares, corpos experimentando espaços desviados de suas funções primárias, em usos corpóreos dos lugares que não raro serão extrapolações de atribuição programática (ou funcional), de um lugar, para ficar com o vocabulário da arquitetura racionalista da primeira metade do século XX (VELLOSO, 2017 p. 45).

Quando invadimos o cotidiano, seja de maneira ativa ou passiva, estamos a colocar a ideia de que aquele espaço antes aguardado para um certo tipo de cena e comportamento está apresentando outro. Outra cena é instaurada, modificando a paisagem visual e sonora. Se uma praça foi supostamente construída para acolher famílias, casais e pessoas heteronormativas, quando ocupada por um jogo entre pessoas LGBTs chamado Gaymada, o que se diz é: esse espaço é meu também. O que é exposto, mesmo que momentaneamente, é que aquele espaço também pertence a outrem, que ele precisa e será compartilhado com pessoas que não estavam consideradas em seu planejamento.

Desconfio que as performances mais transgressivas sejam aquelas que interrompam a rotina, os rituais e os hábitos. Ir a um parque e se deparar com um duelo de dança performado por bailarinos LGBTs é entender que esse mundo também existe e que não está mais escondido em casas fechadas e eventos noturnos (como Jandir, Edmundo, Cintura e outros há décadas atrás, ocupamos novamente as ruas, em plena luz do dia). E ainda, que você também pode participar dele. Isso é definitivamente algo revolucionário em um país cuja recepção à diferença é pautada pela exclusão.

Refletir sobre todas essas “práticas subversivas”, *cometidas* por esses ajuntamentos queers artístico-culturais, me leva para um texto que muito me diz sobre ocupar para demandar direitos: *Quem canta o Estado-nação?* uma conversa entre Judith Butler e Gayatri Spivak (2018b). Ao debaterem sobre o Estado, sua diversidade cultural e a porosidade atual das fronteiras, refletem sobre o vínculo entre Estado e Nação e também a respeito da situação dos “sem-estado”. Na luta por direitos, conceitos como pertencimento e exílio, identidade e cidadania perpassam o texto fazendo-nos repensar nossas noções de igualdade.

A fim de mostrar a possibilidade de funcionarmos como “reivindicadores da igualdade” ou da condição de igualdade, Butler se volta para o hino nacional dos Estados Unidos cantado em espanhol em 2006 - o “Nuestro Hymno”. A questão da pluralidade da nação foi tocada quando residentes ilegais se manifestaram em várias cidades da Califórnia, na primeira metade daquele ano. Pelo direito à legalidade e à cidadania, o hino nacional dos Estados Unidos foi cantado pelos manifestantes em espanhol, causando polêmica.

Butler analisa os atos, nos lembrando que para além do fato das pessoas cantarem juntas, o que aconteceu ali foi uma articulação da pluralidade, que cantar é um ato plural. Algo mexeu com as noções de nação e de igualdade quando esse nós que cantou, cantou em espanhol. Cantar na rua reafirma essa rua como um lugar onde as pessoas que não são livres para se reunirem podem fazê-lo livremente. Mais do que situar a música na rua, esse ato expôs a rua como um local para a livre congregação - continua a autora. A rua é reconfigurada pela música como um palco onde se encena a liberdade de assembleia.

Não ter direito à liberdade de expressão e se expressar para obter esse direito, essa é a estratégia. Ocupar quando se quer ter o direito a ocupar. Desobedecer sem garantias de conquista. Reivindicar direitos é uma maneira de exercer esses direitos ainda não conquistados.

Penso então no que significa “ter direito a”. Não só quando ainda não se tem, mas também quando oficialmente se tem, mas nada, nem ninguém lhe assegura esse direito. Não morrer por “ não ter direito a”, não viver apenas em busca de ter “direito a”. Quando LGBTs ocupam as ruas para ter direito a elas sem morrer, sem apanhar ou ouvir ofensas, estão exigindo exatamente esse direito por ter direitos.

Quando transformo hinos machistas em canções de amor entre mulheres, ou quando faço o “jogo dos fracos” ser o jogo de todes, ou quando meu gesto dissidente invade as ruas em forma de alegria e contágio até aqueles cujos gestos estão condicionados para castigar e matar. Quando crio um oásis para corpos há tantos anos massacrados, quando imagino uma praia onde queriam um deserto, estou a exercer a cidade que eu desejo para mim e para todes que ainda não desfrutaram de uma cidadania completamente assegurada. Demando a cidadania exercendo um direito cidadão. Demando visibilidade, mostrando que eu - sei enxergar.





**Praia da Estação**

Priscila Musa, sem data

**Vira o Santo - Carnaval BH**

Priscila Musa, sem data



**Gaymada**  
Adriana Galuppo, 2019





**segundaPreta**  
Pablo Bernardo, 2018





**Mães pela diversidade**  
Adriana Galuppo, 2018



**Academia TransLiterária**  
Adriana Galuppo, 2018





**Slam Clube da Luta**  
Adriana Galuppo, 2017

**Disputa Nervosa**  
Adriana Galuppo, 2017





**Dengue de Rua - Duelo de Vogue**  
Adriana Galuppo, 2018





Truck do Desejo  
Lorena Zschaber, 2019

## 3.2

### rolê

[...]Isto é o que Benjamin dizia sobre fazer botânica no asfalto, o *modus operandi* do *flâneur*, que, mais que simples caminhar, designa uma prática espacial urbana que é tentativa de examinar a cidade em detalhe de modo a encontrar seus segredos escondidos e rastrear suas histórias não de todo realizadas. (VELLOSO, 2010a p.142)

Resistência, procura, conhecimento, atração ambulante, plenitude, fotografia, pertencimento, olhar, atravessamento, corpo político, alegria, multidão, resistência, resistência, resistência, resistência, resistência, resistência, resistência, resistência +25 vezes resistência. Essas foram as palavras chave escolhidas pelos participantes do ensaio-projeto *rolê* quando perguntados sobre como se definiriam na cidade em uma palavra.

*Rolê* é um projeto que consiste em um ensaio fotográfico e uma série de entrevistas com grupos de pessoas LGBTs em Belo Horizonte. Busco compreender neste trabalho, como essa resistência através da ocupação e trânsito por espaços urbanos se dá. Que chão e que texto ela constrói. Entrei em contato com pessoas que já conhecia: amigas, ex-alunes, pessoas que conheci em eventos e congressos LGBT, colegas que trabalham com o tema e outras pessoas que foram sendo indicados pelos primeiros. Apresentei então o projeto e elas escolheram o local onde gostariam de ser fotografadas, baseando-se em espaços públicos da cidade que consideram importantes para eles ou onde se encontram por se sentirem mais confortáveis para transitar. Alguns participam de movimentos sociais, culturais ou políticos que ocupam a cidade em eventos específicos, outros vão a esses eventos, outros fazem o seu rolê ávidos por terem o direito à circulação. Nos encontramos para a produção de fotos e ao final conversamos sobre nossas experiências pela cidade.

A intenção do *rolê* não é a de fazer retratos de uma outra realidade, a realidade desviante. Não se trata de retratá-la, mas de deixar um vestígio de imaginação, de sonho, de inacabado, de tempo presente em movimento. Fujo de uma imagem fixa (irônico fazê-lo através da fotografia) ou que remeta a um passado ou congele episódios. Não se trata de uma imagem para guardar, ainda que possa ser memória. Se trata de uma imagem para circular, para conversar com outras imagens de outros tempos, para fazer o presente se estender.

Didi-Huberman (2012) acende o fogo dessa relação da imagem com a memória em seu texto Quando as Imagens Tocam o Real:

Porque a imagem é outra coisa que um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles – que



não pode, como arte da memória, não pode aglutinar. É cinza mesclada de vários braseiros, mais ou menos ardentes. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 216)

Imagens-fronteira de corpos-fronteira. Em um primeiro momento, tratei de sair à procura de imagens de LGBTs em momentos de passeio na cidade de Belo Horizonte nas últimas três décadas para intercalá-las com aquelas que produziria agora, possibilitando assim colocá-las em diálogo. Porém, a extrema dificuldade em encontrar fotos de LGBTs em espaços públicos produzidas no passado impediu que a idéia original se realizasse e apontou outro caminho.

Encontrei algumas imagens em espaços fechados e poucas em espaços públicos e quando chegava a vê-las, não tinha a permissão de mostrá-las, o que me fez refletir sobre os espaços desta cidade e o peso da norma para outras gerações, inclusive a minha. A imagem que se transformaria em prova levando à exposição, perseguição e não aceitação ainda ameaça e amedronta.

Essa falta de imagens de um passado recente apenas ressalta o caráter imperativo e excludente da norma e suas estratégias para a exposição de um repertório hegemônico e controlado. A imagem LGBT era ainda mais velada. Escondida pela própria comunidade que tentava se proteger e que lutava também em alguns casos, com sua própria aceitação. O trabalho se ateve às imagens e entrevistas feitas com as pessoas que convidei para participar do projeto.

Em contraponto à imitação usada pela norma para nos enquadrar, busco a imagem de sonho queer, que se desvia e procura espaço para a existência. Deixa arder em novos símbolos queimando pequenos buracos nas paredes do regulamento. Não se trata de sugerir algo. Longe de uma imagem utópica, mais próxima de uma imagem-ação. Imagem para desmascarar o *real* e fazer durar essa experiência. Fazer sobreviver! Como nos diz Butler (2015b, p. 127), “A fotografia é uma espécie de promessa de que o acontecimento vai continuar; na verdade, ela é exatamente essa continuação, que produz um equívoco no nível da temporalidade do acontecimento.”

Olhar criticamente também para essas imagens e assegurar que não se transformem em outra norma, em substância ou reforcem a vigente é um desafio. O reforço à norma, ao binarismo já acontece, mas trata-se de analisar o que é reforço e o que é crítica ou subversão de padrões. Olhando ao redor, percebe-se que é pouco provável que nos tornemos padrão. Pelo menos por enquanto.

Ainda com Didi-Huberman (2012, p. 216), onde ela seria memória: “Finalmente, a imagem arde pela memória, quer dizer que de todo modo arde, quando já não é mais que cinza: uma forma de dizer sua essencial vocação para a sobrevivência, apesar de tudo”. A vocação para a sobrevivência coloca o corpo LGBT e a imagem próximos, sobrepostos, justapostos, abraçados.

“Assim como não há forma sem formação, não há imagem sem imaginação. Então, por que dizer que as imagens poderiam ‘tocar o real’? Porque é um enorme equívoco querer fazer da

imaginação uma pura e simples faculdade de desrealização.” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208). Imaginar a cidade queer não é desrealizar a outra cidade. Para nós, o outro são os que ocupam a cidade que não podemos ocupar. Imaginar é realizar a nossa cidade e encontrar nosso reconhecimento. E se em algum momento essas duas imagens sobrepostas se encontrarem numa beira sem sobras, isso nos dirá de um encontro de cidades em um só chão.

As várias faces assumidas pelos movimentos e as várias abordagens teóricas acerca das questões de gênero nos mostram novos e diversos caminhos que ainda se constroem em chão e constelação. Porém, a imagem que pode abrir ou fechar nossas cabeças, ampliar nossa imaginação ou exterminá-la, essa imagem mesma é compactuada ou censurada pela norma de gênero todos os dias.

Física ou virtualmente a imagem, principalmente a imagem do corpo, tem sido alvo de censura no Brasil desses tempos. Exposições, intervenções artísticas urbanas e até campanhas publicitárias são atacadas quando não censuradas de fato com a desculpa desgastada de proteção à família e aos costumes (à norma), aquela mesma que vimos quando da prisão de LGBTs por simplesmente circularem pela cidade. A circulação de nossa imagem é ainda parcialmente proibida com a mesma desculpa que violenta, assassina e mata os nossos. Isso só faz mostrar quão longo é o caminho, quão pouco permeável ainda é a norma e quão potentes são as imagens.

E se a premissa é: um corpo é imagem e essa imagem se movimenta pela cidade, que filme estamos montando? Há deslocamento, digo, chão permitido suficiente para animar uma imagem? Quantos quadros ofereço para quem quer simplesmente atravessar uma rua em direção a uma praça sem ser congelada - como num bug de software - a cada passo que ensaia?

Como editar o áudio de um mundo preconceituoso? Como estratégia, é comum entre travestis e mulheres trans a utilização de fones para não ouvir os insultos que escutam quando saem às ruas. Como mencionado anteriormente, a estratégia de des-ver utilizada aqui inversamente pode fazer a vida dessas mulheres melhor, mas essa história poderia ser melhor do que isso, não? Como fazer imagens contra as imagens do regime predominante? Fazendo com que essas imagens sejam vistas por pessoas de fora da nossa comunidade? Sem criar uma nova norma, como ampliar esse imaginário de forma a desenvolver uma maior habilidade de convivência com o diferente?

Fala-se muito de uma imensa e absurda produção de imagens. Destruir imagens é tão fácil - quanto produzi-las. Entretanto, ao voltarmos aos corpos-imagem que são produzidos e descartados todos os dias, questionar quais são as imagens que estão sendo destruídas é fundamental. As imagens subversivas são destruídas ou impedidas de imediato. Se nesse momento destruo uma imagem de lógica heteronormativa, no segundo seguinte milhares de imagens como ela estarão a postos para substituí-la porque essa é uma lógica auto reprodutiva e, como elas já existem em maioria, são fáceis de serem reproduzidas, citadas e repetidas.

Quando destruo, censuro ou arquivo a imagem subversiva, a que preço poderei reproduzi-la? Apago com ela sua força de resistência. A cada assassinato de um corpo LGBT, apaga-se a imagem subversiva que esse corpo é. O medo, ele já apagou e apaga essa imagem todos os dias quando uma jovem ou um jovem LGBT se disfarça para sair às ruas com a intenção de ter mais segurança. Elas permanecem lá com seus desejos e verdades escondidas, suas imagens não reveladas, seus segredos. A esse corpo-imagem falso é permitido o acesso. Essa imagem que mente é aceita pois repete e vende a lógica binária imposta pela norma.

Desta forma, esses grupos que se encontram sem um propósito primeiro de se manifestarem, mas com o objetivo de aparecerem como desejam, circularem ao mesmo tempo em que se protegem, arriscarem a ocupação de lugares onde sua inteligibilidade é questionada e trocarem estratégias de sobrevivência, não estariam ao ocupar e circular por espaços para além de praças e locais destinadas a priori a manifestações, construindo um chão próprio, onde um espaço é estabelecido como pertencente a uma aliança? Redes de solidariedade também se formam quando grupos com menos pessoas se encontram, se olham e se reconhecem. Existem ativismos que estão fora dos mecanismos do Estado e de modos institucionais de mobilização.

Michel de Certeau (1994, p. 201) diferencia *lugar* e *espaço*. Segundo ele, lugar é a ordem, é “[...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade” - uma rua, uma praça, uma avenida definidas por um urbanismo. Já o espaço seria um lugar *praticado*, a rua transformada em espaço pelos pedestres. O espaço seria animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Os sujeitos o transformam, seus passos vão moldando os lugares e os transformando em espaços. Esses passos produzem um discurso que carrega traços individuais deixando rastros que produzem um texto particular que cada caminhante escreve sobre a cidade.

Se posso dizer que alguém só existe quando é reconhecido, posso dizer que alguém só existe quando se desloca? Que sua liberdade de deslocamento diz respeito à sua inteligibilidade mais do que à sua vontade ou direção? O deslocar é aqui entendido de duas maneiras: como movimento pelo espaço material criado como apoio para o deslocamento e, ao mesmo tempo, como espaço de ruptura que esse sujeito cria ao “deslocar-se” do lugar de onde fora “colocado”, mesmo antes de nascer. Ou seja, posso chamar de “lugar” o gênero que escolheram para mim? E seria o “espaço” o que eu faço desse lugar? Como me movo para além dele? Esse jogo de palavras só me serve agora para continuar um pensamento. Se assembleias são manifestações contra a precariedade, podem esses grupos não apenas quando estão promovendo eventos culturais e/ou políticos estarem se manifestando silenciosamente (às vezes nem tão silenciosamente) contra essa mesma precariedade? Em suas caminhadas, em seus rolês, quais são os chãos que eles constroem? Que texto único sobre a cidade eles escrevem? Que nós escrevemos?

Nas transcrições que se seguem ouviremos alguns dos participantes do *rolê*. Todos se utilizam de transporte público, bicicleta ou circulam a pé pela cidade. O uso de aplicativos como o Uber aparece como estratégia de segurança durante os rolês noturnos. (Triste observar que às vésperas da eleição para Presidente em 2018, os aplicativos transformariam-se em desconforto e perigo e isso segue até hoje). Praticamente todos se encontram naqueles espaços que ciclicamente marcam pontos históricos de sociabilidade entre LGBTs em outros momentos da história da cidade.

Os nomes dos entrevistades/fotografades, tal como decidido por todos os participantes, são fictícios.

As perguntas principais:

Onde se sentem mais confortáveis para circular na cidade?

Em quais espaços ou eventos costumam ir?

Utilizam alguma estratégia para se protegerem de agressões?

Como ocupam a cidade?

Uma palavra que te defina no seu rolê pela cidade.

### **Ana, 23 anos - Palmeiras**

Eu acho inadmissível eu não passar do lado de um passeio porque o bar está aberto e tem homem, eu vou passar, eu vou passar porque eu vou. Eu vou passar de cabeça lá em cima porque eu quero ver um cara mexer comigo. Porque? A minha atitude incomoda eles, porque pra eles o masculino e o feminino importa muito. Tipo assim, eu saio muito sozinha. Eu me sinto extremamente confortável e confiante sozinha. E às vezes quando eu saio junto com uma mina é que eu fico preocupada. Porque eu tenho que segurar um boi que não é só meu. Porque às vezes, não é culpa dela, mas eu vou ter que falar “vão véio, vamos sim, que nós vamos ter que passar pela Amazonas às duas horas. O busão vai passar duas horas e a gente tem que pegar ele”. O meu corpo político é muito presente antes de eu saber. Pra mim, me incomoda muito eu não ir em algum lugar por causa de macho ou alguma coisa, sabe. Eu vou mano, só pra eles me verem, me encararem, me falarem qualquer coisa, mas eu existo, pra mim não dá véio, eu preciso ir sabe? Sabe porque eu não tenho medo? Porque quando criança minha mãe me botou no caratê e eu era a única menina e eu só lutei com homem a vida inteira. Então pra mim sempre foi muito aqui ó.

A gente ocupa a cidade habitando, literalmente. Estar num lugar, fazer parte, integração. O corpo militante pra mim já vem antes de eu pensar nele, isso é o que me ajuda a habitar a cidade. É eu estar em um bar e antes de saber que estão me olhando eu já estou. Já estou

fazendo o meu rolê, aí percebo que estão me olhando e vou ter que lidar com alguma situação. Mas é não deixar de ir sabe, não me render mesmo a todas as faltas de acesso que temos.

### **Gaia, 22 anos - Barreiro**

Eu tenho duas estratégias pra sofrer menos. A minha primeira estratégia pra sofrer menos, mesmo enquanto mulher e enquanto mulher lésbica, é realmente a minha vestimenta. Tipo assim, eu saio com uma roupa que eu quero sair e aí por cima dessa roupa na qual eu me sinto estupidamente confortável, que é provavelmente a roupa que eu escolhi para sair com a minha companheira ou sei lá, com a pessoa que eu quero conhecer vem a roupa que eu uso pois quero ser menos assediada. Na moral, é infelizmente cobrindo mais o meu corpo. E tem uma coisa que é: homem não gosta de mulher, homem gosta de feminilidade. Eu me vi várias vezes me forçando a ser masculina para não soar como sexual, pra eu não ter que passar por assédio mesmo com eles. Eu faço isso todo dia. A roupa que eu quero usar e a roupa que eu tenho que usar pra homem. Eu sempre levo um blusão na bolsa e não é porque eu quero usar muita roupa ou porque acho que é moda, é porque não quero ser estuprada.

E a minha cara que é a coisa que eu mais tive que abrir mão mesmo, militar com o rosto. Que é tipo carregar uma máscara de resistência, de tipo “não olha pra mim e vai se foder” com a cara mesmo, o que me tira a possibilidade de ser feliz... na moral. De só estar num bar estar curtindo com as minhas amigas e rir. Só que eu estou o tempo todo olhando todos os homens em volta e vendo como que eles olham para as outras mulheres. Não tanto comigo porque eu sinto os olhares e aí eu olho na cara dessas pessoas e já me senti silenciada. Tipo assim, a pessoa está do meu lado, ela está olhando pra minha cara pra caralho e eu estou olhando fixamente pra frente. E aí que eu acho isso um pouco performático mesmo sabe. É tipo, eu surto, eu fico imaginando várias coisas: o que eles estão falando, a forma que eles tão olhando... e eu já crio uma resistência. Eu tenho uma imagem de homem que já traz o agressor. Eu vejo homem e eu penso: agressor. E tudo me dá medo, eu escuto voz de homem, eu já estou pronta pra cair na porrada, porque eu me sinto, o tempo todo, alvo de caça.

Porque todo dia uma mina vai pra um encontro com alguém e volta despedaçada, isso não é normal. Todo dia uma mina só quer dar um rolê e quantas eu deixei de fazer por ser mulher sabe. Eu não deixo mais que eles tirem meu direito de andar numa rua tranquila. E eu não passo em volta deles pra eles terem o conforto de acompanhar com o olho eu ter de sair. Não é *apartheid*, não é preto de um lado e branco do outro, não é mulher na rua e homem no asfalto mais, não é isso, na moral. E sei lá, eu queria ter uma forma de salvar as mulheres, mas a única forma que eu vejo que me salva é me dando um mundo exclusivo feminino, porque eu acho que eu mereço, eu já consumo muita coisa de homem. Eu já debato sobre eles o tempo todo, eu não preciso disso. É isso, tipo num sábado colar numa mesa com sete mulheres, é a minha militância, o meu rolê.



Praça é uma coisa que me lembra limpeza social. A praça Raul Soares há alguns anos pocava de sapatão, viados e afins. Rolou meio que um “vaza daqui pra vocês não ocuparem esses espaços”. Há dois anos atrás tinha muito mendigo na cidade. Cadê essas pessoas? Há dois anos atrás eu ocupava a Raul Soares de boas, porque era uma coisa que chamava as pessoas para as ruas mesmo. Hoje a ação da violência está tão grande que as pessoas não se sentem tão seguras mais nas ruas. E é isso que a polícia quer mesmo. Te tirar, “fica na sua casa e se sinta seguro aí mesmo”. Enquanto tiver toque de recolher, nós estamos sendo úteis.

Eu milito não passando o pano porque o pano rasga. E faço isso de todas as formas que eu puder. Se eu puder resolver o BO falando eu vou falar, se eu puder resolver o BO recitando poema, eu vou fazer isso. Se eu puder resolver o BO caindo na porrada, eu vou cair na porrada. A forma que tiver que resolver isso e militar com o meu corpo e fazer isso sair do meu corpo para alcançar outras pessoas mesmo que não seja fisicamente eu vou fazer. Mesmo que seja pela tela de um computador ou por um textão de *Facebook*. Ou que seja só a forma de eu olhar pra uma pessoa. O corpo é político. Às vezes você não precisa sair da sua casa, pra você militar dentro da cidade. Você só precisa ocupar aquele espaço dentro da sua casa. Porque é muito mais difícil eu desconstruir a minha mãe do que trocar uma idéia com uma pessoa que eu nunca vi na vida na rua. Então eu acho que é realmente quando a gente se posiciona sabe. É você falar, “ou tá normal, mas tá normal mesmo”. É você ser melhor que a sua melhor desculpa. Porque o machismo é sua melhor desculpa e você tem que ser melhor do que isso.

### **Stephanie, 23 anos - Goiânia**

Me sinto mal em todo lugar. A gente que na tora faz ele ficar confortável. A gente também tem o nosso grupo, a gente está em grupo e isso fortalece o rolê. Eu não me sinto tão mal porque estou com vocês, mas sei que tem uma galera olhando a gente e repudiando a gente, sabe.

Eu não consigo me identificar com nada, não consigo me identificar com uma porrada de coisa que é do feminino ou do masculino. Então eu sou aquele que eles falam assim: ah é meio termo, então você é bi. Não sei se eu sou bi, não sei se eu sou lésbica, não sei se eu sou hétero. Não sei e foda-se. E como você faz pra o lugar ficar menos desagradável pra você? Eu que vou ter que fazer, eu que vou ter que crescer e ser forte o suficiente pra fazer isso. Porque se eu não for criticada por ser lésbica, vou ser criticada por ser bi, se não for criticada por ser bi, vou ser criticada porque eu sou preta. Se não for porque eu sou preta será porque sou moradora de periferia. Se não bastasse, é porque eu sou mulher. Sempre vão achar uma forma de encontrar um defeito em mim, sempre! Porque eles se acham superiores a mim, então sempre vão criticar. Agora, cabe a mim procurar essa força interior que é uma força que às vezes tem que ser conquistada sozinha. Tem que ser compartilhada e construída em grupo e espalhada sozinha. Porque é disso que a gente vive. Principalmente a gente por ser mulher, a gente acha força na gente.

A Praça da Liberdade criou um conforto familiar. Se eu falo com minha mãe que estou indo na Praça, ela vai aceitar muito mais do que se eu falar que estou indo na Praça da Estação. Então pra quem está na fase dos quinze anos, a Praça da Liberdade é a magia porque é um lugar onde eles podem ir, sem os pais se preocuparem. Então se eles descem pra Praça da Estação e a vizinha conta pra mãe que estavam na Praça da Estação, fudeu. A mãe que souber que os filhos estão no viaduto não vão deixar eles saírem de novo. No viaduto? Só tem sapatão e maconheiro.

Você ocupa, a partir do momento que você reeduca. Porque só de estar na rua a gente está reeducando alguém. Porque a educação foi dada, mas o nosso papel aqui só por existir é reeducar sabe. O direito tá aí só pelo que está no papel. Mas a minha mãe me lembra que na prática eu não sou todo mundo. Eu cresci ouvindo a minha referência, a minha pessoa dizendo “Filha, não fale isso, porque você não é todo mundo, você não tem todos os direitos que todo mundo tem”. E hoje em dia no lugar onde estou, numa escola de rico, eu sou a única que não paga o curso. Eu sou a única aluna negra na sala de aula. Eu sou a única pobre favelada que está numa sala de aula com trinta e cinco alunos e sou a trigésima terceira porque eu recebi a cota. O curso me procurou. Sei que só de estar no espaço você está reeducando. Então o meu processo é reeducar trinta e cinco pessoas que não fazem idéia de como vivemos porque essa informação não chega até eles. É contando meus sofrimentos que garanto que eles saibam como um negro está lá na favela. Se vai ser vendendo a minha história, eu vou vender a minha história. Porque tem muita gente que não é dessa história vendendo a minha história. Porque eu não posso vender a minha própria história se todo dia sou eu que passo? E se é dessa forma que vou conseguir ajudar os meus?

### **Luiza, 23 anos - Salgado Filho**

No viaduto talvez eu me sinta melhor, menos oprimida. Me sinto mal em todo lugar, Praça Sete, todo lugar, meu bairro, bairro vizinho, outra cidade, todo lugar. Mas eu gosto muito da Praça da Estação quando tem praia. Eu acho que é um rolê leve. Esse é um dos poucos rolês leves que eu estou e que tem todo mundo porque vai real comunidade LGBT. Ela vai em peso e é um rolê mais tranquilo que é de dia também, é um rolê muito de boa. Tem uma diferença, tem lugares que se tiver duas meninas se beijando é mais aceitável do que dois caras com certeza.

Pra mim é diferente essa questão de conforto porque eu sou andrógina puxada pro masculino e o masculino é respeitado. É muito mais fácil eu andar pela madrugada às três horas da manhã e nada acontecer comigo. Raramente acontecem coisas de assédio do masculino pro feminino comigo, raras vezes. Pra mim, é muito mais difícil quando eu saio com uma mina. Quando eu saio com uma mina eu não volto pra casa às três da manhã de ônibus, eu vou de uber. E não é por mim, é por ela. Porque eu, desse tamanho, desse jeito, se alguém me descobre e fala assim: “Ah tá querendo ser homem né, tá querendo usar roupa masculina, andar

aí três horas da manhã na rua, achando que é dona de si e tal?”. Só homem pode fazer isso. E o meu medo é se descobrirem isso quando eu estiver com ela, porque aí o rolê vai ser muito mais pesado pra ela do que pra mim. E de quantas vezes eu não saí do rolê ou o rolê foi parado porque tinha macho na parada, porque nos sentimos desrespeitadas, violadas e a gente teve que sair correndo de lá. Ou porque a gente ia apanhar ou porque o short era curto demais.

Ocupar é não abaixando a cabeça mesmo. Foda-se, você vai levar pedrada, mas seja fiel a você mesmo. A galera que tá zicando a cabeça tá errada. Vai sofrer, vai, mas não abaixa a cabeça não. Falou A você fala B, C, D com todos os direitos, com toda sabedoria. Com toda voz que você puder e não abaixe a cabeça, não abaixe a cabeça nunca. É assim que a gente ocupa. Entender como esse espaço funciona, como você pode fazer parte dele, botando a galera pra pensar, sem precisar dar muita pedrada na galera. Só chegar e dizer: “Ó isso aqui é o que está acontecendo, não é opinião não, é o que está acontecendo. Não estou pedindo sua opinião não, aceita”.

#### **Clara, 23 anos - Mateus Leme**

Como você ocupa a cidade? Enxergando ela mesmo. A ocupação é de luta, você está enxergando ela? O que está acontecendo aqui. Você não vai poder ocupar todos os espaços, todas as lutas, mas se você tomar consciência que na cidade que você vive tem todos aqueles espaços que estão acontecendo, todas aquelas lutas, tomar consciência é uma forma de ocupar a cidade. A gente tá ocupando a cidade, a gente tá falando sobre ela, a gente tá falando sobre luta. Toda vez que a gente sai a gente já está ocupando porque a gente já está resistindo ao que ela oferece pra gente.

#### **Paulette, 22 anos - Santa Mônica**

Sempre andei com roupa na bolsa. Trocava de roupa na Estação Pampulha, chegava muito hominho e saía toda maquiada e tal e trocava de novo na hora de voltar. Mas hoje tem esmalte mesmo, sou muito travesti dentro de casa, assim ó, mulherzão. Saio de casa sem problema nenhum... Problema tem né? Problema pra eles. Sei que incomoda, então aprendi a gostar de mostrar mesmo na rua, a beijar. Como já sei que incomoda, faço mesmo. Não me incomoda não. Minha maior militância é viver, respirar já é vencedor.

#### **Stella Mara, 21 anos - Santa Mônica**

Me sinto bem no Viaduto de Sta. Tereza e no CRJ. Me visto em casa hoje porque tive uma abertura. Antes me vestia na rua ou em outro lugar. Não me incomodo com o afeto fora de casa, mas dentro de casa tenho uma família muito religiosa. Procuro evitar para que não

aconteça nada comigo e que ninguém vá me machucar. Os olhares são mais agressivos do que a palavra. Meu medo é de sair na rua e alguém se sentir no direito de colocar a mão em mim por eu ser assim como sou.

### **Wilbert , 23 anos - Nacional**

Sozinho estou sempre desconfortável, em grupo me sinto confortável em qualquer lugar. Mas tenho medo quando saímos de bonde e a galera vai se separando. Temos que atravessar a barreira e ir, mas não vai ser tranquilo, temos que enfrentar olhares. Eu tenho receio de ficar até tarde na rua, mas fico assim mesmo. É difícil conseguir trabalho e ter dinheiro para voltar de carro e há o receio de ser agredido. Já fui agredido por cinco fiscais. Resistência, já saio com essa palavra na cabeça. Homem, negro, alto. Não chegam perto, mas caçoam de longe, riem por eu ser assim. As pessoas têm mesmo medo de mim.

### **Jóia, 35 anos - Caiçara**

Me sinto bem no Viaduto de Santa Tereza. Antes de transicionar eu não trocava de roupa em casa, não perto da minha mãe. Esperava ela dormir. Agora adoro sair de casa vestida, mas cuido das roupas, sempre estou com um short ou com uma saia e o body por baixo, aí depois eu tiro. Eu falava as vezes pra minha mãe que eu ia fazer show, mas era mentira, uma desculpa né, porque eu tinha medo se o vizinho viesse e falasse pra ela.

Saio de fone pra me proteger e não ouvir é uma tática né, mas sou do candomblé e recebo Iansã, Xangô e Oxun e a minha Iansã fala assim: eu sei que você coloca o fone pra não escutar as piadas que ao longo do caminho você vai escutar. Mas as palavras que eu escuto hoje já não me ofendem mais. Me perguntaram se gosto que me chamem de travesti. Gosto sim, sou uma.

É muito diferente uma travesti branca com passabilidade. No mundo hétero é mais fácil dela entrar. Eu não tenho passabilidade. Quando as pessoas me vêem elas olham diretamente para o meu pomo de adão que é o que mostra. Então fiz até uma foto destacando o meu pomo de adão. Lidem com isso. Não vou operar nada para o seu prazer.

### **Pedro, 23 anos - Horto**

Sinto alguma segurança no viaduto. Homens e mulheres gays respeitáveis são os que são passáveis e eu não sou passável suficiente pra ficar com homem hétero e não sou homem suficiente para ficar com homem gay porque sou uma pessoa trans não binária. Então a conversa sobre transexualidade e homossexualidade existe enquanto é vendável. Não temos representatividade na mídia. Nossa luta não vale, mas nossa imagem sim.

Sobre montar sempre fui louca e sempre assumi um risco e já me ferrei algumas vezes por conta disso: tentativa de assassinato, de estupro por causa de assumir esse risco.

E como isso tudo está na moda, ser militante, as pessoas ficam cobrando uma militância. Você não é obrigada a militar. Orientação sexual e de gênero não são uma escolha, então você não tem que militar. Militar e levantar bandeiras é uma escolha. Mas eu milito, eu escolhi isso. Às vezes não me monto em casa porque a roupa cansa até a cidade. Além de ser trans eu tenho um estilo que é diferente, então já estou montada. As pessoas perguntam se eu tenho uma banda, se eu faço teatro. As pessoas querem achar leveza no que você é. Tipo “Não vamos bater nela porque ela faz teatro”. Eu ando de mão dada com meu namorado, eu beijo ele porque acho errado não fazer. As pessoas tem que aceitar.

### **Gustavo – 24 anos, Ana Lúcia**

Me sinto bem no viaduto de Santa Tereza. Eu que me assumi para os meus pais aos 15, hoje tenho 24. Já tive namorados e ainda assim não consigo... namoro e não consigo andar de mãos dadas. Mesmo sendo tão resolvido com minha sexualidade. Porque tenho medo, não posso expor o meu afeto pelo meu namorado, senão nas bolhas que a gente cria. Seja numa festa como a Dengue (festa/baile competitiva de vogue) seja em boates ou em um espaço bem específico. Por medo mesmo.

### **Roberto, 39 anos - Padre Eustáquio**

Desde pequeno eu me montava porque minha mãe que me montava. A gente montava um show da Tina Turner, tinha peruca, roupas da Tina Turner, vestido... tudo lindo. Então não tinha problemas de montar em casa. E hoje morando com meu marido também não tenho problemas. Mas quando estou trabalhando, gosto de montar quando chego no lugar. Gosto de chegar bem careta e dizer “Boa noite, oi tudo bom?” Mas teve uma época em que eu morei na Pampulha e eu me montava no ônibus. Quando a pessoa do lado saía, eu colocava os adereços. Quando entrava outra, eu esperava. Quando saía, eu colocava a saia e demorava, demorava e então tinha vários momentos até eu chegar na Savassi, mas não por causa da família e sim por causa do meu bairro. Pra não ficar no ponto de ônibus montado.

Relacionamento na rua pra mim é normal, super normal. Tenho um pensamento assim: a sua violência pertence a você e não a mim, é uma questão do seu medo, da sua insegurança. Faço questão de tentar não absorver. Falo assim: “Parou, vamos não encostar?” Falo pra ir tratar, faço evangelização da pessoa. Digo mesmo assim: “Eu te amo”. Ganho mais reprovação de mulheres idosas. Começam a rezar e eu digo “Reza mesmo”.



### **Bryan, 21 anos - Contagem**

Na minha casa é super tranquilo. Apesar de meus pais serem pastores, está tudo bem. Estamos acostumados, sempre fizemos teatro e tínhamos que nos maquiarmos em casa. Não me monto de drag mas uso muitas coisas femininas e eles ficam tranquilos. Eles sabem que é sempre quando vou me apresentar, numa festa com amigos. Mas é mais tranquilo pensarem que sairei em segurança de uma forma mais heteronormativa. Mas eles sabem, eu namoro dentro de casa há quatro anos, meu namorado é o melhor amigo da minha mãe. Na minha casa tenho muita tranquilidade. Meu pai é pastor e minha mãe é missionária. No começo não entendiam e até hoje talvez não entendam, mas preferem ter o filho deles perto deles, se desconstruírem. Até hoje quando falam alguma coisa errada eu chamo, explico, educo os meus pais. Eles me educaram e tento passar essa educação para eles de volta de uma forma bem sutil. Depois de entrar para o Vogue, minha mãe passou a compreender mais porque eu faço algo mais feminino por exemplo e hoje em dia ela adora, sabe. É uma família diferente que talvez não entenda direito, mas aceita. Mesmo tendo todo esse conforto em casa, ainda tenho medo de andar de mãos dadas com meu namorado na rua. Por mim mesmo, só nas bolhas.

### **Samara, 20 anos - Copacabana**

Nunca nos sentimos protegidos completamente em lugar algum. Quando em grupo percebemos os olhares, mas é bem menos. Vamos pro Duelo de Vogue e a Parada. Quando alguém vem mexendo no cabelo ou pergunta se é peruca... é ruim, mas estamos evoluindo, começando a não deixar isso passar e não deixando isso acontecer.

### **Leonardo, 25 anos - Barroca**

Vou todo dia pro trabalho e transito por lugares abertos, rolês de rua, viaduto, rap e nos rolês onde está a galera LGBT. Tenho um trauma do trecho entre a Praça Tiradentes e a Praça Sete. Sempre passa um carro ali pra me xingar. Todos os dias praticamente, voltando do trabalho, eu escuto. De lá de cima até a Praça Sete alguém vai te xingar. Às vezes estamos juntos, eu e meu namorado, de mãos dadas e quando vemos que alguém está olhando de cara feia, nos separamos por segurança mesmo. Tem a festa Fervo voltada pra galera preta LGBT. O Viaduto, a Gayzada. Na adolescência eu era mais chamativo do que sou hoje. Aí ia pra escola e acabava de me aprontar dentro do escolar, no fundo. Morava meio na roça e me encheriam o saco se vissem. Hoje em dia tem mais visibilidade, como a Pablo Vittar, a Gloria Groove e as pessoas começam a ver e ainda que não aceitem, sabem que estamos aqui.

### **Thiago, 22 anos - Copacabana**

Transito para o trabalho e vou em muitos eventos culturais gratuitos. Não há lugar seguro, mas me sinto mais confortável no Viaduto Santa Tereza que é onde a gente procura eventos mesmo. Dia de semana e fim de semana são diferentes. Você não pode sair do mesmo jeito. Sair em grupo é melhor e ficamos mais confortáveis. Já me acostumei com olhares e comentários, mas se houver agressão vou ter que reagir de alguma forma. Vou à Gaymada, à Parada e ao Duelo de Vogue, a gente se reúne e é muito bom.

Já me disseram: “Não basta ser preto, tem que chamar muita atenção”. Na minha família começamos a nos identificar e começamos a falar. Ver que o outro está se assumindo ajuda muito a nos assumirmos.

### **Bárbara, 25 anos - Serra**

Ao longo do tempo fui me sentindo muito desconfortável em todos os lugares porque me sentia muito olhada por vários motivos. Nesse momento da vida eu criei uma carapaça para conseguir não ficar vendo o tanto que as pessoas estão me olhando, então acaba que eu não percebo tanto onde eu sou mais atacada pelos olhares, por julgamentos ou cantadas. Então eu parei de observar isso. Não que isso seja bom, mas conosco é sempre: “Você é homem ou mulher?”

### **Carol, 24 anos - Serra**

Não tem lugar nenhum na cidade onde eu me sinta completamente segura. É como se fingisse de vez em quando que estou completamente segura. Eu ando de mãos dadas com minha namorada em todos os lugares, mas daí vendo que está vindo uma pessoa olhando muito a gente solta as mãos. Tem bar onde eu acho que estou confortável e aí vem um cara e dá uma cantada ou quando estou andando sozinha na rua. Então eu não deixo de ir nos lugares por não me sentir confortável, mas em nenhum deles me sinto 100 % segura e confortável.

Sempre teve de tudo. De adulto, de criança. Sempre que vou entrar em um banheiro público eu me preparo porque é sempre um constrangimento. Semana passada entrei em um banheiro do shopping e tinha um mulher com uma menininha e a garota falou: “Mãe porque tem menino no banheiro de menina?” e a mãe respondeu “Não tem não filha” e a menina continuou “Tem sim mãe”. E ela apontou e a mãe fez alguma coisa pra ela ficar quieta. A mãe podia ensinar e falar, tem menina que tem cabelo curto também, nem precisa entrar numa super questão pra criança.

Gosto do Maletta, gosto de andar nessa cidade eu gosto é dela mesmo. Sinto que sou dona dessa porra mesmo.

**Clarice, 22 anos - Santa Tereza**

Se não sofro assédio, sofro transfobia. Se não sou a gostosa sou o traveção e isso machuca. Usava muito fone de ouvido, mas me deu uma infecção de ouvido, então não posso usar mais. Mas desde sempre acho que a minha estratégia é também fazer a minha macumba, sair de casa benzida, protegida, com santo, com deus, com orixás, com buda, seja com quem for. O uber também é uma estratégia, mas não saio de casa sem fazer a minha macumba. Gosto de olhar, estou olhando o tempo todo. Olho a linha dos prédios, as cores das coisas e até me distraio porque estou olhando o tempo todo.

**Tom - 41 anos, Novo São Lucas**

Alegria, por onde a gente passa fica amor e alegria. Minha estratégia é o humor, sou uma pessoa cabulosa, “Que porra é essa?” Às vezes até gostaria de usar máscaras para não ser reconhecida. As pessoas querem parar, abraçar e tirar fotos, mas eu gosto. As amigas reclamam de andar comigo, porque paro muito.

**Maria Clara, 24 anos - Santa Tereza**

Sempre tem muito assédio masculino em relação ao meu corpo, somos alvo de assédio machista o tempo inteiro, seja lá como estivermos vestidas.

Uso de muitas estratégias e depende muito do meu humor a estratégia que vou usar. Às vezes saio de canivete, às vezes saio com desodorante aerosol que é tão potente quanto spray de pimenta. Às vezes fecho muito a cara e fico muito, muito dura para as pessoas terem medo de mim, apesar de ser mulher e não terem tanto medo de mulheres. Às vezes debocho porque é sempre um escape, as pessoas ficam sem reação a partir do deboche. Já saí com chinelo de borracha na mão fazendo a doida, já peguei pedaço de pau na rua pra ir andando a pé pra casa. E o uber é uma estratégia de retorno na madrugada pra não ter que usar essas estratégias.

**Pedro Luis, 24 anos - Santa Tereza**

Eu sou trans masculino, pra mim é mais chato de andar, mas tenho que sair porque não vou parar de frequentar os lugares porque também me pertencem. O preconceito que vejo nos olhares... querem achar coisas, seja peito, seja o que estiverem procurando e é muito constrangimento, me deixa muito chateado.

Às vezes faço o que não é muito o que busco pra mim mesmo, no meu estereótipo de coisas e roupas e acabo levando isso de colocar uma blusa mais larga, um boné, pra eu ter uma passabilidade maior do que eu tenho e não sofrer uma violência. E o uber dependendo do caso, chamo pra me preservar.

## **Flávia, 22 anos - Floresta**

Me sinto muito confortável na região de bares do anexo do mercado. Me sinto bem porque tá todo mundo fodido. Na região em volta do mercado, nos bares perto da Raul Soares. Moradores de rua, os viados, os desconstruído, as tias, dona vendendo docinho ou mapa-múndi às três da manhã. Se rolar uma treta aqui vai todo mundo entrar no meio.

A praia (Praia da Estação), você não vai posar na praia de enrustido. A primeira vez que me senti muito gay foi na praia. É tipo assim, tô aqui pra jogo sim, tô de biquíni, vou beijar sim. O carnaval é um super evento, tudo bem você estar beijando, você tá pelado, a gente se permite. No carnaval todo mundo pode ser muito viado. Pra sapatão ainda rola de muita gente chegar em você mesmo sendo sapatão.

O baixo centro era um lugar que todo mundo, era todo mundo. Muito bissexual, mas o baixo morreu. Aí transferiram pra Sapucaí que é um baixo gourmetizado.

## **O rolê do rolê**

As histórias desses pares e sua experiência na cidade nos trazem metodologias e estratégias de resistência, munição para luta e a comprovação da norma enquanto instituinte da violência e da opressão. Gênero não é o único marcador dessas vidas, raça, classe social e endereço também farão parte da construção de suas experiências cotidianas como apontamos logo no começo. A rua, lugar de fuga, encontro ou perigo é onde as demandas são expostas.

A imagem dos corpos dissidentes é também uma imagem dissidente. *Desfocada* para a norma, deixa ver o que o olho zumbi desconhece. Cego, ele insulta, fere, mata, como se estivesse enfrentando um monstro, mas esse olho não olha sozinho e sabe que não se fere ou se mata algo por desconhecimento apenas. Há ali uma reatualização em curso.

Nos corpos-imagem negros, o medo abre fenda maior. Alvos constantes de racistas, lgbtfóbicos, cis-hétero brancos e dos próprios agentes de segurança, são duas, três, quatro vezes, mais receio. O que em grupo acalma, individualmente assusta e adocece. Entre os entrevistades, esse horror e essa angústia aparecem como fantasma e experiência. Mombaça comenta o texto de Vera Malgutti sobre o período posterior à abolição formal da escravidão no Brasil para desdobrar daí uma melhor percepção da justiça criminal hoje. Não há neutralidade, há conspiração.

A presença do racismo como fantasia colonial indeterminadamente atualizada no marco do colapso da colônia está exposta como ferida na paisagem das 4 cidades, na densidade dos muros, cercas e fronteiras. Está exposta também na coreografia das carnes, na intensidade dos cortes e ancestralidade das cicatrizes. (MOMBAÇA, 2017b, p. 301)

Mombaça ressalta ainda que são vários os movimentos e ativismos que denunciam há tempos esses genocídios racistas e classistas presentes nas gramáticas de dominação nacional.

Na maioria dos estudos, nos tornamos visíveis não através de nossas próprias autopercepção e autodeterminação, mas sim através da percepção e do interesse político da cultura nacional branca dominante [...]. Nós somos, por assim dizer fixadas/os e medidas/os a partir do exterior, por interesses específicos que satisfaçam os critérios políticos do sujeito branco [...](KILOMBA, 2019, p. 72).

Grada Kilomba (2019, p. 13) nos aponta para uma “glorificação da história colonial que não permite que novas linguagens sejam criadas”. Os corpos-imagem negros vistos pela “imagem de dentro” da branquitude sofrem todos os tipo de preconceitos advindos de uma construção histórica feita para excluir ou usar. Como nos diz Kilomba, “No racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Torna-mo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade” (p. 78). Nos relatos de LGBTs negras e negros, vimos marcação em cima de marcação e uma profunda noção do estar nesse mundo atravessado pela norma cis-hétero-branca que encarnada em corpos-imagens de homens cis-brancos exhibe sua mais alta patente do horror.

As mulheres trans e cis, lésbicas e bi também contam histórias de sofrimento e de total desconforto. Em seus relatos, apenas confirmamos como as engrenagens de fabricação de gênero servem a um poder específico. Como um espaço feito por e para o homem-cis-branco oficializa a doença da norma sem prescrever tratamento. Não importa o que aconteça, elas estarão erradas. Estigmatizadas como lésbicas, julgadas e desacreditadas como bi, ameaçadas como trans e sempre vistas como objetos de fetiche, seu mapa de conforto inexistente.

### **A borda TRANSborda**

O mapa nos mostra que as lutas e as pessoas que as fazem, em sua maioria, seja num rolê coletivo ou individual, vêm das periferias. Embora a fuga seja para o centro, elas vêm da periferia. O rolê, esse vem da periferia para o centro. É importante pensarmos que vir lutar no centro diz não apenas de um chão sendo construído, mas também de algo que não chega ou que escapa dos cantos, ou se pensarmos mais além, algo cuja potência poderia também se realizar nas margens, como acontece em alguns casos.

Esses “cantos”, em muitos casos, ainda cantam religião, tradição e também cantam luta, mas, com muita dificuldade, deixam dançar uma dança de outros gestos. Não sem assédio, não sem fofoca, não sem violência. Ainda que haja aquele vizinho que “mesmo” sabendo que você é gay, te respeita, as relações muitas vezes mudam, os amigos se estranham. Nessa associação conhecida e vivida desde a infância, enfrentar o outro próximo não é fácil. Uma imagem não reconhecida nos cantos chama muita atenção. Onde as pessoas olham, uma imagem é vista, e no caso dos LGBTs, “mal-vista”. Interessante perceber como a linguagem nos comprova a força da norma no que diz respeito à visibilidade e ao reconhecimento. Ser mal-visto nos aponta mais uma vez para um defeito de quem vê e não de quem é visto.



Em muitas entrevistas e conversas pude perceber que esses territórios-fronteira criam uma tensão família/mundo lá fora, que, muitas vezes, expulsa com vontade os dissidentes de gênero. Isso envolve um movimento e esse movimento que *espalha* o chão central construindo um desenho estratégico diz mais da periferia do que do centro. Em muitas situações, a fuga de casa acontece, quando em situação de perigo ou expulsão, mas em geral para outra periferia e em alguns casos há um posterior retorno para a família quando as coisas se tornam mais compreendidas e amenizadas.

Uma constelação de corpos que se movem e que apesar de ocuparem com frequência o centro carregam consigo a imagem dessa ocupação por todo o canto. Se esses corpos-imagem que lutam são, em sua maioria, periféricos, essa paisagem já não pode ser mais totalmente controlada pelos agentes hegemônicos da norma.

Na medida em que se conhecem e começam a andar juntos, esses corpos-imagem começam a se mover entre cantos, criando possibilidades de trânsito fora do centro. Essa “ocupação espalhada” em forma de ajuntamentos que se derrama pela cidade e sobretudo faz circular essas outras imagens é fundamental para que o imaginário zumbi vá sendo desafiado e de alguma maneira rearticulado. Então temos mais possibilidades nesse mapa: periferia-centro-periferia, periferia-periferia, periferia-periferia-centro-periferia e assim por diante, mas as centralidades periféricas também são pontos de concentração dos dissidentes? Elas são mais vigiadas ou menos vigiadas?

Assim como no passado, muitos LGBT+s vinham para a capital para tentarem aqui uma vida mais possível, corpos-imagem periféricos tentam o centro pelos mesmos motivos, mas como resistem em seus bairros? Eles são de todo espaços fechados? Como visitam amigos em outras periferias ou os trazem em casa? Nesse cenário de re-atualização de vigias da norma que vem sendo construído nos últimos vinte anos pelas religiões neo-pentecostais e mais recentemente pela política institucional via censura e precarização do ensino e incentivo à violência e à intolerância, percebemos também uma forte articulação da resistência. Movimentos que já vinham sendo construídos há anos e que não parecem se acomodar ao novo cenário. A dissidência está lá e todos precisam lutar lado a lado a despeito da diferença.

Então me pego com mais uma questão: dentro do próprio bairro, para onde fugir quando isso se faz necessário? Segundo relatos dos próprios entrevistados, de outras pessoas LGBTs amigas e da minha própria lida em oficinas para ongs, os espaços de acolhimento para LGBTs dentro de bairros periféricos são os centros culturais, os terreiros de religiões de matrizes africanas (que, segundo vários relatos, têm mais abertura para a nossa comunidade), os lares de famílias não tradicionais que se vêem também dentro de um espectro marginalizado, as ocupações, os projetos sociais e os movimentos nascidos dentro dos bairros que agregam valores como união, respeito e solidariedade e principalmente a luta por uma vida mais vivível para todos. Isso

inclui direito à moradia, transporte urbano, empregos, descentralização de eventos e respeito aos “seus” seja quem forem. Isso aponta para uma organização de resistência nesses locais.

Na escala da vida ordinária, à altura do olho, a cidade é condicionada, e não submissa, à relação de poderes e forças centrípetas – das instituições públicas, do poder econômico, do poder político, do poder social, do poder midiático – mas ela é também o que dessas forças escapa pelas bordas, o que delas resta, o que delas se apaga, o que delas não nos alcança. Mesmo nas condições mais inóspitas e duramente inumanas, há alguns pedaços de cidade que resistem na potência de suas trincas. Há algo que consegue romper o ordenamento do tempo, do espaço e do corpo e instituir outras cidades. (MUSA, 2018, p. 30)

Dessa resistência apontada por Musa, mencionamos alguns movimentos culturais e artísticos surgidos em comunidades periféricas e que se apresentam não apenas no centro, mas também em suas comunidades e em outros bairros periféricos. Às vezes em outras cidades pequenas, mas veremos mais.

Então posso dizer que esses corpos-imagem carregam consigo os rastros dessa ocupação por todos os cantos. Eles seriam os rastros de toda uma linhagem de dissidentes? Que se movem para trás e para frente em progressão infinita? Se os corpos são em sua maioria periféricos, corpos-imagem-periféricos, essa paisagem, esse filme não se resume à imagem hegemônica do centro. Na circulação, essas imagens, mesmo em alguns momentos “des” montadas, ainda circulam o rastro da diferença. O gesto é esse rastro.

Em *Choosing the Margin as a Space of Radical Openness*, do livro *Yearnings: Race, Gender and Cultural Politics*, bell hooks (1990) propõe um olhar para o espaço que traz cravado em suas lembranças, a separação entre margem e centro. Ela nos conta que estar à margem era também fazer parte do todo, mas fora da organização principal. Ao citar parte do prefácio de *Feminist Theory: from Margins to Center* (Hooks, 1984) rememora o tempo em que ainda morava em uma pequena cidade no Kentucky. Recordava-se do traslado até a cidade grande, onde podiam entrar, mas não podiam morar. Elas e eles tinham obrigatoriamente que voltar para a margem. Isso fez, segundo ela, com que desenvolvessem outra maneira de enxergar a realidade. Viam de fora para dentro e de dentro para fora. O foco estava no centro, onde eles eram necessários, mas também na margem para onde voltavam e se organizavam. Essa visão de ser parte vital de um “todo” teria sido fator primordial em suas lutas e na expansão de sua visão de si mesmos e de solidariedade.

Essas afirmações apontariam, segundo ela, para uma visão de marginalidade (entendido aqui também como periferia) não como lugar de privação, mas justamente como um local de possibilidade radical, um espaço de resistência. Não uma marginalidade da qual alguém queira se livrar ou ultrapassar para se mover para o centro, mas um lugar para permanecer onde a capacidade de resistir é nutrida. Onde se tem a possibilidade de uma perspectiva radical para criar, imaginar alternativas, novos mundos. E mesmo depois, quando se trabalha, produz ou se mora no centro, lutar para que a margem permaneça de alguma maneira

em você. Em suas palavras que traduzo aqui a margem é “um local central para a produção de um discurso contra-hegemônico que não é encontrado em palavras, mas em hábitos e modos de viver” (hooks, p. 149).

Quando alguém diz, de maneira a ridicularizar as origens de uma pessoa, que ela saiu da periferia, mas que a periferia não saiu dela, estão a dizer que algo da margem permanece, algo que, para quem critica, não tem importância, não tem o que oferecer ou que só traz vergonha. Perde-se a chance de entender a periferia como espaço de resistência e luta, de outras formas de viver e se organizar, de outros modos de ver. Se me esqueço do que vivi, se me desfaço da margem em mim, me esqueço também de uma outra maneira de conhecer a realidade.

*I am located in the margin. I make a definite distinction between that marginality which is imposed by oppressive structures and that marginality one chooses as site of resistance—as location of radical openness and possibility. This site of resistance is continually formed in that segregated culture of opposition that is our critical response to domination. We come to this space through suffering and pain, through struggle. We know struggle to be that which pleasures, delights, and fulfills desire. We are transformed, individually, collectively, as we make radical creative space which affirms and sustains our subjectivity, which gives us a new location from which to articulate our sense of the world (hooks, 1990, p. 153).*

Estou situada na margem. Faço uma distinção definitiva entre a marginalidade que é imposta pelas estruturas opressivas e a marginalidade que alguém escolhe como lugar de resistência - como lugar de abertura radical e possibilidade. Esse lugar de resistência é continuamente formado naquela cultura segregada de oposição que é a nossa resposta crítica à dominação. Nós viemos a esse espaço através de sofrimento e dor, através da luta. Conhecemos a luta como aquela que agrada, deleita e satisfaz desejos. Somos transformados, individualmente, coletivamente, quando fazemos um espaço criativo radical que afirme e sustente nossa subjetividade, que nos dê uma nova posição da qual articulamos nosso sentido de mundo (hooks, 1990, p.153 - Tradução nossa)

As estratégias descritas por várias de nossas entrevistadas nos contam desse ir e voltar que permite o tempo da escuta, a distância da observação, a montagem ou a desmontagem e que talvez coloque ali em xeque o próprio conceito de periferia e centro. Se eu fujo de um *fora* para outro *fora* onde também não estou completamente segura, me movo entre perigos, mas no caminho tenho o tempo de pensar de dentro e de fora da norma, na fronteira, na fenda. Conhecendo meu público, escolho meu texto, as imagens que vou exibir.

O chão. O chão que piso, que corro, que vou e volto, que me suporta quando troco de roupa na rua é minha localização, meu mapa. Meu centro e minha margem. Ao construir um chão mais riscado de caminhos, onde nossa imagem começa a ser aceita ou pelo menos tolerada, quiçá em alguns lugares reconhecida, carrego além de meus vestígios de dissidência, meus rastros de movimento. Meus traços marginais. O chão de dentro.

## UM MAPA

Quando ouvia as histórias contadas pelas *rolezeiras* imediatamente ligava as localizações e os discursos à pesquisa feita a partir dos arquivos de Luiz Morando. Misturava as vozes, promovia encontros imaginários e pensava em mapas. Mapas da nossa cidade, mas sempre pensava que para uma cidade imaginária, por mais que vivida de alguma maneira, precisaria de um mapa imaginário. Quando precariamente desenhava apenas o mapa com os percursos narrados e os locais ocupados, me escapava o chão de dentro. Me sobrava o mapa, me escapava o Queer.

A tradição histórica de excluir algo ou alguém do mapa, produziu uma espécie de apagamento, de negação e de incapacidade para o diálogo entre partes do mundo. Do mesmo modo, a operação oposta de incluir algo ou alguém no mapa, de finalmente desenhar mapas inéditos ou de criar condições para que aqueles que não aparecem nos mapas criem os seus próprios mapas constituem uma reescritura e um redesenho do mundo, um passo para uma geografia de coexistências, de diversidade e compartilhamento. (MARQUEZ; CANÇADO, 2011, p. 9)

Ao ler o texto de Marquez (2011), pensei em fazer um mapa. Um *insight* me levou a um mapa de pessoas e não apenas de locais. Um mapa-constelação sem centro, um varal onde todos nós pudéssemos nos encontrar. Um mapa de vozes.

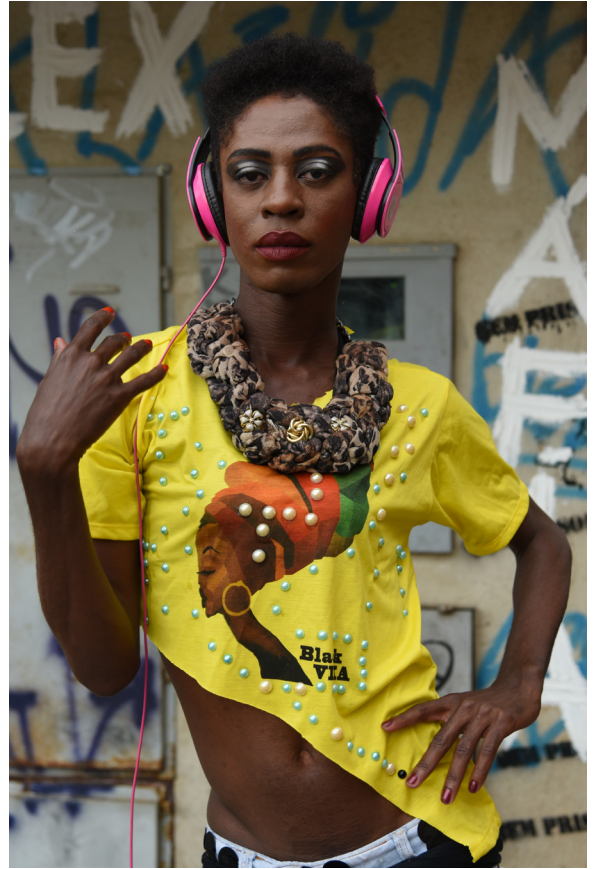
Escrevo esse mapa para que, a partir dessa história, seja possível imaginá-lo.





rolê  
Adriana Galuppo, 2018





rolê  
Adriana Galuppo, 2018





rolê  
Adriana Galuppo, 2018





rolê  
Adriana Galuppo, 2018





rolê  
Adriana Galuppo, 2018





rolê  
Adriana Galuppo, 2018





rolê  
Adriana Galuppo, 2018

**4**

**considerações finais**

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção: com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerando como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 1985, p. 226).

Mais uma vez esse assombro, dessa vez, na segunda década do século XXI, quase oitenta anos depois de Benjamin escrever essas palavras. Antes de tudo uma crítica ao nosso discurso a respeito da história. Discurso sempre aliado à prática que fortalece uma política de hegemonia, exclusão, invisibilização, morte e injustiça na busca por um progresso que só faz sentido para quem está *lucrando* com ele. Uma história que ainda invalida e desconta de sua narrativa os LGBTQs+, os pobres, os negros, as mulheres, os indígenas, os imigrantes, as pessoas com deficiência e os velhos ainda que se valha deles para dominar e se enriquecer em nome desse progresso. E o faz como estratégia.

Uma avaliação equivocada da norma, da exclusão, da ditadura, da censura e de tudo que em um regime totalitarista se impõe não permite que lutemos apropriadamente contra sua ascensão, contra seu retorno. A historiadora/pesquisadora/narradora/contadora precisa considerar os sofrimentos, seu acúmulo. Há que se construir uma experiência com o passado, narrar a história dos *vencidos* de maneira a salvá-los da morte e da invisibilidade que, ao que me parece, são quase a mesma coisa.

Nas *Teses* de Benjamin, o fascismo tem lugar central nas elaborações sobre a história. A norma tal como o fascismo mata e está a nos oprimir desde que foi instituída pela cultura. Uma teoria da história na qual ela seja analisada é necessária. É urgente desmascarar a norma, expô-la ao ridículo, hackear seus códigos e conhecer suas armadilhas. Andar a carregar espelhos para que o susto seja enfim direcionado à cretinice da norma e não a nós.

Assim como na fotografia e na política, o enquadramento na escrita é sempre uma escolha com um interesse específico e o que transborda dele não é lido por quem recebe, senão pela imaginação. Não é necessário e nem interessa, que embora nos tragam pistas, essas sejam as histórias finais de um grupo, de uma comunidade ou de um par de pessoas com as mesmas marcas e os mesmos ideais. Essas histórias voltarão, atualizadas, como rastros, em outros corpos. Como potência de um algo inacabado que tem o desejo de existir. Sem uma linha contínua, como estrelas que se apagam para os nossos olhos, mas que sempre estiveram lá a iluminar nossos próximos passos e que também se movem.

A experiência do choque no encontro com o queer ou do cotidiano choque com a norma pode ser também uma experiência libertadora. Enxergar a diferença, enxergar a norma,

desassossegar o olhar. Trabalhar esse encontro é acreditar que a perseverança, e não o segredo ou a fuga, é nossa melhor contra-conduta. O encontro que vê, olha e enxerga é o encontro do cuidado que pode ser mais interessante do que o encontro da disputa. O encontro que mostra diária e insistentemente que sim, estamos aqui. A desfilarmos com nossa sombrinha em um *voguing* que não tem hora para acabar. A produzir memória, a inventar futuros e a criar novos mundos. Novas cidades. A cidade queer.

Então, gostaria de pensar o rastro não como a ausência de uma presença ou a presença de uma ausência, mas como algo da substância energética do mundo que nunca desaparece e que se reacende, se toma de sangue novamente e se reencarna a todo momento encenando mais uma vez uma vontade por liberdade, por existência própria da vida do presente - é aqui que queremos viver, no agora. Na brecha da norma morta viva iremos resistir até que ela se reinvente. Até que nos escute.

Paul Preciado (2014, p.29) grita e traz uma polêmica para a teoria da performatividade que acho importante compartilhar agora na conclusão deste texto de maneira a fazer uma estrada se abrir. Ele discorda de que gênero seja apenas performativo como nos mostra Butler e como apresentei aqui:

O gênero é, antes de tudo, prótico, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo orgânico. Foge das falsas dicotomias entre o corpo e a alma, a forma e a matéria[...].O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais.

Paul defende que a “arquitetura do corpo é política” (p. 31). Algumas partes do corpo são designadas como sexuais e outras não e isso seria fruto de uma prescrição. Em seu *Manifesto Contrassexual* (2014), exige, entre outras mudanças, a separação das atividades sexuais das atividades de reprodução. E anuncia: a mutação já está em curso!

Gosto de pensar que as duas teorias talvez se encontrem, em algum momento, no gesto: o uso de partes do corpo de maneiras “subversivas”. Seja na livre escolha dos *órgãos de prazer* quanto na extensão de um movimento de quadril ou pernas. Esse gesto de utilizá-las de formas não organizadas pela norma e pelo mercado. Preciso do corpo e preciso do gesto para construir esse significante, a norma e também a dissidência.

Então imagino caminhoneiras, trans e travestis, gays afeminados e cis-héteros caminhando juntos ou jogando juntos ou cantando juntos pelas ruas em demanda por algo que todos precisam: condições para uma vida mais vivível, onde além de sobreviver haja tempo, espaço e segurança para existir, criar e não fazer nada. E principalmente para se levantarem!

Antes mesmo de se afirmarem como atos ou como ações, os levantes surgem dos psiquismos humanos como gestos: formas corporais. Sem dúvida alguma, são forças que nos sublevam, mas são formas que, antropológicamente falando, tornam perceptíveis, veiculam, orientam, implementam os levantes, tornando-os plásticos ou resistentes de acordo com as circunstâncias. (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 301)



Todos esses levantes que contamos até aqui são invenções em um terreno seco e vermelho de minério. Demandas encarnadas por respeito às diferenças numa *cidade-modelo* da norma. Se essas performances-insurreições estão a quebrar as lógicas do espaço desenhado, o que se constrói é uma nova cidade? Talvez uma nova paisagem, um novo cenário onde esses corpos-imagem possam trafegar não apenas re-conhecidos, mas visíveis dentro de uma montagem atual e não mais uma montagem re-atualizada. Porém, isso ainda é um pensamento em fermentação.

Quando no início deste trabalho propunha não nos atermos apenas ao corpo material por entender que ali seríamos cobradas mais uma vez, nunca imaginei abandoná-lo. Apesar de algum entendimento sobre as diferenças, ainda não questionamos o corpo o bastante, não demos conta de lidar ainda com a corporeidade. A precariedade, a temporalidade e a marginalidade apontam alguns caminhos, mas ainda temos muito a constatar e a imaginar.

A arte de inventar não é tarefa fácil, inventar um modo de mostrar o presente, tornar visível uma ou mais camadas que não seriam possíveis em outro momento, os traçados internos de espaço e tempo, outros usos, outros gestos. De corpos-imagem a corpos-imaginação, voltaremos mutantes, ciborgues, híbridos, desestruturando, re-significando e destruindo todas as tentativas da norma de nos ajustar. Nos re-atualizaremos não como norma, mas como passagem. Nem dentro, nem fora, mas ENTRE. Na fronteira!

Gloria Anzaldúa (1987) tratou de escrever a fronteira como um lugar de experimentação e trânsito. Questionando o seu próprio significado, a autora ainda questiona etnia, raça, nacionalidade e também o gênero, a sexualidade e a linguagem. Nossa cidade queer poderia ser compreendida como uma cidade fronteira? As relações de poder em uma fronteira se colocam duras e às vezes violentas, mas isso já conhecemos e experimentar os sabores de um território *sem dono*, mesmo que por alguns momentos, é uma imagem que pode nos acompanhar em nosso exercício diário de desobediência. Circular pela cidade de Belo Horizonte como se circula entre as fronteiras entre a norma e sua transgressão pode ser um bom exercício de cidadania.

[...] a luta sempre foi interna e tem lugar em terrenos periféricos, a consciência de nossa situação deve chegar antes que se produzam mudanças internas, que por sua vez, devem acontecer antes que haja mudanças na sociedade. Nada acontece no mundo real a menos que aconteça primeiro nas imagens que temos em nossa mente. (ANZALDÚA, 1987, p. 87)

Esse exercício subversivo pode nos proporcionar um passeio pelo mundo das imagens que, segundo Anzaldúa, está livre do mundo exterior e de qualquer expectativa de convenção. Experimentar corporeidades e identidades livremente e pisar o chão da ponte que liga os dois mundos, onde, como nos diz Negona, “Vale tudo, só não vale qualquer coisa”.

Nosso exercício de fronteira entre espaço e tempo, vivos e mortos, passado e futuro, corpo e imagem perpassado pelos gestos necessários para construí-lo, aponta para algo que ainda não dou conta de realizar. Posso imaginar a nossa cidade, exercitá-la, posso desenhá-la por



dentro, mas pressinto que é ainda em sua falta que transitaremos como corpos-imagem ou corpos-imaginação cuja arquitetura e cujo gesto estarão sempre prontos para desobedecer e para sonhar com algo para além do humano, para além da nomeação.



**sem título**  
Adriana Galuppo, 2017

## **referências**

- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Book Company, 1987.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização: Willi Bolle. Colaboração: Olgária Chain Féres Matos. São Paulo/Belo Horizonte: Ed.UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BUTLER, Judith. **Alianças queer e política anti-guerra**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 11, n. 16, 1 jan. 2017.
- BUTLER, Judith. **Conferência Magna com Judith Butler**. I Seminário Queer. 2015a. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TNXxRsOVjSY>. Acesso em: 07 out. 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembléia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. Croydon: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015c.
- BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri C. **Quem canta o Estado-nação?** Trad. Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: EDUNB, 2018b.
- BUTLER, Judith. **Regulações de Gênero**. Cadernos Pagu. Campinas. v. 42, jun. 2014.
- BUTLER, Judith. **Your Behavior Creates Your Gender**. 2011. (3:00 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Bo7o2LYATDc>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), “**Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**”. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1994), “**Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color**”. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). The public nature of private violence. Nova York, Routledge, pp. 93-118.
- DANIEL, Herbert. Anotações à margem do viver com AIDS. In: LANCETTI, Antonio. **Saúde-loucura**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 3-20.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **LEVANTES**. São Paulo: Sesc Sp, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Revista do Programa de Pós Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Ufmg**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p.204-219, nov. 2012. Disponível em: <<https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60/62>>. Acesso em: 8 jun. 2018.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, Regina e SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco íris - Do movimento homossexual ao lgbt**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- FÉRES, Letícia. **E outros poemas**. Bragança Paulista: Urutau, 2018.

- FREITAS, Angélica. **Alcachofra**. In: MACHADO, Amanda; MOURA, Marina (Org.). **Poesia Gay Brasileira**: Antologia. Belo Horizonte & São Paulo: Amarelo Grão, 2017. p. 42-53.
- FREITAS, Angélica. **Rilke Shake**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FONTCUBERTA, Joan. **La furia de las imágenes Notas sobre la post fotografía**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2016.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.
- HEB, Andrea. **ImpulsOS**. Madrid: Torremozas, 2015.
- hooks, bell. Choosing the Margin as a Space of Radical Openness. In **Yearning : race, gender, and cultural politics**. Boston: South End Press, 1990. p. 140-150
- hooks, bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. Boston: South End, 1984.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARQUEZ, Renata. Atlas Ambulante. In: MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (Org.). **Atlas Ambulante**. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2011. p. 7-23.
- MICHAUX, Henri - **La Vida em Los Pliegues** - Ediciones Librerías Fausto, Buenos Ayres, 1976. Tradução para o espanhol de Victor Goldenstein, tradução para o português: Adriana Galuppo.
- MOMBAÇA, Jota. **O mundo é meu trauma**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25, 2017a.
- MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!** In: PEDROSA, Adriano; MESQUITA, André. **Histórias da Sexualidade**: Antologia. São Paulo: Masp - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2017b. p. 301-310.
- MORANDO QUEIROZ, Luiz Gonzaga. **Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996)**. Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, [S.l.], v. 1, n. 04, p. 62-76, feb. 2019. ISSN 2595-3206. Disponível em: <<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/164>>. Acesso em: 18.jun 2019.
- MUSA, Priscila. [--]. In: Felipe Carnevalli, Fernanda regaldo, Paula Lobato, Renata Marquez, Roberto Andrés e Wellington Cançado/PISEAGRAMA (Org.). **Urbe Urge**. Belo Horizonte: COSMÓPOLIS, PISEAGRAMA, 2018. p. 29-38.
- PÉRET, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. N-1: São Paulo, 2014.
- PRECIADO, Paul. **QUEER: história de uma palavra**. 2009. Tradução feita por Luiz Morando, publicada no Blog resista! Observatório de resistências plurais em 12 de abril de 2018. Disponível em: <<https://resistaorp.blog/2018/04/12/queer-historia-de-uma-palavra/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- SONTAG, Susan. **Doença como Metáfora**: AIDS e Suas Metáforas. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.



VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. **Experiência estética, Arquitetura urbana.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 17, n. 21, p. 134, maio 2010a. ISSN 2316-1752. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P2316-1752.2010v17n21p134>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

VELLOSO, Rita. **Imagem dialética na cidade – sobre o trânsito de um conceito ao desenho do menos idealista dos objetos.** Cadernos Benjaminianos, [S.l.], n. 2, p. 38-45, dez. 2010b. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/5311>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

VELLOSO, Rita. **Modos de Des-ver: Post Scriptum à Fantasmagoria.** In: PAZETTO, Debora; CECCHINATO, Giorgia; COSTA, Rachel. **Os fins da arte.** Belo Horizonte: Relicário, 2018. p. 147-177.

VELLOSO, Rita. **O tempo do agora da insurgência: memória de gestos e política do espaço, segundo Walter Benjamin.** In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2017. p. 42-69.